





UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA-UnB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

Guerreiros do Fogo: uma etnografia da “morte anunciada”

Rodrigo Gomes Wanderley

Brasília, DF

2016

Guerreiros do Fogo:
uma etnografia da “morte anunciada”

Rodrigo Gomes Wanderley

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Antropologia.

Orientadora:

Prof.^a Dr.^a **Juliana Braz Dias**

Brasília, DF

2016

Rodrigo Gomes Wanderley

**Guerreiros do Fogo:
uma etnografia da “morte anunciada”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Antropologia.

Orientadora:

Prof.^a Dr.^a **Juliana Braz Dias**

Data de aprovação:

Banca Examinadora:

_____ Prof.^a Dr.^a **Juliana Braz Dias** (Presidente) – DAN/UnB

_____ Prof.^o Dr.^o João Miguel Manzollilo Sautchuk (UnB)

_____ Prof.^a Dr.^a Patricia Silva Osório (UFMT)

_____ Prof. Carlos Alexandre Barboza Plínio dos Santos
(UnB) (suplente)

*Para São João e seus Guerreiros do Fogo.
Seu Cabide e seu fabricar de brinquedos luminosos.
Dos Ignorantes aos Gamboeiros que insistem em ser felizes nas noites de São João.*

Fagulhas, pontas de agulhas

Brilham estrelas de São João

Babados, xotes e xaxados

Segura as pontas, meu coração

Bombas na guerra-magia

Ninguém matava, ninguém morria

Nas trincheiras da alegria

O que explodia era o amor

Moraes Moreira

Agradecimentos

Gostaria de primeiro agradecer a Dona Edmeia, mainha, que me colocou no mundo e fez questão de me criar dando sempre autonomia e me apoiando em todas decisões. Até mesmo da decisão de pouco promissora de fazer Ciências Sociais e posteriormente antropologia. Gostaria de agradecer a dona Tininha, minha querida vó, que, ainda quando possuía saúde, não deixava de fazer a fogueira nos dias de São João e de algum modo me apresentou aquilo que posteriormente quis estudar. Ao meu cachorro Sapo que muito me apoiou na minha vida acadêmica, mas que tivemos nossa trajetória apartada por conta de uma doença incurável. Não poderia deixar de lembrar de Lucão e de Gilberto David que me acolheram em Brasília e fizeram do quadrado um lugar mais goiano e apropriado para o baiano chegante.

A Imalaia (Laura) com quem compartilhei meus medos. A Esther que me ensinou um rebanho de coisas. Ao meu leitor e comentarista e apoiador e ensinador de coisas legais e irmão Caio Csermak. A Sandro Lobo com quem compartilhava baianidades nas noites de sábado. A Guilherme Moura que me ensinou um rebanho de coisas inclusive onde fica o Pardim. Companheiro de pirotecnias. A Zeza Barral por ser fortaleza em todo esse momento estranho que é a pesquisa de mestrado. A Matheus França esse leão leal que me tornou mais humano e me ensinou tanto como ter paz em meio ao caos. A Bia Alves que me deu uns 10 kgs com nossa reunião em seu apartamento e seu verdadeiro afeto. Em nome desses quatro agradeço a toda a Katacumba pelo café, pelo afeto e pelas marcas que levei do subsolo enfumaçado.

Às professoras e aos professores do Departamento de Antropologia da UnB moldaram meu pensamento. Sobretudo a Juliana Braz Dias que me conduziu entre pedras. Carlos Emanuel Sautchuk que me deu a oportunidade de ensinar. E João Sautchuk com que pude dialogar nos corredores com conversas muito proveitosas e durante a defesa me apontando as minhas imperfeições. Aos funcionários do Dan, maravilhosos e super prestativos, em especial ao Jorge e à Rosa sem estes não conseguiríamos dialogar tão bem com a burocracia que por vezes se adensava por conta da minha dificuldade com os prazos.

Obrigado Sarah Fonseca que mesmo longe me deu força para aguentar o peso de querer ser grande, mas não saber andar. Gratidão pelo amor. A Isabela e Felipe Wanderley por serem irmãos e me darem condições de brigar com vocês e logo depois dizer que vos amo. Ao Carlitos Wagner é retado demais. Gratidão a todos os fogueteiros e espadeiros que me defenderam do fogo e que lutaram comigo em algum momento.

Sou muito grato a CAPES, ao CNPQ e a UnB que fomentam a pesquisa e a ciência e possibilitaram que este sertanejo que escreve estas breves linhas pudesse ir a Brasília estudar. Eu sei que não dá para agradecer todo mundo nesse texto, mas gostaria de dizer que todos que de algum modo cruzaram a minha vida nesses anos deixaram marcas e contribuíram para produzir o que sou e penso. E desse modo, agradeço a vocês, mesmo não explicitando nessas breves linhas.

Resumo

A "Guerra de Espadas" é uma manifestação cultural popular que ocorre durante as festas juninas na cidade de Senhor do Bonfim, no interior do estado da Bahia. Desde a última década, um número de ações do Estado foram implementadas afim de combater a prática da "Guerra de Espadas". As autoridades locais apontam a insegurança na fabricação e uso do dispositivo pirotécnico. Para defender o que as pessoas acreditam ser sua tradição, e parte da identidade da população bonfinense, os "guerreiros" começaram a procurar mecanismos para registrar sua história, memória e ritual como uma manifestação real e importante para a sociabilidade local. No presente estudo, pretendo discutir as maneiras que os povos nativos estão reagindo ao esforço do Estado para criminalizar a prática da "Guerra de Espadas" e os processos de "turistificação" relacionada com esta manifestação cultural. Inicialmente, apresentamos a categoria nativa que se reafirmam no discurso dos "guerreiros", que consideram o evento uma tradição, cultura e um "patrimônio bonfinense", contextualizando o momento histórico anterior do processo de patrimonialização oficial, que visa encontrar eventos, costumes, conhecimentos e práticas, que são autênticos a ponto de ser "coleccionáveis" e representantes da cultura local como um patrimônio imaterial. Para documentar esses processos foi utilizada uma estratégia narrativa que descreve os dois campos semânticos que estão envolvidos: 1. O campo semântico de atores que acreditam que a "Guerra de Espadas" deve terminar por conta dos riscos para a saúde pública, a propriedade e os direitos de ir e vir; 2. Aqueles que acreditam que a "Guerra de Espadas" precisa ser valorizada positivamente e mantida enquanto cultura popular e tradição. Desta forma processo de modernização do espaço urbano, aliado ao crescimento populacional local, e o conjunto de leis que regulamentam o manuseio de produtos controlados, como a pólvora utilizada para a fabricação das "espadas de fogo", foram determinantes para o processo de contestação da "Guerra de Espadas". Entretanto, fica evidente que a falta de compreensão do campo semântico valorativo positivo da "Guerra de Espadas", enquanto prática ritual da cultura popular, foram preponderantes para os processos de criminalização.

Palavra- chaves: cultura popular, festejos juninos, turistificação, Guerra de espadas, criminalização.

Abstract

The "War of Swords" is a cultural manifestation that occurs during the June festivities in *Senhor do Bonfim*, in the countryside of Bahia state. Since the last decade a number of state actions have been implemented to combat the practice of "War of Swords". The local authorities point the unsafety in the manufacture and use of the pyrotechnic device. In order to defend what the people believe to be their tradition, and part of the *Senhor do Bonfim* population identity, the "warriors" began to search mechanisms to record their history, memory and ritual as a real manifestation important to the local sociability. Here, I intend to discuss the ways that the native people are reacting to state efforts to criminalize the practice of "War of Swords" and the processes of "touristification" related to this cultural manifestation. Initially, we introduce the native category that are reaffirmed in the "Warriors" speech, who consider the event a tradition, culture and a "*bonfinense*" heritage, contextualizing the previous historical moment of the official patrimonialization process, which seeks to find events, manners, knowledge and practices, that are authentic to point of being "collectibles" and representative of local culture as a immaterial patrimony. To document these processes was used a narrative strategy describing the two semantic fields that are involved: 1. The semantic field of actors who believe that the "War of Swords" should end because offer risks to public health, property and the rights to come and go; 2. Those who believe that the "War of Swords" needs to be valued positively, maintained while popular culture and tradition. Therefore, the modernization of urban space, coupled with the local population growth, and the set of laws that governing the handling of controlled products, such as, gunpowder used for the manufacture of "fire swords", were crucial to process of contestation of the "War of swords". However, is clear that no understanding of semantic field of Swords War, as ritual and popular culture practice, were preponderant for the criminalization processes.

Word keys- popular culture, festivities juninos, touristification, War swords, criminalization.

Lista de Imagens

Imagem da capa cedida por Nivaldo José.	
Mapa 1: Localização do município de Senhor do Bonfim no estado da Bahia.-.....	14p
Foto 01: Guerreiros “tocando espadas na saída da alvorada da Gamboa. -.....	25p
Foto 02: Saída da alvorada da Gamboa. -.....	26p
Foto 03: Momento em que uma espada dá chabu. -.....	28p
Foto 04: Homem preparando a fachada de uma loja no circuito da Guerra. -.....	34p
Foto 05: Bambus após a extração. -.....	36p
Foto 06: “Machucação” dos ingrediente para fazer a pólvora. -.....	37p
Foto 07: Extração do barro para as espadas. -.....	39p
Foto08: Homem ensinado a companheira a “soltar” espadas. -.....	44p
Foto 09: moradores da rua Dr. Costa Pinto levantando a Fogueira de Ramos. -.....	45p
Foto 10: Mesa de comidas em uma casa no dia da Guerra. -.....	46p
Foto 11: Fogueira de Ramos, Rua da Umburana, 2015. -.....	47p
Foto 12: Comemoração após o hasteamento da Fogueira de Ramos. -.....	48p
Foto 13: Guerreiros soltando espadas após o hasteamento da Fogueira. -.....	50p
Foto 14: Moradores da rua Dr. Costa Pinto levantando a Fogueira de Ramos. -.....	51p
Foto15: Defensores no entorno da fogueira de Ramos. -.....	52p
Foto 16: Símbolo dos ignorantes. -.....	58p
Foto 17: Estandarte dos Espadeiros da Gamboa-.....	63p
Foto 18: Guerreiro acendendo espada em uma fogueira. -.....	69p
Mapa 02: Circuito da Guerra aprovado na Câmara de Vereadores-.....	70p
Foto19: Homens ao redor da fogueira de ramo, posando para selfie. -.....	71p
Foto 20: Grupo de guerreiros chegando nas proximidades da fogueira. -.....	72p
Foto 21: Guerreiro soltando suas espadas. -.....	74p

Sumário

Introdução	13p
1.Capítulo I : “Olha o fogo, olha o fogaréu”: etnografia da Guerra de Espadas.....	23p
2. Capítulo II: As espadas, os grupos, as fogueiras e a Guerra.....	35p
3.Capítulo III: “Com fogo e sem fuzil.” A criminalização da Guerra de Espadas.....	76p
4.Capítulo IV: “Nossa Cultura não se apaga”. Tradição e Patrimônio.....	104p
5.Antes do fim.....	123p
6.Referências.....	129p

Introdução

Esta dissertação tem como objetivo analisar a Guerra de Espadas, manifestação da cultura popular que ocorre durante o período junino, mais precisamente na festa de São João, no sertão baiano. O foco recai, em particular, sobre o fenômeno tal qual acontece na cidade de Senhor do Bonfim. Busco observar os dilemas, os significados e as práticas dos “guerreiros” e “foguiteiros” que anualmente realizam e fabricam, respectivamente, o ritual da Guerra. Objetivo escrutinar especialmente as questões relativas ao processo de criminalização do festejo. Procuo indicar elementos que demonstrem de que modo a Guerra compõe o repertório simbólico dos bonfinenses e quais as estratégias que eles utilizam como resistência ao processo de criminalização.

A Guerra de Espadas consiste em um folguedo em que homens, e maior número, e mulheres saem de suas casas em grupos, ou individualmente, percorrendo as ruas e soltando artefatos pirotécnicos (as “espadas”) construídos artesanalmente por mestres, chamados de “foguiteiros”. Ao se depararem com outros grupos, ocorre o enfretamento: um lança espadas de um lado e aguarda a resposta do outro. Ao mesmo tempo em que o lançar de espadas acontece, há arrelia e provocações. No trajeto pelas ruas em direção à “fogueira de ramos” (uma grande fogueira montada em uma árvore, onde são colocados prêmios), ascendem seus artefatos em outras fogueiras menores dispostas nas portas das casas. Costumam também adentrar na casa de compadres, comadres, conhecidos e amigos. Ali encontram mesas fartas de comida e bebida. Onde param, comem e bebem e soltam espadas em homenagem ao dono da casa que lhes recepciona. E seguem rumo à fogueira de ramos, onde acontecem etapas cruciais do ritual descrito e analisado neste trabalho.

Adentrando no universo dos guerreiros do fogo

O município de Senhor do Bonfim está localizado no norte do Estado da Bahia, a 384 quilômetros da capital Salvador, mais precisamente no vale do Rio Itapicuru, no piemonte norte da Chapada Diamantina. As primeiras ocupações que se tem registro dessa região remontam as investidas dos Dias D'Ávila, representantes da Casa da Torre, que

buscavam o aprisionamento dos “negros da terra”, os indígenas, e a criação de gado bovino nos sertões do Piauí, além de metais e pedras preciosas, nas minas de Jacobina. O ponto de parada e apoio de tropeiros era nas imediações de uma lagoa existente onde hoje está situada a Praça Simões Filho, na Rua da Lagoa.



Mapa 1: Localização do município de Senhor do Bonfim no estado da Bahia.¹

¹ Disponível:

https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/0/00/Bahia_Municip_SenhordoBonfim.svg/988px-Bahia_Municip_SenhordoBonfim.svg.png acesso em < 23 de setembro de 2016 às 00:03 horas.

A população cresceu em torno da rota do gado dos sertões do Piauí com destino ao litoral, principalmente ao Recôncavo baiano, nas fazendas de açúcar. O crescimento populacional vinculou-se também à busca por metais preciosos nas adjacências das serras da Jacobina. Além disso, a fundação de um aldeamento de padres franciscanos com o intuito de catequização dos índios quiriris, a Missão do Sahy (1697), serviu de elemento aglutinador para o povoamento daqueles sertões, segundo Machado (2007: 42). Hoje Senhor do Bonfim tem uma população estimada de 80.769 habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sendo a mais importante cidade de sua microrregião e tendo como principais atividades econômicas a agropecuária (bovina e caprina) e o comércio.

O bioma da região é o da caatinga hipoxerófica com faixas de transição para outros biomas nas áreas de maior altitude. Nessa miscelânea de vegetações podemos encontrar elementos importantes para a produção da espada utilizada no fenômeno aqui abordado, como: a fibra do Sisal (*Agave sisalana*); bambu (plantas da subfamília *Bambusoideae*), bambu taboca (*Guadua weberbaueri*); madeiras extraídas para a produção de carvão a ser misturado na elaboração da pólvora, como umburana (*Amburana cearenses*) e umbaúba (*Cecropia hololeuca*) – encontradas em regiões mais úmidas, chamadas de “grotas” –, além de arbustos e de árvores como as algarobas (*Prosopis juliflora*), que podem ser compradas na feira livre, para as fogueiras utilizadas nos dias de São João.

A minha descrição da realidade (um processo de interpretação e tentativa de compreensão das simbologias do outro e das relações construídas em torno da Guerra de Espadas) se dá a partir do local em que me situo. Sou nascido e criado em Senhor do Bonfim, e muitos dos meus informantes e sujeitos envolvidos na análise – indivíduos que possuem informações, histórias de vidas, narrativas e suas próprias interpretações do fenômeno aqui abordado – são meus conhecidos de algum tempo, tendo laços de proximidade e afetividade, e, outros tantos, pessoas que me relacionei apenas para tecer breves diálogos ou “prosas compridas” nos mais variados momentos, em visitas que realizei durante o período de campo, ou em casas que adentrei correndo de espadas no período da festa. Sou filho de uma “pessoa conhecida” na cidade como polêmico radialista e que, em algum momento da sua vida, produziu espadas – foi um fogueteiro.

O meu primeiro contato com a Guerra de Espadas se deu dentro de casa. Certa feita, meu pai resolveu fabricar espadas. Seriam 5 mil dúzias. Para isso chamou seu

Neném Fogueteiro, Coelho e alguns dos seus homens que ajudavam na tarefa. Vi de perto uma espada acesa por volta dos meus 7 anos de idade. Meu pai estava testando algumas das dúzias, vendo o rojão, a altura da chama, a cor da limalha, o brilho e a duração. O quartinho do fundo, onde as dúzias eram armazenadas, havia se tornado um tabu. Eu e meu irmão não podíamos encostar perto dele. A curiosidade só aumentava o desejo de saber o que estava ali e que o tornava um interdito. No dia em que meu pai foi até ele e saiu com um pedaço de madeira, assim eu pensava, corri na maior velocidade que minhas pernas aguentavam para ver. Fiquei encantado ao observar a altura da chama e o som. A partir dali, a Guerra virou um momento que eu buscava acompanhar, de longe, ano após ano. Entretanto, nunca fui um guerreiro, sempre acompanhava como espectador das arrelias, das brincadeiras, no meio do Caroá (bloco que sai às ruas no dia 23 de junho, indo de casa em casa, comendo, bebendo e cantando música de São João) ou até mesmo próximo a grupos de espadeiros, sem nunca ser um deles. Na maioria das vezes, ficava mesmo era na porta da casa da minha vó.

Tudo isso me fez ter contato com o universo da Guerra. Até a adolescência, minha relação com a espada era de medo, sentimento ocasionado pelas histórias contadas por minha mãe: do rugido alto e assustador, das queimaduras e dos acidentes. Contudo, a partir da iniciação na prática corporal do “soltar espadas”, ou “tocar” (como comumente se ouve falar), na dança fugindo das lambidas de fogo e nos sarros tirados dos oponentes na brincadeira, comecei a respeitar as chamas. Foi um significativo percurso do “medo” ao “respeito”, categorias importantes no universo da Guerra de Espadas, como veremos nesta dissertação.

Nunca me considerei um guerreiro, tendo em vista que minha experiência de tocar espadas limitava-se a acendê-las em volta da fogueira da casa da minha avó. Ficava com meus primos, brincando e vendo homens e mulheres, às vezes até rapazotes, indo em direção à “fogueira do prefeito” ou alguma outra “fogueira de ramo”, que concentravam maior número de pessoas. Foi nesse período que ouvi, durante muito tempo, e por vezes reproduzi, as expressões “galeou prechéu”, “solta essa cobrinha”, “só tinha essa”. Era a forma que os vizinhos da casa de minha avó, eu e meus primos provocávamos os guerreiros no sentido de que soltassem mais espadas.

No âmbito desta pesquisa, acompanhei a festa nos anos de 2014 e 2015. É importante me localizar como alguém que participou, não como guerreiro ou alguém que

sai às ruas com o intuito de guerrear, ou brincar com fogo, mas sim como observador, como aspirante a antropólogo, utilizando-me das lentes e das técnicas da ciência antropológica.

Não imagino a antropologia como uma ciência neutra e, por esse motivo, em alguns momentos na discussão acerca da proibição da Guerra de Espadas me coloquei enquanto estudante e debati sobre a prática e sobre a criminalização da mesma. Já que a produção de textos etnográficos ocorre por meio da leitura em segunda mão da realidade, sendo mediada pelos nativos, que são os verdadeiros escritores da cultura, achei importante me situar. Sou um nativo antropólogo, mesmo não sendo um guerreiro no sentido mais profundo da classificaçãoêmica. Segundo Geertz (1989), somos “observadores situados”. O antropólogo lê o texto cultural por sobre os ombros dos nativos e elabora a interpretação a partir de uma descrição densa, onde práticas e valores ganham sentido dentro de um contexto particular. Segundo Cardoso de Oliveira (2000), o trabalho do antropólogo é a construção partilhada do conhecimento por meio do olhar, ouvir e escrever. Assim, “[o] papel do antropólogo é descobrir a ordem cultural escondida nas relações sociais” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2000: 32).

Neste trabalho me utilizei das anotações de campo produzidas sobre a Guerra, num período de dois anos – 2014 e 2015. Recorri a esse artifício para poder ver as similitudes, continuidades e descontinuidades entre os dois grupos que observei nesses momentos, os Ignorantes e o grupo dos Espadeiros da Gamboa (que serão devidamente apresentados adiante). Tendo em vista que a celebração da festa acontece em um lapso temporal muito curto, apenas algumas horas, compreender os momentos dentro do desordenado de gritos, fumaça e fogo demonstrou-se algo hercúleo. Manter-se atento às relações em meio ao fogo e à fumaça é muito difícil, tendo em vista que o medo faz parte da experiência etnográfica, e a adrenalina e a euforia nos contagiam, assim como contagiam os guerreiros. Para observar a manifestação e conseguir analisá-la, *a posteriori*, resolvi utilizar gravações de vídeo e fotografias, sendo estas fundamentais para compreender todo o processo de circulação e a relação de sociabilidade entre os atores da manifestação. Além disso, acompanhei o processo de cicatrização de alguns guerreiros, o que me fez entender a relação entre o risco, a queimadura, a conduta do guerreiro e a coragem.

Além de acompanhar a festa, também utilizei como fonte de informações para a produção desse trabalho diversos momentos com espadeiros, que buscavam se organizar enquanto grupo em defesa da manifestação, mantive conversas com fogueteiro (produtores de espadas) como Coelho e Seu Zé Cabide e com as lideranças dos dois grupos que apresentarei mais adiante, Dori do grupo dos Ignorantes e Pablo Nascimento (Pablinho) dos Espadeiros da Gamboa. Uma ferramenta que me ajudou muito nessa empreitada de trabalho de campo foi o aplicativo de mensagens instantâneas Whatszap, como ele pude acessar várias informações de vários grupos de espadeiros e suas ações buscando garantir as fogueiras de Ramo e o percurso da Guerra de Espadas oficializado na Câmara de Vereadores de Senhor do Bonfim. Busquei também acompanhar notícias nas rádio locais, nos perfis de redes sociais como o Facebook de Guerreiros, além de participar de uma audiência pública na Câmara de Vereadores e de uma audiência na sede do Ministério Público do Estado da Bahia em Senhor do Bonfim.

Construindo um objeto de pesquisa

Como já indicado, esta dissertação visa escrutinar o processo de criminalização da Guerra de Espadas. Interessei-me pela Guerra de Espadas enquanto objeto de pesquisa quando estava estagiando na Diretoria de Arte e Cultura (DACC), ligada à Pró-reitoria de Extensão da Universidade Federal do Vale do São Francisco, onde me graduei. Naquele momento pensava na possibilidade de realizar um curta-metragem sobre a manifestação da cultura popular que acontecia em minha cidade. O interesse se desdobrou e intensificou-se chegando a escrever sobre o São João e a Guerra no trabalho de conclusão de curso da graduação (WANDERLEY, 2014). Ingressei no mestrado com vistas a aprofundar o debate sobre o ritual. Entretanto, uma série de acontecimentos desviou o meu olhar – ou melhor, chamou minha atenção para o processo de criminalização que estava ocorrendo. Era o momento etnográfico perfeito para pensar o que afligia os nativos do meu campo de pesquisa. E, de certo modo, o que me atingia em cheio também.

Era meados de maio de 2015. Fazia um tempo lindo em Brasília, céu azul e bem ensolarado, uma brisa fresca percorria todos os cantos do campus Darcy Ribeiro da Universidade de Brasília. Eu estava voltando para a Katakumba, local onde os estudantes

de pós-graduação em Antropologia passam boa parte do tempo estudando. Em frente a um antigo projetor de cinema 35mm localizado na entrada da TV UnB, recebi uma ligação. O número com código de área 74 me dizia que alguém do norte da Bahia estava me ligando. Entretanto, não possuía aquele número na minha agenda o que impossibilitou reconhecer imediatamente quem me ligava. Ao atender, a voz desconhecida me avisou que seu Zé Cabide acabara de ser preso. Ainda em choque, perguntei: qual o motivo? A voz do outro lado me informava que ele estava na delegacia por fabricar “espadas”. Tinha sido preso por policiais civis e por soldados do exército, que, além de dar voz de prisão, confiscaram todo o material utilizado no fabrico das espadas e do sustento de seu Zé.

Não conseguia conceber como uma tradição que é praticada “pacificamente” há mais de 70 anos nas ruas de Senhor do Bonfim poderia levar um senhor com mais de 65 anos de idade, e mais de 50 de peleja nas tendas de fogos, à prisão. No ano de 2014, uma ação impetrada pela Promotoria do Ministério Público da Bahia havia conseguido no judiciário que a “guerra das moças”, na rua Visconde do Rio Branco, não acontecesse. Contudo, no caso de seu Zé, era a primeira vez que um fogueteiro, artesão, artífice, “químico popular”, estava sendo preso pelo fato de ter o conhecimento necessário para produzir os artefatos pirotécnicos utilizados no ritual da Guerra de Espadas, durante o São João.

Naquele momento algo puxou minhas certezas e vislumbrei que o objeto do meu trabalho de conclusão de mestrado não poderia mais ser simplesmente o São João, o ritual da Guerra de Espadas, ou qualquer outro recorte do fenômeno. Eu deveria aproveitar o momento etnográfico que se desenhava na minha frente, debruçar-me sobre o processo que estava se desenrolando e produzir conhecimento a partir dos fatos e dos atos dos atores envolvidos. Fazia-se necessário compreender como a cultura popular estava sendo criminalizada e quais os desdobramentos que isso ocasionava. Importava observar de que modo os agentes que produzem e sustentam a tradição da Guerra de Espadas nas vésperas das noites de São João estavam se articulando para enfrentar a questão, seja politicamente, seja judicialmente.

O desejo de entender melhor o processo de criminalização foi reforçado pelas questões levantadas pelos guerreiros nos momentos em que estive em campo. A luta pela manutenção da tradição era lembrada a todo o tempo. Inclusive, lembravam movimentos que estavam acontecendo e aconteceram, como um abaixo-assinado com

mais de um por cento do eleitorado do município exigindo que a Câmara de Vereadores instituisse um “circuito”, para que a festa acontecesse (reflexo da mobilização intitulada pelos militantes da Guerra como “Nossa cultura não se apaga”).

Esta dissertação, portanto, nasce do interesse em analisar os valores e as práticas envolvidos no processo de criminalização da Guerra de Espadas. Mas, para tanto, não se exime da necessidade de se debruçar sobre a própria Guerra como uma manifestação ritualizada. O folguedo é um recorte da realidade bonfinense que se reproduz anualmente, colocando em destaque alguns valores que orientam a vida na região e favorecendo a construção de relações que estruturam aquela ordem social. Com esse quadro bem estabelecido, torna-se possível melhor investigar a inserção do fenômeno num discurso de criminalização, bem como as reações a esse processo, sobretudo aquelas que apontam para outra transformação, a patrimonialização da Guerra de Espadas.

A estrutura deste texto se divide em duas partes, compondo um total de quatro capítulos. No primeiro capítulo, busco apresentar os momentos anteriores a Guerra: a preparação das casas, a relação da casa e da rua no contexto das festas juninas no sertão baiano, o ritual das alvoradas que anuncia a véspera de São João, e o silêncio comprimindo o tempo e anunciando a ruptura com o cotidiano.

Já no segundo capítulo, busco retratar etnograficamente a Guerra, trazendo os elementos que compõe a manifestação, como: a fogueira, o mito fundador, os grupos participantes. Objetivo apontar o modo como esses elementos se relacionam para construir o ritual da Guerra de Espadas e, em última instância, ressaltar valores e relações cruciais na organização da sociedade bonfinense.

A segunda parte desta dissertação busca apresentar dois campos semânticos, contrastantes mas relacionados, nos quais vem sendo inserida a manifestação da cultura popular abordada. No terceiro capítulo, apresento o discurso e os eventos que constroem a Guerra de Espadas como um ato criminoso que precisa ser combatido e/ou regulado pelo Estado. Apresento os argumentos dos órgãos estatais que substanciam esse campo semântico por meio de discursos legalistas. Nesta esfera, que tem como principais atores o Ministério Público Estadual da Bahia e o Exército Brasileiro, alega-se, respectivamente, que a manifestação precisa acabar por conta dos danos causados à saúde pública e ao patrimônio privado, bem como pelo fato de o evento cercear o direito de ir e vir; e porque a espada é produzida com elementos de uso controlado – no caso, a pólvora negra –, o

que torna necessárias certificações para a comercialização e fabrico, algo que os fogueteiros não possuem.

No quarto capítulo, discorro sobre o campo semântico da patrimonialização, de valoração positiva da Guerra, e sobre os impactos que este produz e as implicações que engendra. Nesta esfera, a Guerra é vista como uma prática tradicional da população de Senhor do Bonfim e representa a cultura popular local. Por essa via, a manifestação passou por processos de turistificação e mercantilização por parte do poder municipal, que visa vender ao turista o exotismo da brincadeira do fogo. Além disso, busco elencar e apresentar os processos de patrimonialização, partindo do pressuposto de uma noção de patrimônio alargada, não necessariamente implicando a ação do Estado. A intenção é revelar várias facetas de um discurso de valorização da Guerra de Espadas, abarcando inclusive os praticantes da manifestação, que buscam mecanismos para manter a “tradição” em contraposição ao “anúncio do fim” produzido pela criminalização.

Parte I

Capítulo I

“Olha o fogo, olha o fogaréu”: etnografia da Guerra de Espadas

No ano de 2015, na madrugada do dia 22 de junho para o dia 23, me encontrava no pátio de eventos chamado de Arraial da Tapera – espaço com barracas de bebidas e comidas, estilizado para parecer uma cidade cenográfica de um imaginário de vila, com casa de parede de taipa e com pinturas que remetessem a personagens de um povoado de um sertão que não existe mais. Era esse o local preparado para receber as apresentações musicais da festa de São João, com seus milhares de participantes. O nome Arraial da Tapera já foi o nome oficial da povoação que se tornou a cidade de Senhor do Bonfim.

Em 1750, a povoação que se assentou no entorno da rancharia que hospedava os antigos tropeiros e viajantes com destino ao interior dos sertões passou a se chamar de Arraial do Senhor do Bonfim da Tapera. Naquele momento histórico a povoação possuía apenas cerca de 600 habitantes. Hoje, a adoção do nome oficial do espaço onde acontece a festa, no parque da cidade, por Arraial da Tapera remete ao imaginário idílico de uma povoação em que compadres e comadres se relacionavam. Todos se conheciam por nome, o que fica evidente nas barracas do festejo atual, com nomes de personagens locais. A caracterização do espaço por vezes parece contraditória com seus usos, isto é, as atrações programadas para atrair mais turistas para a festa no parque e o São João da capital Baiana do Forró. Mas mesmo sendo um espaço que privilegia bandas que estão no auge da onda do mercado fonográfico – muitas bandas daquilo que se convencionou chamar de “sertanejo universitário” e de “forró eletrizado”, como também “oxentemusic”, em detrimento de bandas que executam músicas de forró entendidas como mais tradicionais –, existe claramente uma referência ao universo folclórico baseado em um saudosismo. São referências de um passado construído, que ressignifica o presente:

O caminho para preservar ou despertar o fato folclórico é a gestação de uma memória que funciona como um estoque, um depósito de lembranças de fato que podem até nem ser antigos ou pertencentes há um tempo pretérito, mas devem ser apresentados como tal. Assim, a “tradição criada” confere a ilusão de perenidade, reabilitando o nexo entre o presente e o pretérito reconstruído (ORTIZ, apud ANDRADE LIMA, 2010: 56)

No centro da grande pista onde ficava o público, havia um mastro com muitos metros de altura, de onde eram puxadas bandeirolas em direção às extremidades do parque, formando assim uma ornamentação colorida sobre a multidão que permanecia dançando embaixo de um garoa fina e de um friozinho só aplacável por uma dose de cachaça ou de quentão (bebida típica à base de cachaça, cravo, canela e gengibre).

Era esse cenário e personagens que compunham o São João “oficial”, organizado pela Prefeitura Municipal de Senhor do Bonfim, com patrocínio da BahiaTursa² (companhia pública de incentivo ao turismo), Petrobrás e uma grande cervejaria. Durante quase todo o século XX, o Arraial era montado na Praça Nova do Congresso Eucarístico, conhecida por todos como Praça Nova, mas por motivos do crescimento da quantidade de foliões e da reforma da praça, o local do Arraial foi transferido para o parque da cidade. Senhor do Bonfim se auto-intitula a Capital Baiana do Forró, como podemos notar no *single* da festa, que foi repetido ano após ano e mesmo em tempos atuais, cantado pela população.

O São João de Bonfim é assim
Muita alegria e muita animação
O povo cantando na praça
Fazendo com graça
Um senhor São João.
Ninguém faz tão bem
Ninguém faz melhor
O São João é em Bonfim.
Hei!!! A capital baiana do forró.
Todo mundo vai pra lá, meu amor.
Com você eu também vou.

A música que estava tocando naquela madrugada de 2015 era um forró eletrônico, mais “pop”, que utiliza instrumentos como guitarra, contrabaixo e bateria, também conhecido como “oxentemusic”.³ Contrapunha-se aos estilos considerados pelos bonfinenses como forrós tradicionais, “pé-de-serra”, como: galope, conhecido como música das vaquejadas; xote, mais dançante e mais voltado para a dança em pares;

² O governo do estado da Bahia vem incentivando a comercialização e a atração de turistas para o que ele chama de São João da Bahia. Tal incentivo está associado ao fato de que o São João é a segunda maior festa em termos de participação popular no estado. É também, certamente, a maior festa em termos de capilaridade, tendo centenas de arraiais e festas de largo espalhados por diversos municípios no território baiano.

³ Ritmo difundido na década de 1990 em Fortaleza pelo empresário Emanuel Gurgel, criador da SomZoom rádio, que difundiu por todo o nordeste o conceito musical da Banda Mastruz com Leite, fundadora do forró eletrônico.

xaxado, dança em que há sequência sincronizadas em que os dançarinos arrastam os pés no chão, surgiu no alto sertão de Pernambuco e foi difundida pelos bandos de cangaceiros na região semiárida do Brasil; e o baião, que, segundo Tinhorão (1974), possui fundamentos nos lundus tocados no interior do nordeste na zona rural, foi transformado em um gênero particular a partir da composição de Lauro Mauro Teles, tendo o reconhecimento nacionalmente a partir das composições de Humberto Teixeira e Luiz Gonzaga, que impulsionaram o ritmo baião, ou baiano como era conhecido na fase pré-difusão da zona rural para a cidade. No ano de 1940, ocorreu a primeira turnê de Luiz Gonzaga, que circulou por várias cidades do interior do Brasil, algo inovador para o período, já que comumente os músicos de projeção nacional circulavam apenas no eixo Rio-São Paulo. Esse processo levou à difusão do baião por todo o Brasil, sobretudo para as festas de São João do interior do nordeste.

Quando já estava me direcionando para a saída a fim de descansar, imaginando que a carga de trabalho etnográfico seria extenuante no dia que se aproximava, encontrei com Moises e Igor. Eles me chamaram para acompanhar a Alvorada da Gamboa, que sairia às 4 horas da madrugada. Moises ainda me mostrou duas “cruz das almas”⁴ que carregava para “soltar” durante a Alvorada.



Foto 01: Guerreiros “tocando espadas” na saída da alvorada da Gamboa. Foto: Jeane Alves.

⁴ Uma categorização nativa para uma espada que possui características específicas, sendo considerada uma espada potente.



Foto 02: Saída da alvorada da Gamboa. Acervo pessoal.

A Alvorada

Às 4 horas da matina, umas centenas de pessoas se encontravam no meio da Rua Operários da Leste, no bairro da Gamboa. Alguns já estavam com instrumentos de sopro e percussivos nas mãos. Esperavam o restante das pessoas chegar. Pude ver a presença de alguns com espadas. Uns acordavam naquele instante, se arrumavam e iam à rua. Outros vinham do Arraial da Tapera. Após a concentração de pessoas em grande quantidade, o percurso pelas ruas da cidade começou. Seguiam andando, cantando e dançando. À frente, alguns espadeiros brincavam tocando espadas, sem lançar em direção à banda de metais (composta por instrumentos como caixa, tuba, trompete, trombone) ou nas pessoas que a cercavam. Direccionavam para a frente do cortejo ou segurando até que a chama se apagasse. Percorriam ruas; em algumas delas, portas se abriam para ver o que acontecia; outras se abriam e pessoas saíam para acompanhar a folia.

Músicas de forró também eram executadas pela banda composta por meninos formados na Filarmônica União dos Ferroviários.⁵ Alguns “bocapiús”⁶ carregavam espadas que eram soltas ou tocadas para anunciar a procissão de foliões, ao mesmo tempo em que morteiros e rojões eram acesos, provocando estampido no céu ainda escuro.

Na Rua Engenheiro Buriti, um estouro diferente aconteceu e um corre-corre se seguiu. A banda parou de tocar e logo pude ver um jovem deitado no chão, chorando de dor. Algumas pessoas tentavam socorrê-lo. O que havia acontecido? Um senhor me explicou com os olhos sérios pela necessidade do momento e afirmava: “não se aponta espada para o próprio corpo”. Fiquei comovido pelo que acabara de acontecer. A espada deu “chabu”⁷, abrindo o fundo. Como ela estava com o fundo voltado para a coxa do jovem, o estilhaço perfurou a perna. O momento foi de grande tensão porque não se sabia ao certo o que havia acontecido. A tensão ficou evidente nos rostos das pessoas que participavam do cortejo. As pessoas que estavam no final do cortejo não compreendiam. Um jovem caído e um círculo de pessoas a sua volta. Logo, logo, um homem negro forte, careca, usando um chapéu de palha, pegou o menino e levou nos braços para o hospital mais próximo. Era Pablo Nascimento, mais conhecido como Pablinho, uma das lideranças do grupo dos espadeiros da Gamboa que, vendo a emergência da situação, dispensou a espera da ambulância do Serviço Móvel de Atendimento de Urgência (SAMU).

Logo após o acidente, a banda voltou a puxar forró de forma menos animada. Após um telefonema vindo do hospital para conhecidos que continuaram na Alvorá, a notícia de que estava tudo bem e de que o jovem já tinha sido atendido pelo médico circulou de boca em boca. A Alvorá retornou à animação inicial. Estava tudo bem, e a festa tinha que continuar. Os riscos fazem parte da festa, e aparentemente acidentes aconteceram, acontecem e não deveriam ser lamentados. Ficou evidente que os foliões estavam acostumados com pequenos incidentes. O respeito ao ferido e a alegria após a chegada da notícia, com o retorno do cantar a plenos pulmões e a banda de fanfarra puxando a andança, revelaram que os acidentes e a tensão do momento eram reelaborados de outra forma, distinta do abatimento, e o ato de acabar o cortejo e se recolher às casas e cessar as músicas não aconteceu. O cortejo seguiu com seus passos lentos dançantes em

⁵ A Filarmônica União dos Ferroviários da Leste foi criada no ano de 1953 por um grupo de operários da Ferrovia Leste brasileira.

⁶ Cestos de palha trançada usados para carregar espadas e garrafas de licor.

⁷ Expressão usada pelos guerreiros quando a espada explode.

direção à Igreja católica matriz. De frente dela, a banda “puxou” o hino de Nosso Senhor do Bonfim, padroeiro da cidade.

Glória a ti neste dia de glória
Glória a ti redentor que há cem anos
Nossos pais conduziste à vitória
Pelos vales e campos baianos
Nesta sagrada colina
Mansão de misericórdia
Dai-nos a graça divina
Da justiça e da concórdia.
Dai-nos a graça divina
Da justiça e da concórdia.

Ao fim da música-oração, seguiu-se certo silêncio. O silêncio, a parada em frente à catedral e a execução do Hino do Senhor do Bonfim pela bandinha se apresentaram como um momento de respeito ao sagrado, elementos de religiosidade que compõem o festejo. Após esse momento, ouviu-se uma salva de palmas de todos que estavam presentes, um morteiro foi solto no ar e a bandinha tornou a tocar música de forró. O cortejo continuou a percorrer as ruas da cidade com soltura de espadas e consumo excessivo de bebidas alcoólicas, principalmente licor de jenipapo e cerveja.



Fotografia 03: Momento em que uma espada dá chabu., Acervo pessoal.

A Alvorada é um primeiro momento do dia da Guerra. É a festa comunitária de boas-vindas ao sol que aparece por trás das nuvens. Regada a licor e ao som do forró pé-de-serra, percorre várias ruas. Já fica perceptível a particularidade da relação, nesse

contexto, entre a rua e a casa, algo que se repete em diversos momentos da festa dos guerreiros do fogo.

A porta da casa, na beira da calçada, é onde as fogueiras são montadas. É o lugar da conversa, do chamamento para adentrar o lar, de perguntar por São João, de arrelhar o guerreiro que passa na rua para ir à fogueira de ramo (“solta essa cobrinha”, “só tinha essa”). Alvoreceu e a festa já começou. A Alvorada circulou por várias ruas da cidade até retornar ao local onde aconteceu a aglutinação inicial. Lá, após a execução de muitas músicas, começou a haver a diminuição do número de pessoas. A banda parou de executar suas músicas. Todos retornaram às suas casas, indo descansar para a Guerra em si, que se aproximava

A Casa e a Rua

Diversamente do que outros autores afirmam, como Roberto DaMatta (1997), sobre a existência de uma oposição mais rígida entre a rua e a casa, no contexto da Guerra de Espada o que se pode perceber é uma porosidade entre esses dois universos, o público e o privado. Algo que, segundo alguns nativos, foi diminuindo com o crescimento da cidade, mas que em alguma medida se mantém. Abrir as portas das casas para amigos, familiares, parentes que residem em outras cidades, bem como para guerreiros na noite de São João, demonstra a porosidade entre esses dois espaços, ressignificados.

Isso fica evidente no modo como normas de recepção a visitas, entendidas por DaMatta como “amortecedores da passagem entre a casa e a rua”, são distintas em outros períodos do ano e no período do São João. Durante os festejos, o tempo e o espaço, assim como a transição entre a casa e a rua, apresentam distinções, descontinuidades. Por exemplo, a possibilidade dos quartos, antes ambientes próprios apenas do filho ou filha, passaram a ser divididos entre primos, primas, amigos e os filhos e filhas, no objetivo de acolher a grande quantidade de visitas. Evidentemente, esse tipo de alteração não se dá em todas as casas, e os quartos pertencentes ao pai e à mãe normalmente não entram nessa lógica. De maneira geral, porém, a construção de um espaço inalienável e perpétuo para o membro da família não se mantém durante o festejo e o quarto passa a ser o local do acolhimento de outros festeiros que vieram de lugares distantes.

O ambiente de espaço moral constituído no dia-a-dia da família é invadido por pessoas de outros lugares, conhecidas e que mantêm ligações de consanguinidade e afetividade, e que provocam mudanças na organização e na rotina do lar. Sendo que nesses dias de festividade a dinâmica da casa passa a orbitar em torno da festa, seguindo os tempos desta, e mantendo a prática festiva.

A sensação da casa “invadida” pelos de fora, paralelamente, vai sendo substituída pelo seu oposto: a extensão da esfera doméstica, privada, pessoal, para além do lar. A sociedade relacional levantada por Da Matta perdura durante a festividade. A noção de pessoa está muito mais ligada à relação de parentesco do que ao indivíduo, em Senhor do Bonfim. Por ter nascido e ter sido criado em Bonfim e ter membros da minha família muito conhecidos na cidade, mesmo durante o São João continuo sendo “Rodrigo filho do Augusto Gomes” e/ou “Rodrigo neto de dona Tininha da rua do Estádio”. Na verdade, a esfera relacional se reforça com o fortalecimento de laços e vínculos. As portas abertas durante a festa ressignificam os limites entre a casa e rua; desse modo, as portas abertas representam a pessoalidade do ambiente doméstico se alargando em direção às ruas.

Outro momento em que podemos perceber claramente uma prevalência da porosidade sobre a dicotomia entre a casa e a rua dos dias normais está na existência da fogueira na noite de São João. Em vários momentos, fica evidente que as pessoas praticamente se reúnem em torno da fogueira na beira da calçada da casa. Seja para assar carne, milho, seja para as crianças soltarem fogos de artifícios (“tracs de salão”, “vulcões” e “coriscos”), seja para “arriliar” os espadeiros que passam em direção à Guerra de Espadas. Mesmo as famílias que não saem às fogueiras buscam ascendê-las e colocam mesas fartas em locais de fácil acesso para os que chegam da rua. A fogueira se situa simbolicamente como o espaço fundamental para a festa por se tornar o espaço do fortalecimento dos vínculos interpessoais e das relações entre famílias, amigos e vizinhos que se reúnem a sua volta. A fogueira pode ser entendida com o local fronteiro entre a casa e a rua. É local de chegada de guerreiros, de partida dos grupos para a Guerra, de sociabilidade e de chegada ao fim do festejo.

Muitas famílias, em número muito menor do que acontecia há décadas atrás, provavelmente pela criminalidade que surgiu na cidade principalmente a partir da década de 90 e os pequenos furtos que acabaram ocorrendo, continuam a solicitar aos grupos de

espadeiros que passem em suas casas para comer e beber na noite do dia 23 de junho. Com muito menor frequência, segundo alguns interlocutores, é possível ouvir a pergunta que quase substitui o chamado à porta: “São João passou por aqui?”. E a resposta à pergunta pronunciada pelo residente: “passou, sim, senhor.” Ou cantigas como: “ Oh, dono da casa / por Nossa Senhora / dei-me o que beber / senão eu vou embora.”

Perduram algumas situações em que o espaço público e o universo privado se mantêm segmentados pela barreira dos muros, grades e do não-convite para adentrar. Mas a porosidade se situa e se constitui a partir da preparação para a festa e na celebração de uma sociabilidade emanada no festejo de São João. A fogueira é um elemento de demarcação da presença do fazer festeiro. Normalmente as casas com fogueiras ou estão fazendo festas com os familiares residentes em Senhor do Bonfim e com moradores de outras cidades, ou estão preparadas para receber os guerreiros que irão adentrar na casa em algum momento da Guerra. Estes últimos irão comer da comida posta à mesa e soltar espadas, mostrando-se para o dono da casa agradecidos pelo que foi oferecido, numa espécie de contra-dom, nos termos maussianos (MAUSS, 2003).

A preparação das casas, o silêncio e a pausa de mil compassos

Mesmo nos dias de hoje, não há como, no dia 23 de junho, véspera do grande dia da Festa de São João Batista, não retornar a essas palavras de Jesus quando circulou pela Vila Nova da Rainha, sobretudo a partir das quinze horas. Claro que tudo vem desde o nascer do sol, em câmara lenta: desde o esfregar de olhos matinal que a cidade procura esconder o seu nervosismo, comprando milhos em carros e lonas abarrotados; adquirindo amendoim em mil pontos que se multiplicam a cada esquina e a cada metro; entrando nervosamente nos bancos, como se o dinheiro dos caixas eletrônicos estivessem prestes a serem engolidos por alguma força misteriosa. Até mesmo na feira, e nos supermercados, as longas conversas ao pé das bancas e gôndolas quase não existem, as pessoas se apressam como se alguém estivesse a lhes dizer: “já estamos fechando!”. Isto sem falarmos nas sempre novas placas de compensado que protegem vidraças e fachadas de bancos e casas comerciais. Mas é a partir das quinze e dezesseis horas que a vida corre, escapa rapidamente de pernas e rodas, casas comerciais cerram suas portas, e todo mundo dá a impressão de estar correndo, para suas casas, aliás, para os seus “bunkers”, que passam a ser refúgios e esconderijos até o final da delirante guerra de espadas. Coisa de vinte e duas ou vinte e três horas. Pedro Amorim e Padre Walter Francisco de Souza, hoje gozando da companhia viva do santo homenageado, não

imaginavam que, ao iniciar aquela guerra de ida e vinda de espadas, da parte de cima para a parte de baixo da Praça da Catedral, e vice-versa, estavam instaurando, definitivamente em Senhor do Bonfim, um “frisson”, um “clima”, “uma expectativa” que cresceria em escala geométrica, por herança ou coisa que o valha, até a milésima geração. A partir daquele momento se estava plantando em nossa terra a semente do “nervoso medo”, de uma “guerra inaudita”, acompanhada de delírios e imaginários, que somente os iniciados, os espadeiros, vestidos a caráter, têm o direito de saborear até a exaustão, enquanto nós, os neófitos, espreitamos o espetáculo por gretas e venezianas de nossas casas. Em minha mente ainda menino, desfilam Salomé com a cabeça de João Batista em uma bandeja, ao som de uma nervosa dança oriental, enquanto as palavras bíblicas recriam o cenário do quase fim de mundo: 13 “Vigiai, pois, porque não sabeis o dia nem a hora em que o Filho do homem há de vir.” (Mateus 25, 13). Ao menos, é claro, até que a Guerra termine, e saíamos catando os bambus jogados a cada esquina, e recuperando ao som e ao ritmo do belo Bloco Caroá⁸, o Paraíso quase perdido... (MACHADO, 2015)

No dia 23 de junho, quase tudo transcorre na cidade de Senhor do Bonfim de modo diferente dos outros dias do ano. Todos estão interessados em se preparar para a Guerra. Os guerreiros preparam seus apetrechos: carrinhos, luvas, chapéus, capacetes de motociclistas, capacetes de construção civil, óculos antichama, macacões da construção civil, gibão de couro⁹, máscaras de gás, entre outras vestimentas; tudo é passível de ser visto compondo o figurino no meio da Guerra.

Um corre-corre pouco habitual acontece nas ruas, todos estão apressados para chegar a suas casas – sejam os guerreiros que estão comprando os últimos equipamentos de proteção e bocapiús, sejam aqueles que estão se preparando para a festa que será oferecida em sua casa: comprando os ingredientes para as iguarias que serão preparadas (milho e amendoim, entre outros), garantindo o feixe de lenha para a fogueira do santo,

⁸ O caroá é um grupo de amigos que há décadas se encontra para circular pelas ruas da cidade, próximo ao circuito da Guerra, entrando nas casas anteriormente preparadas para recebê-los, a partir das 15 horas. Com o grupo, segue uma bandinha composta por banjo, bandolim, violão, zabumba, triângulo e, em alguns anos, acordeom (chamado de sanfona na cidade e em outros lugares do nordeste brasileiro). À frente, vai um estandarte com o símbolo do grupo. Os integrantes caminham pelas ruas cantando e dançando músicas de forró. A bebida que normalmente é consumida são os licores de jenipapo e de outras frutas facilmente encontradas na feira livre da cidade. Algo digno de nota é que em muitos momentos pude perceber que, mesmo passando no entorno da Guerra, o simples fato de se anunciar como o Caroá evitava que espadas fossem soltas e/ou lançadas contra os itinerantes. Certamente isso se deve a uma espécie de ética, de código de conduta dos guerreiros, que evitam soltar espadas em direção aos que não estão participando da Guerra ou não os provocam com “arreliação”. Evidentemente, este tipo de comportamento não ocorre em todas as ruas, e em determinados momentos o participante do Caroá tem que se esquivar dos artefatos luminosos.

⁹ O gibão é uma manta de couro bovino utilizado por vaqueiros na “pega de boi”, em meio à vegetação espinhosa da caatinga. Na guerra de espadas muitos guerreiros utilizam para se proteger das lambidas de fogo dos artefatos.

sacando dinheiro na praça dos bancos onde também fica a feira, comprando fogos para as crianças soltarem em volta da fogueira. O espírito da Guerra está no ar. Muitas gargalhadas de felicidade com o que está prestes a acontecer. Outros apresentam-se com rostos apreensivos que insistem em encurtar o tempo, apressando conversas, ou marcando para depois do fim da Guerra, por volta das 23 horas.

Nas ruas, muitas fachadas de casas e comércios são protegidas com papelão, maderites de compensado e telas de arame. As ruas do circuito, instituído pela Câmara de Vereadores em audiência pública no ano de 2013, são isoladas por barreiras instaladas pelo Departamento Municipal de Trânsito, não permitindo a passagem de veículos automotivos a partir do começo da tarde e sinalizadas com *banners* indicando que naquela rua acontecerá a Guerra de Espadas. Uma ruptura com o cotidiano é instaurada. O espaço-tempo é comprimido, as relações são apressadas com o que está prestes a acontecer. Tudo gira em torno da Guerra. Para se proteger, para proteger os imóveis, para ficar em locais seguros onde se possa assistir à Guerra, ou para estar pronto para a Guerra assim que as fogueiras sejam acesas.

Quando trato das casas e da rua, outra questão propiciada pelo São João e pela Guerra de Espadas, inserida dentro do contexto junino, deve ser mencionada: a mudança estética por que passa a maioria das casas. Uma transformação nas fachadas é evidente para quem caminha pelas ruas já na tarde do dia 23. Os moradores quase que colocam armaduras em portas, grades, janelas ou qualquer fresta por onde a espada possa entrar. Como apontado, maderites, placas de compensados e papelões tomam conta da frentes das casas para evitar que os artefatos de luminosos adentrem o recinto ou queimem com suas chamas as paredes das fachadas. Assim como o guerreiros, as casas se preparam para a guerra, ou melhor, seus proprietários as protegem das queimaduras.

Esse momento de suspensão do cotidiano, momento em que o medo e a alegria se misturam entre os habitantes da Vila Nova da Rainha, também demonstra uma intensificação das relações. Há um reforço nos laços de compadrio, de afeto, de vizinhança, de comunidade. Como venho insistindo, é o tempo dos convites. Para os que não brincam na Guerra, o convite é para assistir ao espetáculo dos guerreiros a partir de suas casas, ou para dançar, comer e beber ao som elétrico ou de um sanfoneiro, enquanto a Guerra acontece nas ruas. Para os guerreiros, é tempo de planejar o deslocamento e a passagem em algumas casas de pessoas queridas do grupo ou de pessoas que convidaram

o grupo para comer e beber. Dentro das casas são ofertadas comidas típicas, preparadas especialmente para a festa: canjica, munguzá, pé-de-moleque, pé-de-moça, amendoim, diversos tipos de licores. É tempo de celebrar a sociabilidade, a comensalidade, a hospitalidade. É tempo de construir e fortalecer relações que orientarão a vida social mesmo depois de findos os festejos.

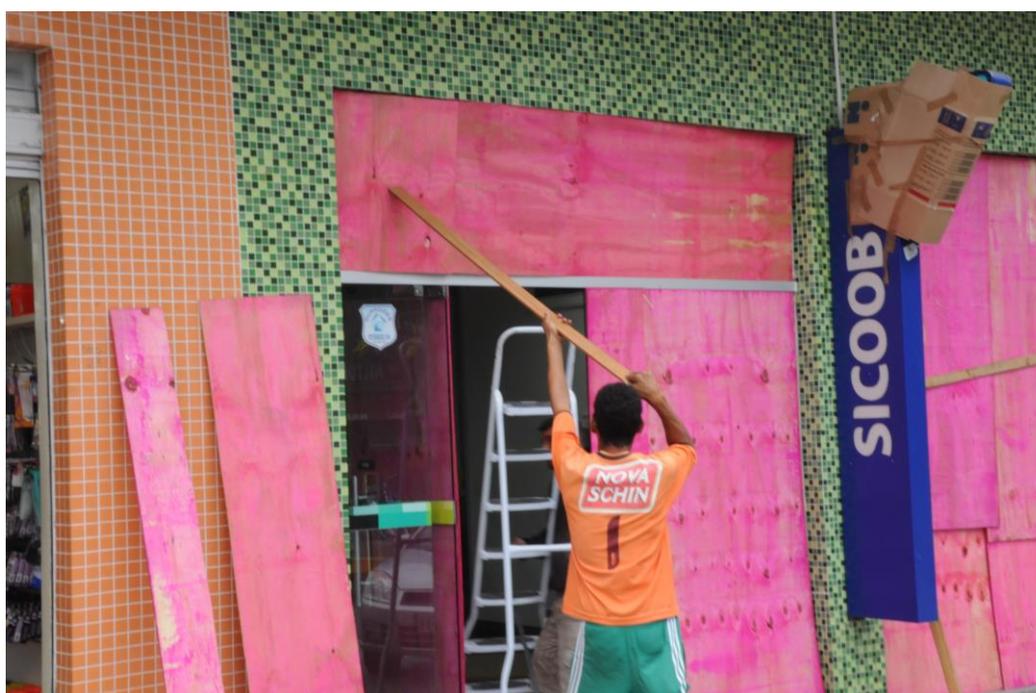


Foto 04: Homem preparando a fachada de uma loja no circuito da Guerra. Acervo pessoal.

Capítulo II

As espadas, os grupos, as fogueiras e a Guerra

A espada

A espada aqui referida é um fogo de artifício que emite luz e som. Consiste basicamente em um pedaço de bambu – uma planta da subfamília *Bambusoideae*, da família das gramíneas *Poaceae* ou *Gramineae*. Mais conhecida como “taboca”, ela tem mais ou menos 30 centímetros de comprimento. A extração das tabocas ocorre nas regiões mais úmidas, em cidades próximas a Senhor do Bonfim, como Saúde e Pindobaçu, em áreas conhecidas como grotas. Os bambus são extraídos em varas que possuem “gomos”. A seleção das varas leva em consideração a grossura e o comprimento da futura taboca. A extração ocorre nos dias de lua nova, já que os fogueteiros acreditam que, quando realizada nesse período, evitam o aparecimento de fungos nos gomos. Após extraído, o bambu é cozinhado em uma mistura de água fervente e querosene. O ponto de retirada das tabocas ocorre quando estas adquirem tonalidades amareladas. Depois desse processo de cozimento, os bambus passam alguns dias secando. Este processo confere maior resistência ao bambu e evita que ele rache quando estiver sendo preenchido com a pólvora e com a limalha.

A taboca tem mais ou menos 30 centímetros de comprimento – a depender do tipo de espada¹⁰ – e será recoberta com fios de sisal (*Agave sisalana*, planta endêmica da Caatinga, bioma da região). O sisal, antes de ser enrolado nas tabocas, passa por um processo de enceramento com uma espécie de cola composta de parafina, breu e óleo de coco, sendo utilizada, também, cera de abelha. Para produzir o cerol, são colocadas todas as substâncias anteriores em um recipiente com água; esta produzirá a solidificação da mistura, que ainda irá ficar algum tempo exposta ao sol para retirar o excesso de umidade. Depois a mistura é aplicada sobre as fibras de sisal dispostas em grandes varais, normalmente presos em árvores, que facilitam o processo de aplicação. O sisal encerado

¹⁰ Estou descrevendo a produção de uma espada tipo Cruz das Almas.

será aplicado em torno da taboca de modo a evitar que esta rache durante a “apilação”¹¹ (processo que ocorrerá posteriormente). Ele confere maior segurança ao espadeiro durante o momento de tocar a espada, evitando que os estilhaços de bambu sejam lançados.



Foto 05: Bambus após a extração. Foto: Tyta Santos

A taboca é preenchida com alguns produtos químicos, comumente encontrados em lojas de produtos agrícolas, como: nitrato de potássio (KNO_3), conhecido como salitre, e enxofre (S). É utilizado também um carvão produzido pelos próprios fogueteiros com madeiras de Umbaúba (*Cecropia hololeuca*), Umurana (*Amburana cearensis*) ou quarana¹², madeiras que ao serem queimadas produzem um carvão mais leve, que facilmente se tornará uma mistura homogênea com os outros compostos já citados. Após queimar o carvão, este é quebrado e peneirado para ficar esfarelado e se mistura mais facilmente.

¹¹ Processo de preenchimento do interior do bambu e compactação do preparado da mistura de limalha e pólvora, com a utilização de macete (pequenos martelos produzidos com madeira de árvores da região).

¹² Não consegui identificar a espécie.

A produção da pólvora se dá na medida de 1 quilograma de salitre para cada 200 gramas de enxofre e 200 gramas de carvão. Ou, em casos em que o fogueteiro quer uma pólvora mais “forte”, com maior poder explosivo, 250 gramas de carvão e 250 gramas de enxofre para cada 1 quilograma de salitre. A mistura acontece no pilão de madeira, quando os ingredientes passam pela “machucação” com um pouco de água, que evita incêndios e ajuda na transformação do material original em uma mistura mais homogênea, o objetivo do fogueteiro nesse processo. Após mais ou menos uma hora de “machucação”, a pólvora estará pronta para ser misturada com as “limalhas”.



Foto 06: “Machucação” dos ingrediente para fazer a pólvora. Foto: Tyta Santos

Após produzir a pólvora negra, é adicionada limalha de flandres, ou de outros metais e ligas metálicas, para gerar as fagulhas. A limalha de flandres é extraída das latas de leite em pó, “Leite Ninho”, em um processo demorado. As latas são friccionadas na lima ao mesmo tempo em que um jato de água é lançado sobre a superfície das latas para evitar o fogo que é produzido. A utilização dos jatos de água é necessária para evitar que a limalha se queime, preservando-a para ser queimada apenas quando a espada for acesa. Esse tipo de limalha é chamado de “limalha do terreirinho”, por ser produzida num distrito na zona rural de Senhor do Bonfim de mesmo nome. Muitos homens trabalham nesse

processo árduo e demorado. Após passar pela lima, as limalhas ainda passam por uma peneira para selecionar apenas as menores, que provocarão o brilho mais intenso e claro.

Existe também um outro tipo de limalha que é produzido com a liga metálica utilizada nas molas dos amortecedores de caminhão. Para sua produção é necessário submeter a mola a um aquecimento e, posterior, esfriamento abrupto. Esse processo é chamado pelos fogueteiros de “destemperar”. Após repetir algumas vezes esse processo, uma simples martela transforma a liga antes sólida e inteiriça em pó. Este pó será misturado à pólvora dentro da taboca.

Dependendo do tipo de espada (corisco, lemalha, lemaíta, cruz das almas ou rainha¹³) e do fogueteiro,¹⁴ as limalhas podem ser de ferro, que precisam ser enchidas mais próximo do período da festa, tendo em vista que enferrujam e perdem o brilho. Podem ser de titânio que, por ter limalhas menores, quase com características de pó, são lançadas menos longe, entretanto têm um brilho mais “vivo”. Ou de limalha de amortecedor de carro; a liga metálica do amortecedor não enferruja e após passar na lima fica com tamanho ideal para quando a pólvora negra entrar em combustão ser lançada mais longe. Neste último caso, a espada fica com uma chama de um brilho vivo sendo lançada a uma boa altura. Comumente se coloca 100 gramas de limalha para cada 1 quilograma de pólvora. Entretanto, essas medidas não são fixas, cada tenda¹⁵ possui as suas medidas.

No fundo do bambu é colocado barro, uma terra argilosa, e “apitalado, bem apiladinho”, como explica seu Zé Cabide (tradicional fogueteiro da cidade, filho do mais conhecido inventor de foguetes e espadas, Neném Fogueteiro), para evitar o “chabu”. Normalmente são utilizados dois tipos de barro distintos: um mais rico em calcário, mais esbranquiçado, e outro mais rico em argila, mais avermelhado. A partir da mistura desses dois tipos se cria um barro resistente ao impacto. Na parte do fundo da taboca se coloca o barro branco ainda úmido, segundo Coelho, fogueteiro. O barro mais esbranquiçado aguenta temperaturas mais altas, também sendo utilizado para a produção de cerâmicas.

¹³ As categorias de espadas são relativas ao tamanho da “bitola” (espessura da taboca), ao comprimento da taboca, à quantidade de pólvora, à quantidade de rojão, ao tipo de bambu utilizado e à existência ou não de boca de cor.

¹⁴ Como são chamados os artífices, químicos populares, que produzem as espadas e as bombas utilizadas pelos espadeiros e pelas crianças no período junino, que se inicia com as festas de Santo Antônio e perduram até o dia de São Pedro.

¹⁵ Local de produção artesanal de fogos de artifício.

Já na parte superior da taboca, após o preenchimento com pólvora e limalha, coloca-se uma mistura de 70 por cento de barro vermelho e 30 por cento de barro branco. Essa mistura é necessária porque o barro vermelho tem a função de “acimentar”, e o branco resiste mais a altas temperaturas. Os barros são retirados de barrancos distantes do centro da cidade, em direções opostas, distando vários quilômetros um do outro.



Foto 07: Extração do barro para as espadas. Foto: Tyta Santos.

Durante o processo de enchimento das espadas, a pólvora é compactada com a utilização de dois instrumentos: o “socador”, barra de metal da espessura da taboca; o “macete”, martelo de umburana; além do suporte para apoiar a espada, como uma madeira resistente (cepos). São criadas de três a seis camadas de pólvora que devem ser bem compactadas para que queimem lentamente. Quando fica algum espaço entre as camadas, a queima da pólvora ocorre de forma acelerada provocando o “chabu”. Na expectativa de evitar a explosão, cerca de cem marteladas são dadas no processo de “apilação”.

Na outra extremidade, após as camadas de pólvora, é colocado o barro de cima, onde é feito um furo através do qual as chamas sairão. Esse processo de perfuração é chamado pelos fogueteiros de “brocação” ou “tirar a parte”. É levada em consideração a

espessura da taboca para dimensionar o tamanho do furo. Se o furo for pequeno demais, a espada explode; se for muito grande, não pega força para conseguir ser lançada, fica “mijona”. Esse processo é realizado a partir da experiência do fogueteiro, não existindo nenhuma ferramenta de mediação específica, apenas a relação entre a medida do diâmetro mensurada por um compasso escolar e a espessura das “brocas”¹⁶.

Para medir os furos das espadas são utilizados instrumentos de diversas espessuras. O furo vai depender da bitola, ou diâmetro, da taboca. O fogueteiro, com o compasso, mede o diâmetro do fundo da espada e marca no papel. Se utilizando da broca que achar mais adequada, mede a distância entre os dois pontos opostos no papel. A broca que chegar mais perto da distância de cinco partes da distância dos pontos do papel será a broca com a melhor dimensão em milímetros para o furo. Então é marcado o local do furo no ponto equidistante até as bordas do bambu e feita uma “broca falsa”, que marcará onde deverá ser furada. Esse furo que liga a parte interna da espada à parte externa é chamado de “escova”.

Após a “tirada da parte”, como acabamento é colocada a “boca de cor”, isto é, uma massa feita de nitrato, clorato, estrôncio. A boca de cor é a primeira parte da espada a pegar fogo. Ela pode ser de várias cores a depender da anilina utilizada na mistura. Além da “boca de cor” também pode ser utilizado o assobio, ou “apito gaiato”, como acabamento. O apito é composto por uma mistura de Ácido Pícrico ($C_6H_3N_3O_7$) – muito perigoso por suas propriedades químicas propiciarem a combustão espontânea, sendo famoso por já ter provocado incêndios nas tendas de produção de fogueteiros – Nitrato de potássio (KNO_3) e Sulfato de magnésio ($MgSO_4$). Essa mistura é aquecida em água até entrar em ebulição. Após a precipitação, uma massa fica no fundo do recipiente. Essa massa, depois de secar, será colocada na espada, provocando os sons do assobio.

Por fim, para evitar que a “boca de cor” caia é colocada a “flor”, um pedaço de papel laminado que recobrirá a cabeça da espada. Juntadas em grupos de doze, as espadas estão prontas para serem tocadas ou comercializadas. Cada detalhe na produção dos artefatos é acompanhado de perto pelo mestre fogueteiro. Enquanto os outros trabalhadores vão preenchendo, brocando, tirando a parte, ou colocando a boca de cor, os olhos atentos do mestre se mantêm observando. Além desse cuidado, após produzir

¹⁶ Ferramentas de ferro utilizadas para realizar a tirada da parte.

algumas dúzias, uma espada daquele “lote” é separada para ser testada. O teste consiste em “tocar” a espada e avaliar a altura e o brilho da chama, o “rojão”¹⁷ e a duração.

O brilho, o rojão – o empuxo que a espada produz na mão do espadeiro –, a altura das fagulhas e o rugido são características valorizadas pelos guerreiros e, durante a Guerra, a ausência de alguma dessas características desvaloriza o produto e impacta negativamente nas vendas dos fogueteiros. É muito comum um guerreiro perguntar onde outro comprou o artefato. “Esse ano peguei três dúzias no Eliezer, quatro dúzias vieram de Cruz das Almas e peguei mais duas na mão do Coelho.” Cada fogueteiro possui uma assinatura, uma característica que faz com que suas espadas sejam reconhecidas.

Esse processo de produção de artefatos se utiliza de técnicas que surgiram pela primeira vez na China há pelo menos dois mil anos. Segundo Chagas (2006), não se sabe ao certo como esse desenvolvimento técnico chegou a Europa, mas duas hipóteses são interessantes: os mouros podem ter trazido o domínio sócio-técnico da pirotecnia quando da invasão da Península Ibérica, no século VIII, ou, acredito menos nessa possibilidade, os mongóis trouxeram o conhecimento que adquiriram com os chineses durante a ocupação da Europa oriental no século XIII. Não se trata de retomar teorias difusionistas para pensar a presença dos foguetes de rabeio na Europa e, posteriormente, nas Américas, mais precisamente no sertão baiano. Trata-se, sim, de tentar compreender como os fluxos culturais aconteceram e possibilitaram que um fenômeno tão peculiar e interessante, como a Guerra de Espadas, e os artefatos pirotécnicos (as espadas) surgiram e se desenvolveram em Senhor do Bonfim.

A espada é fruto de um desenvolvimento técnico em que o processo de combustão acontece sem a presença de ar. A combustão ocorre dentro da taboca, e o orifício, gerado com a “brocação”, permite que os gases quentes provenientes da queima da pólvora saiam do simulacro. A distinção entre um espada (foguete de rabeio) e uma bomba está na capacidade do corpo expelir os gases quentes. No caso de uma bomba, os gases não conseguem sair do simulacro aumentando a pressão interna do corpo até o ponto crítico de saturação do material, provocando a explosão e lançando estilhaços da capa que o recobria para todos os lados. Na espada, o orifício é mensurado para expelir os gases quentes produzidos e permitir que o empuxo seja maior que o peso do artefato gerando a

¹⁷ A força produzida no momento da combustão. O “rojão” é fundamental pois será ele o responsável pelo rabeio do artefato, sendo um dos critérios avaliados pelos guerreiros ao adquirir o produto.

capacidade de movimento. Uma parte da arte pirotécnica dos fogueteiros está em manipular a velocidade da combustão dos reagentes dentro da taboca e na quantidade de gases quentes que são expelidos.

[...] a pólvora é uma mistura entre uma substância oxidante (que seria o comburente), o nitrato, e duas substâncias redutoras (que seria o combustível). Essas substâncias na temperatura ambiente não reagem, porém, quando aquecidas, reagem formando gases e despreendendo uma quantidade de calor. Esse calor despreendido é utilizado para aquecermos o reagente propagando-se a reação, e, ao mesmo tempo, aquecer os produtos gasosos, os quais exercerão uma pressão elevada, produzindo o efeito da expansão dos gases. É muito importante o controle da velocidade de reação. Esta deve ser tal que o calor despreendido, no início, seja utilizado para aquecer os reagentes, para continuar a reação ao longo da mistura e aquecer os produtos; porém, se for muito rápida, poderá espalhar os componentes iniciais e perder a eficiência. Se for muito lenta, o calor produzido dissipa-se, não aquecendo os reagentes, e a reação pode terminar. Em um foguete, deseja-se uma combustão mais lenta, porém, em uma bomba, uma combustão mais rápida (CHAGAS, 2006: 76).

As espadas são fabricadas em pequenas tendas de lona, em casas de barro, de forma artesanal, ou em quintais, utilizando máquinas inventadas pelos próprios fogueteiros. Assim como a fórmula da proporção dos produtos químicos utilizados é pessoal, ou no máximo familiar, os equipamentos também são pessoais. Cada fogueteiro tem seus próprios equipamentos projetados e construídos por ele mesmo. Os fogueteiros trabalham a partir de outubro para fornecer as espadas para os dias de São João. Famílias inteiras trabalham nas tendas. Os conhecimentos do fabrico são passados de pai para filho, existindo fórmulas secretas que só as famílias de fogueteiros e seus empregados mais próximos conhecem. O saber sócio-técnico é reproduzido de forma intergeracional, sendo mantido no tempo pelos herdeiros dessa técnica. Diversamente de outros lugares, como Cruz das Almas (Bahia), onde os guerreiros produzem suas espadas, em Senhor do Bonfim a produção está no conhecimento e nas mãos dos fogueteiros, um grupo restrito de trabalhadores.

Os fogueteiros são os responsáveis pelo fabrico dos artefatos. Normalmente possuem uma relação de confiança com aqueles que adquirem espadas de suas mãos. Ele confere poderes ao sujeito, dando maior poder, de acordo com a potência e o brilho de suas espadas. Acredita-se que os primeiros fogueteiros que existiram em Bonfim não

fabricavam espadas, mas sim busca-pés¹⁸. Vindos de outros lugares, como Sergipe e Pernambuco, iam até a cidade de Feira de Santana para comprar os ingredientes da receita secreta dos fogos de artifício. Um dos primeiros registros de fogueteiro remonta ao ano de 1889. A tenda de produção ficava na atual Rua Mariano Ventura. Era lá que Cicílio começou a fazer busca-pé. Foi lá que Neném Fogueteiro aprendeu a arte de fazer fogos.

A produção de espadas demanda muita mão de obra. São muitas etapas de trabalho manual complexo, onde não pode haver erro, já que qualquer erro pode provocar acidentes. O trabalho começa, dependendo do tipo da espada, no mês de outubro ou fevereiro, existindo toda uma cadeia produtiva em torno da fabricação e comercialização dos artefatos luminosos.

Os fogueteiros são conhecidos pelas características de suas espadas: pelo brilho, pelo som, pela altura, pela duração das chamas e pela segurança. Existe uma relação de confiança entre os fogueteiros e guerreiros. Quando em um ano muitas espadas dão “chabu” no ano seguinte os guerreiros evitam comprar naquela tenda, naquele fogueteiro. A espada mais forte confere poder ao guerreiro para a caminhada nas ruas e para que, de frente aos seus adversários, possa impressioná-los a ponto de lhe respeitarem. Esses atributos são transmitidos pelos fogueteiros a seus artefatos, e dos artefatos aos guerreiros.

O termo espada liga-se, de imediato, ao fato de ser possível a sua manipulação por parte do *guerreiro*, como é chamado aquele que vai para as batalhas (as Guerras de Espada). Ao ser acendida, o feixe de luz propiciado pela queima da pólvora, quando é noite, produz uma imagem considerada muito bela e, poder-se-ia dizer, uma imagem, ao mesmo tempo, temida e fascinante, ainda mais quando associada ao seu efeito sonoro, sendo identificada a uma espada em movimento, uma arma-brinquedo animada e até mesmo dotada de “personalidade”, melhor dizendo, de *mana* transmitido da parte do fabricante, do possuidor ao objeto possuído; mana reivindicado por aquele que, mesmo sem tê-la fabricado, a utiliza em confiança de ser fortalecido pelo poder de um produtor prestigioso (CARVALHO, 2010: 324).

A espada é uma arma-brinquedo utilizada pelos guerreiros para provocar o medo ou o respeito de outros guerreiros ou grupos. Possui um brilho intenso quando acesa,

¹⁸ Artefatos pirotécnicos de bambu, foguete de rabeio, de menor comprimento, que explodiam no fim da queima. No ano de 1933, a guerra de busca-pés foi proibida em Senhor do Bonfim, o que forçou uma adaptação técnica que possibilitou o surgimento da espada, ou melhor, da Guerra de Espadas. É muito provável que as espadas não tenham origem em Senhor do Bonfim, sendo resultado de fluxos culturais e materiais de outros lugares.

ressaltado pelo escuro das ruas no circuito da Guerra de Espadas em Senhor do Bonfim.¹⁹ O efeito sonoro produzido pela sua queima é assombroso, ao mesmo tempo em que fascinante. A utilização da espada pelos guerreiros trás à tona a simbologia de classes de guerreiros androcêntricos que põem a prova sua valentia e coragem.

A participação feminina é muito menor em quantidade no ato de soltar espadas, entretanto, muitas participam ao lado de seus companheiros, sendo levadas e/ou ensinadas a soltar espadas por estes. Os pais normalmente não ensinam suas filhas a soltarem espadas, sendo este processo de ensino e aprendizagem realizado com os meninos. No entanto, mulheres mais empoderadas vão a guerra e soltam suas espadas sem medo ou demonstração de qualquer vínculo de cuidado com os homens. Não existe um padrão de comportamento definido na participação das mulheres nas Guerras dos últimos anos. Nas décadas anteriores aos anos 1990, a Guerra era estritamente masculina, tendo a mulher o papel de organizar a proteção da casa e as comidas típicas que seriam oferecidas aos parentes e visitantes.



Foto08: Homem ensinado a companheira a “soltar” espadas. Fotografia: Caio Csermark

¹⁹ Durante muito tempo as luzes dos postes das ruas onde a guerra acontecia eram apagadas pela Prefeitura Municipal, sendo o brilho das espadas e a luz das “fogueiras de ramo” e das “fogueiras deitadas” as únicas existentes.

Ser guerreiro significa ter atributos como coragem, ser intrépido, e respeitar os medos. Sem pretender cair em um determinismo geográfico, acredito que exista uma masculinidade hegemônica sertaneja que se construiu, entre outros fatores, pelas relações com as regiões semiáridas em que as populações se instalaram, com ambientes mais inóspitos e um convívio mais intenso com as intempéries climáticas das secas sazonais, em que viver exigia temperamento com maior coragem e maior destemor. Aliás, esta não é uma ideia nova. Ao contrário, permeia o imaginário sobre o homem sertanejo, desde quando Euclides da Cunha (2000), ainda guiado pelas teorias raciais do século XIX, rendeu-se à grandeza do caráter daquelas populações mestiças que observava, afirmando que “[o] sertanejo é, antes de tudo, um forte”. Força, honra, coragem são atributos associados à masculinidade sertaneja hegemônica, reproduzidos em eventos como a Guerra de Espadas. Por ora, limito-me apenas a indicar esse ponto, que voltará a ser abordado adiante.

As fogueiras

O dia de São João é o terceiro dia após o solstício de verão no hemisfério norte e de inverno no hemisfério sul, quando os raios solares incidem com maior intensidade no trópico de Câncer, o que ocasiona a maior noite do ano no hemisfério sul. No que hoje é a Europa, acender fogueiras nas portas das casas era uma prática pagã de celebração do início do verão que foi assimilada pelo catolicismo, de acordo com Andrade Lima (2010) e também segundo Jaime, organizador da fogueira da Rua Costa Pinto.



Foto 09: Moradores da rua Dr. Costa Pinto levantando a Fogueira de Ramos. Fotografia: Guto Peixinho.

Na tradição oral cristã, Isabel, mãe de João, acendeu uma fogueira para sinalizar o nascimento do seu filho a Maria, grávida de Jesus – embora essa história não apareça no evangelho de Lucas na Bíblia, onde é narrado o nascimento de João. A celebração cristã do anúncio do nascimento de João à Virgem Maria, realizado por Isabel, tem outras simbologias na zona rural do sertão nordestino: a Festa Junina representa o desfecho do ciclo da colheita do milho, iniciada no dia de São José, 19 de março, com a primeira “molhação” (chuvas) e concluída com as fogueiras na véspera do dia de São João, 23 de junho, nas quais o milho é assado ou cozido, tornando-se ingrediente de muitas iguarias.

A fogueira é um importante elemento no contexto da Guerra de Espadas. Elas são montadas na frente das casas em homenagem a São João e servem para acender as espadas no percurso em direção às fogueiras maiores, que são o local de concentração da Guerra, também chamadas de “fogueiras de ramo”.

A fogueira é uma forma de trazer as pessoas até a casa onde estão as comidas; é a celebração dos “frutos” das plantações. Ela possibilita o espetáculo das espadas que são acesas em suas brasas, os “tições”. É também uma forma de reunir compadres e comadres a sua volta para assar milho e/ou jogar conversa fora. A fogueira é um elemento importante na sociabilidade. É um elemento agregador entre os indivíduos, estreitando relações e construindo redes, que perduram para além do dia em que o ritual ocorre.



Foto10: Mesa de comidas em uma casa no dia da Guerra. Acervo pessoal.

A festa de São João é celebrada com mesas fartas de comidas e bebidas, como: licores de diversos sabores (canela, jenipapo, cravo, chocolate, cajá etc), doce de

jenipapo, amendoim, paçoca, bolo de milho, bolo de aipim (macaxeira ou mandioca), pé de moleque, pé de moça, canjica e pamonha.

O clima da festa vai sendo construído ao som do forró. O “forró pé-de-serra” é o mais apreciado, sendo executado por trios compostos por: sanfoneiro (acordeom), zabumbeiro e tocador de triângulo – formação consolidada por Luís Gonzaga. Outro som encontrado no período da tarde do dia 23 de junho, antes das fogueiras serem acesas, é o som das bandas de Calumbi, formadas por alguns pífanos de bambu ou cano PVC, uma zabumba de aro menor e um instrumento percussivo parecido com alfaia. Normalmente os integrantes dos Calumbis são da zona rural de Bonfim, aparecendo nos dias de São João fazendo suas apresentações em busca de alguns trocados. São verdadeiros artistas de rua que percorrem a cidade, principalmente no período da tarde, antes de a Guerra começar.



Foto 11: Fogueira de Ramos, Rua da Umburana, 2015. Acervo pessoal.

A Guerra de Espada de Bonfim apresenta peculiaridades em relação às outras cidades que também possuem esse tipo de manifestação cultural²⁰; entre elas estão as Fogueiras de Ramos. As fogueiras são árvores arrancadas por inteiro, recheadas de prendas em suas copas e “replantadas” nas ruas. Em seus caules são montados feixes de lenha que irão servir de combustível para a animação, cujo ápice se dará quando da sua derrubada, após a queima de sua base. As árvores escolhidas para serem transportadas para as ruas da cidade sempre são altas, com troncos mais finos, que possam ser consumidos pelo fogo em algumas horas. Isso é contrabalançado com o fato de ser uma árvore cortada no dia, ou seja, ela ainda está verde, o que permite um maior tempo – o tempo ideal – até ser consumida pelas chamas. Normalmente as fogueiras de ramos são acesas ao entardecer e, se não forem “comidas cruas”, isto é, derrubadas antes da hora, ficam acesas até por volta de meia-noite.



Foto 12: Comemoração após o hasteamento da Fogueira de Ramos. Fotografia: Guto Peixinho.

²⁰ A Guerra de espadas também acontece em Barra, Cruz das Almas, Campo Formoso, Muritiba, Cachoeira no estado da Bahia e em Estância em Sergipe.

Seu Antônio Carlos, por ter nascido de uma gestação difícil, teve durante quase toda sua vida de cumprir uma promessa realizada por sua mãe. Ela prometeu que, se seu filho “vingasse”,²¹ colocaria o nome do filho de Antônio, em homenagem ao santo do ciclo junino, e este passaria toda a sua vida organizando uma fogueira de ramos em homenagem ao protetor. Antônio Carlos gostava muito de organizar a fogueira de ramos na Rua da Lagoa, próximo à praça Simões Filho – onde a prefeitura organizava sua fogueira no dia 23. Parentes, amigos e moradores dos arredores se dirigiam até a fogueira para festejar: comendo, bebendo, dançando e tocando espadas. Até que uma medida proposta pelo Ministério Público do estado da Bahia recomendou ao seu Antônio Carlos que parasse de realizá-la. Ele comenta como eram as antigas fogueiras de ramos e como, com o passar do tempo, se tornaram espaços em que todos se direcionavam em busca de alcançarem as prendas, que, ano após ano, aumentavam de valor.

Antigamente o pessoal fazia a fogueira de ramos e colocava laranja, banana, jaca, cana. Aí quando dizia que em tal rua tinha uma fogueira com um litro de cachaça era a maior novidade. A tradição mesmo era uma jaca. Eram centenas de pessoas pra pegar uma jaca. Mas uma jaca, rapaz. (risos) Aí o tempo foi passando... Na rua tinha o Valdivino Samuel e ele era muito forrozeiro, fazia uma fogueira no dia de Santo Antônio e no dia 23 e no dia 24. Ele tinha uma padaria e colocava muito saco de bolacha na fogueira e... né? Em cada fogueira dessa ele colocava uma garrafa de cachaça. Era a maior novidade. Bonfim todo corria pra lá. Hoje, se não tiver 5 garrafas e um celular, não presta. Teve um ano que nós colocamos uma bicicleta. O prefeito deu risada, mas como é que coloca uma bicicleta lá em cima? Teve um ano que colocamos tanto, mais tanto presente, que a fogueira quebrou de tão pesada (Antônio Carlos, porteiro, por volta de 60 anos).

É de fundamental importância situar a Guerra de Espadas dentro desse contexto maior da Festa de São João, que possui como *locus* uma cidade média do sertão da Bahia. A Guerra se insere nesse contexto como uma das etapas do festejo, que se soma a outras, construindo a totalidade desse ritual e dos sentidos que transmite. Ruas são ornamentadas com bandeirolas multicoloridas; em outras, como a Rua Costa Pinto, a Rua das Umburanas e a Rua Padre Severo, o “Pernambuquinho”, organizam a Fogueira de Ramos. No passado havia muitas outras ruas cujos moradores organizavam suas fogueiras de ramos, entretanto ocorreu uma diminuição considerável, tanto pela chegada do asfalto quanto pela diminuição no sentido coletivo do festejar.

²¹ Expressão utilizada para situações em que as crianças conseguem sobreviver até depois da primeira infância, escapando da mortalidade infantil. Nesse caso, não se transformam em um “anjinho”, crianças que morrem sem pecado, por morrerem tão jovens.



Foto 13: Guerreiros soltando espadas após o hasteamento da Fogueira.
Fotografia: Guto Peixinho.

O processo de preparação e instalação da fogueira de ramos acontece de forma coletiva e comunitária. Muitas pessoas das ruas se envolvem no processo de arrecadação do dinheiro para comprar os itens que serão colocados na copa da árvore e pagar o caminhão para o transporte da mesma, que se transformará em fogueira. Juntam-se ainda na doação de itens, na escolha da árvore e no corte, em cavar o buraco no meio da rua, no processo braçal de levantar a árvore e colocá-la no buraco e em montar a fogueira. Normalmente, um dos realizadores é considerado como o responsável pela fogueira, suas ordens são obedecidas por todos que contribuem na montagem final da fogueira de ramos. O sentido de comunidade que atribuo a essas ações socialmente acionadas pelos agentes com o fim de festejar está relacionado às ideias de Max Weber, que conceitua:

Chamamos de comunidade a uma relação social na medida em que a orientação da ação social, na média ou no tipo-ideal, baseia-se em um sentido de solidariedade: o resultado de ligações emocionais ou tradicionais dos participantes (WEBER, 1987: 77).

A fogueira de ramos marca o local de atração dos guerreiros, para onde todos os grupos se dirigem. Todos saem de suas casas ou das casas das lideranças dos grupos em direção às fogueiras de ramos. São elas as maiores da cidade. Como já indicado, na copa da árvore que a constitui são presos brindes e prêmios para aqueles mais destemidos que

ousarem subir ou tentarem derrubá-la, sabendo que enfrentarão os “defensores”. Este últimos evitarão a todo o custo o “comer crua”, ou seja, o ato de tentar subir na árvore ou derrubá-la antes que as chamas da fogueira montada na sua base consumam a madeira do caule até a queda. É o momento do ápice da Guerra.



Foto 14: Moradores da rua Dr. Costa Pinto levantando a Fogueira de Ramos. Acervo pessoal.

O termo “defensor” surgiu tempos atrás quando a prefeitura fazia sua própria árvore (até ser impedida por uma ação do Ministério Público). Num contexto marcado por relações patrimonialistas (FAORO, 2001; HOLANDA, 1995; LEAL, 2012) que existiam no sertão baiano, Senhor do Bonfim não era diferente. Essa árvore de ramos começou a ser chamada de “fogueira do prefeito”. Ele dava, com recursos públicos, espadas para a defesa da fogueira, tentando mantê-la em pé por mais tempo. A árvore tinha que demorar acesa, porque isso significava uma fogueira bem feita, de qualidade.

A cidade ficava repleta de grandes fogueiras com brindes. Todas as fogueiras eram montadas pelas comunidade. Até que um prefeito chamado Miguelzinho passou a montar uma árvore. A Fogueira Municipal. Está Fogueira de Ramo era a maior e a mais disputada. E o

próprio prefeito ia acender a fogueira em sinal de virilidade e de ser destemido (Ana Freire²², aposentada, 55 anos).



Fotografia 15: defensores no entorno da fogueira de Ramos. Imagem: Guto Peixinho.

A competição eleitoral passava pela fogueira do dia de São João, evidenciando o modo como a política se faz também – e especialmente – nos tempos de festa (ver CHAVES, 2003). Era no festejo de São João, por meio da construção da principal fogueira, que o prefeito reforçava o padrão pessoal e afetivo de fazer política no sertão, construindo vínculos e arregimentando eleitores. A fogueira do prefeito ficava na rua da Lagoa e era a de maior atração de guerreiros, concentrando uma verdadeira multidão. Em alguns anos, como mencionado, o próprio prefeito ia acender a fogueira, o que era entendido como ato de um homem corajoso, homem carismático e do povo, segundo Dona Ana Freire.

Chamava fogueira do prefeito porque ele financiava os prêmios e dava as espadas pro pessoal defender a fogueira. Porque tinha um pessoal que queria subir na árvore, pegar os prêmios antes da fogueira cair, que a galera chamava de comer crua. Aí, ficava a

²² Filha do primeiro fogueteiro de Senhor do Bonfim, Sr. Adelino Freire.

galera soltando espada pra o pessoal não subir. Defendendo a árvore, até a hora da queda (Ggeu, cordelista, 28 anos).

As casas que estão nas proximidades da fogueira de ramos costumam também fazer fogueiras. Além de serem locais de socialização entre os convidados da família e os transeuntes que aparecem para comer alguma iguaria, são os locais de parada e bebida para os guerreiros, servindo também como ponto para buscar o “tição”²³. Elas estão presentes em toda a cidade. Os grupos de espadeiros percorrem um trajeto visando passar nas casas de famílias amigas, tanto para encantar os que lá estão com seus artefatos luminosos, quanto para recarregar os estoques de licor.

Como já dito, um dos elementos que distinguem a Guerra de Espadas de Senhor do Bonfim das demais manifestações que ocorrem na outras cidades do estado da Bahia é justamente a existência da fogueira de ramos. Ela difere da “fogueira deitada”, que na verdade são aquelas que todos conhecemos, arranjadas no chão. As fogueiras deitadas são produzidas pelas famílias. Cada família monta a sua fogueira na frente das suas casas no dia de São João. Já a fogueira deitada de Santo Antônio só é montada pelas famílias que possuem algum integrante com o nome do santo.

A fogueira é um signo do São João. Por mais que você faça uma fogueira num lual, na serra, num churrasco. Por mais que no dia de São Pedro e de Santo Antônio tenha fogueira na rua, elas só são acesas quando tem Pedro ou Antônio na família. No dia de São João todos acendem fogueiras... Ela é um símbolo. A guerra de espada, digamos assim, é o símbolo da festa. É uma tradição, é uma coisa assim, a peça chave da tradição da festa junina. Se acabar, acabou tudo. Ela simboliza tudo, simboliza muitas coisas (Ggeu, cordelista, 28 anos).

A fogueira do prefeito persistiu até ser realizada uma reforma na Praça da Lagoa, onde acontecia a Guerra. Quando ocorreu a mudança para a ladeira da Prefeitura, o Ministério Público começou o processo de criminalização da manifestação, como veremos adiante, e conseguiu na justiça a proibição da Guerra na ladeira. A proibição se deu por meio de uma ação civil pública que questionava o incentivo dado pelo município a uma prática que poderia provocar danos materiais e à integridade física dos cidadãos.

²³ Expressão utilizada para definir madeira em brasa usada para acender as espadas.

Essa percepção se insere num discurso que visa proibir a prática da Guerra e a produção artesanal dos artefatos.

Enquanto mantida a prática da fogueira do prefeito, este fazia de tudo para que sua fogueira ficasse o maior tempo possível acesa e em pé, conforme vimos. Muitos relacionavam a fogueira com a coisa pública, com a própria gestão do prefeito. Quando uma fogueira era bem feita e demorava a cair, era sinal de um prefeito que cuidava do município e da tradição. Por este motivo, o prefeito selecionava e equipava grupos organizados para defender a fogueira municipal.

A fogueira do prefeito pode ser pensada também com um símbolo de generosidade pretenciosa. Num contexto patrimonialista, a fogueira e sua defesa se configuravam como uma forma de prestações mútuas estabelecidas a partir de uma relação desigual entre o prefeito e seus eleitores. Ali se consolidava uma relação clientelista, como definido por Eric Wolf (1966), estabelecida no binômio patrão-cliente e reproduzida como importante meio de se manter no poder. Um sistema de dádivas e contra-dádivas se revelava com a montagem da árvore com prendas em seus ramos, a distribuição das espadas para a manutenção da fogueira queimando por mais tempo (por guerreiros defensores) e, por fim, a construção imagética de um bom gestor público (a partir da analogia entre a gestão e a fogueira de ramos).

Um fato inusitado, porém, aconteceu com o ex-prefeito Zé Leite. Ele ofereceu menos espadas que a quantidade de integrantes do grupo Ignorantes, que era um dos mais numerosos. Por este motivo o grupo decidiu não defender a fogueira do prefeito, indo provocar o mesmo após a queda da árvore. Como relata Dori:

Uma vez o Zé Leite (ex-prefeito) nos pediu que o grupo defendesse a fogueira oficial da Prefeitura, que ficava atrás do prédio da mesma, em uma pracinha, mas quando Zé Leite viu a quantidade de integrantes do grupo, cerca de mais de cem, desistiu de fornecer as espadas solicitadas e deu espadas para um outro grupo. Nós, os Ignorantes, atacamos a fogueira do prefeito e comemos crua. Né? Pegávamos as prendas que ficavam penduradas na árvore e arrastávamos a árvore da fogueira até a porta da Prefeitura... (Dori, liderança do grupo Ignorantes, aposentado, 55 anos)

O relato mostra como as relações de poder simbolizadas pela fogueira do prefeito não podiam ser tomadas como algo dado. Elas precisavam (e ainda precisam) ser continuamente construídas por meio de vínculos pessoais fundados no compromisso mútuo. A falha na manutenção desse sistema de prestações revelou a fragilidade do poder que necessita ser continuamente alimentado. E – por que não dizer? – como na clássica análise de Frazer (1982) sobre o sacerdote que ronda uma árvore com a espada na mão, protegendo um ramo de visco e adiando o destino de ser morto por seu sucessor, a fogueira do prefeito apresentava-se como um instrumento de construção e manutenção do poder, cuja eficácia dependia de vigília e compromisso constantes.

Mito Fundador

Nas portas de algumas casas, ao longo da Guerra de Espadas, podemos ouvir gritos, como: “Solta essa cobrinha”. Sempre presentes, eles remontam àquilo que talvez seja o mito fundador da manifestação. Muitos afirmam que, tempos atrás, um senhor de nome Prachedes, pai de muitas filhas bonitas, viu em volta de sua casa jovens galanteadores. Para tentar afugentá-los, conversou com Neném Fogueteiro, um jovem produtor de fogos de artifício, para que este produzisse artefatos luminosos que assustassem os rapazes. Dito e feito! Nas primeiras vezes os jovens correram, mas quando perceberam que a espada não oferecia risco às suas vidas, começaram a chacotear seu Prachedes: “Solta essa cobrinha!”, “Só tinha essa?!” ou “Galeou Prachedes” – referência à galinha, expressão utilizada para afirmar que um sujeito não tem coragem.

Com o passar do tempo e com a instituição da Guerra no dia de São João (23/06) e no dia de São Marçal (30/06), o grito continua a ser proferido para chacotear os guerreiros dos outros grupos, por adversários ou pelas pessoas comuns nas ruas. Muitos que brincam com os artefatos de fogo repetem essas exclamações sem saber exatamente quem é Prachedes e qual a história por trás da expressão que continua a ser proferida na arreliação do folgado. Outros tantos afirmam que a Guerra surgiu com seu Prachedes. Segundo o levantamento realizado por Paulinho Cerqueira, a Guerra surgiu dessa forma:

Na cidade habitava uma família tradicional bonfinense composta pelo casal, cujo pai chamava-se Sr. Prachedes, e três filhas adolescentes, muito bonitas, bastantes cobiçadas pelos rapazes. Essa família morava

em frente à praça Dr. Antônio Gonçalves, próximo ao famoso Beco do Bazar, no centro da cidade e do comércio local. Pelo regime de criação, naquela época, sistema patriarcal dominante, coronelismo imposto, em que o pai era quem estabelecia as regras, os critérios de controle e ensinamento dos filhos e conseqüentemente a imposição das normas de comportamento e dos relacionamentos, principalmente para com as filhas moças, solteiras, puras e inocentes. O interesse apresentado por um pretendente, pelo namoro com uma dessas moças, significava desrespeitos e invasão indébita, caso seu pai não fosse procurado para apresentar-se e lhe transmitir suas boas intenções, condições de estabilidade financeira e intenção de casamento firmada. Numa certa noite de São João, um grupo de rapazes fanfarrões, atraídos pela beleza das meninas e interessados em se aproximar delas sem serem convidados e muito menos conhecidos do velho, rodearam várias vezes à frente da casa da família, assobiando e chamando as donzelas para conversar, o que foi encarado pelo velho como ofensa, forçando-o a expulsá-los das mediações de sua porta. Não surtindo efeito essa tentativa, visto a insistência dos rapazes, o velho utilizou-se de alguns busca-pés, na época confeccionados por um fogueteiro chamado Neném, para as festas juninas, com o intuito de se livrar dos rapazes, o que conseguiu. No ano seguinte lá estavam os rapazes novamente, acompanhados de uma turma maior e, dessa vez, quando Sr. Prachedes acendeu os busca-pés, eles revidaram também com outros busca-pés. Ali começava um desafio de conquista do espaço e que nos anos seguintes Sr. Prachedes, também acompanhado de amigos e vizinhos, institucionalizou uma pequena batalha, que se tornou, inclusive, muito encantadora pela beleza das limalhas numa noite escura, visto o fato ocorrer apagões com o desligamento dos geradores de energia da cidade. Esse evento posteriormente veio a ser batizado como “Guerra de busca-pés”, que ocorria na Rua de Sr. Prachedes. O fogueteiro Neném, sabendo do sucesso de seus busca-pés e encantado com a beleza das luzes das limalhas, muito embora pouco intensas e pouco duradouras, passou a fabricar busca-pés maiores, com maior autonomia de duração, que ele batizou de “espadas”. A partir daí, por volta de 1960, já consagrado o famoso jogo cruzado entre os dois grupos bonfinense, próximo ao Beco do Bazar, consagrava-se a conceituada e tradicional “Guerra de espadas”, formada por um lado pelo grupo do Sr. Prachedes e, pelo outro, o grupo de rapazes. A pirraça maior acontecia quando os rapazes, insultando, gritavam para o Sr. Prachedes: “Galinhou, Sr. Prachedes!!!! Galinhou, Prechedes!!! Galinhou, precheu... Só tinha essa!!!” O que significava: a espada deu chabu, não prestava (Paulinho Cerqueira, empresário).

Para seu Zé Cabide, fogueteiro filho de Manuel Martins da Silva conhecido como Neném fogueteiro: “O pessoal diz que veio do... que ele tinha umas filhas, os cabas iam namorar com as filhas dele. Ele começou a fazer corisco. Jogava e os cabas começou a devolver. Os caras gritavam: galeou, Precheu, só tinha essa!!! Daí que deu essa origem na Guerra de Espadas. Foi daí que começou.”

Talvez este seja o mito fundador da Guerra de Espadas. Não nos interessa aqui verificar sua veracidade. O que importa é observar como, a partir da narrativa acima, o ritual surge de uma relação de poder, em que o pai, dentro de um contexto de coronelismo patriarcal, tenta defender suas filhas do mínimo contato com os homens – o que só poderia acontecer quando casadas, sob suas bênçãos. As relações sociais entre as elites locais ficam evidentes na descrição de Paulinho Cerqueira, já que os envolvidos nos fatos são pessoas “de família”.

Mais do que isso, a narrativa evidencia a existência de um código de ética que norteava as relações sociais a partir da centralidade do pai e da honra. A violência era minorada evitando disputas fratricidas ou acionando situações específicas onde a mediação não era suficiente. Creio que o mito fundador da Guerra de Espadas já indica como o ritual funcionou como um processo de mediação e evitação de uma situação de violência eminente. A honra e a moral do patriarcado foram postas à prova por jovens indolentes que não queriam respeitar a conduta imposta pelo pai das “moças de família”. De certo modo, a coragem de desafiar o pai das moças foi avaliada por Prachedes com um símbolo de masculinidade que se demonstrou positivo. Como não poderia tirar a vida dos rapazes por estes serem filhos de homens da “alta sociedade”, a alternativa de espantá-los acabou por gerar um divertimento, uma brincadeira, que não possuía como finalidade a violência.

Até os dias atuais a Guerra de Espadas é o enfretamento entre querelantes que lutam por espaços, por demonstração de expertise com artefatos pirotécnicos, de destreza, de coragem. São homens (e, em menor número, mulheres) que tentam acionar uma identidade espadeira de enfretamento dos medos e da construção de rivalidade entre grupos distintos. O ritual da Guerra de Espadas reforça elementos culturais do cotidiano de uma cidade média do sertão baiano – apesar de ser uma ruptura momentânea com a ordem das coisas, já que o trânsito muda, as pessoas protegem suas casas e as ruas dão espaço para o fogo, distintas práticas corporais e gritos de “Galiou Precheu”.

Os grupos de espadeiros – Os Ignorantes



Foto 16: Imagem do símbolo dos ignorantes.

Pude perceber que, durante a Guerra, existem variadas formas de participação dos atores, que assumem algumas características. Existem aqueles que participam em grupos organizados – passam o ano se preparando para o dia da manifestação –; os que vão sozinhos, em duplas ou em grupos desorganizados; aqueles que vão só observar e que são da cidade; e os turistas (encantados com o “Show das Espadas”). Os grupos organizados possuem características de iniciação e são compostos por questões de vizinhança, afetividade ou de consanguinidade. Não existe um padrão de grupo, cada um possui características particulares. Ao longo do trabalho de campo, observei dois grupos, que têm mais participantes e podem ser categorizados como organizados, tendo em vista que passaram o ano se preparando para a festa.

Um dos grupos mais afamados é o dos Ignorantes, que se reunia na casa de Dori nas proximidades da Igreja Católica Matriz, na Praça Austrícliano de Carvalho. Surgiu a partir do “Bloco da Alegria”, um grupo de amigos que se reunia para festejar São João. Até que numa gincana na Praça Nova da cidade, organizada pela Rádio Caraíba, em comemoração ao Centenário de Senhor do Bonfim, tiveram que criar uma nomenclatura para disputar a premiação. Intitularam-se “Os ignorantes” e, como ganharam o prêmio, o

grupo tornou-se conhecido e passou a soltar dezenas de dúzias de espadas no dia da Guerra.

Os grupos de guerreiros se organizam com o intuito de ir juntos à Guerra. Lideranças se consolidam nesse processo por possuírem mais respeito dos outros integrantes e tentarem manter a tradição. Os integrantes dos grupos de guerreiros se concentram antes da saída para o circuito da Guerra em frente à casa das lideranças, que tradicionalmente esperam os amigos e outros iniciados no grupo para saírem juntos. Na Guerra de Espadas, não há intuito de machucar o outro guerreiro, mas sim de brincar com os artefatos na rua, soltando espadas, e de demonstrar que seu grupo tem mais espadas, que possui a espada mais bonita, com a chama mais alta, que seus integrantes são os mais corajosos, além de se divertir, confraternizar com os outros integrantes do grupo e com as pessoas das casas visitadas.

É comum o consumo de bebidas alcoólicas, principalmente licor, antes e durante a Guerra. Muitos amigos se reúnem para o consumo de licor e esperam outros chegarem até o horário da Guerra começar, às 18 horas, para saírem juntos. Critérios de laços de compadrio, de parentesco e de vizinhança são determinantes na formação dos grupos. Isso fica claro no caso do Grupo da Gamboa – boa parte mora na rua da Filarmônica União dos Ferroviários, sendo filhos ou parentes de trabalhadores da Ferrovia Centro Atlântica, conhecida como Leste Brasileira – bem como no caso dos Ignorantes, um dos maiores e mais antigos grupos.

Em se tratando dos Ignorantes, a concentração antes da saída acontece na casa da liderança Dori. Ele é um homem de meia idade, que trabalhava como eletricitário na Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia, Coelba, até se aposentar e passar a ser funcionário público na Prefeitura Municipal de Senhor do Bonfim. Ele se orgulha de manter a tradição das gerações anteriores. Na Festa de São João, pude acompanhar a saída do grupo dos Ignorantes, com muitos carrinhos de supermercado forrados com madeirite ou chapas de aço, que são usados para transportar as dúzias de espadas. Além do carrinho, os “bocapiús” são utilizados para acondicionar e transportar as espadas. Ao adentrar a casa, encontram-se uma mesa farta de comidas e muitos guerreiros com suas “armaduras”. Dori sobe em um tamborete e começa a passar as informações para os recém chegados, ainda não iniciados, e velhos guerreiros. Já no tamborete, faz um discurso para todos que estão dentro de sua casa, em volta da mesa repleta de “comes e bebes”.

Nós vamos trabalhar certo. Do jeito que fazemos todos os anos. Meia... Não vai com meia, porque meia pega fogo, queima o pé, certo? Quem tiver com meia tira! Não coloque espada nas calças. Ela pega fogo e queima o corpo. Vamos se proteger. Não vamos ficar encostados nas paredes que ela vem e encaixa na parede e acerta em vocês. Espada só queima se encaixar em você. Se ela passa e bater, não queima, só queima se for assim [demonstrando com as mãos a forma como o artefato pode queimar]. Gente, temos que preservar a integridade de nossos companheiros. Não devemos jogar espada nos nossos, cuidado com os olhos. Se a espada passa, não se preocupe. Ela só queima quando a boca está voltada para o corpo. Vamos com calma. Vamos ordeiramente para casa do pessoal. Vamos ter educação quando chegar na casa do pessoal. Quando chegar, não colocar os pés na parede. Vamos, vamos sair, vamos brincar, todo mundo. Eu sei que vocês são os Ignorantes. E eu quero ouvir.... Ignorante! (Dori, 55 anos).

Logo após o discurso, Dori desce do tamborete e conclama a todos a rezarem pelos amigos já falecidos. Todos vão em direção a um pequeno quarto na casa de Dori onde há diversos santos e imagens, numa espécie de sincretismo religioso. Uma parte dos integrantes entra na saleta, se ajoelha e tira o capacete ou o chapéu da cabeça. Novamente Dori se põe a falar, realizando um pronunciamento religioso, uma espécie de pedido de proteção. Conclui o pronunciamento com um “Pai Nosso”, acompanhado por todos. Após a oração, uma salva de palmas se segue a muitos gritos de “uh, uh, uh, é ignorante.”

Estamos mais uma vez aqui em sua presença pedindo a sua ajuda para que não queimamos (sic) ninguém e nem nos queimem. Oh, Pai, ajude em nossos caminhos. Se tiver algum malfeitor, que afaste de nosso caminho. Senhor, ajuda esses pais de família que estão aqui para que nós façamos uma brincadeira alegre e voltemos todos satisfeitos para alegres novamente (sic). Eu confio no senhor e para isso nós vamos rezar a oração que Vosso Pai ensinou (Dori, funcionário público 55 anos).

Outras instruções importantes são dadas diretamente àqueles que nunca foram à Guerra: como soltar espada. De acordo com Dori: “Se pega na espada na parte abaixo do barro. Assim, se ela der chabu, não lhe machuca”. Para alguns membros mais antigos, a espada fareja medo. Dessa forma, deve-se evitar correr dela, porque ela corre atrás, e não se esconder encostado nas paredes, já que ela pode bater e explodir. É interessante perceber que o ato de farejar está relacionado a animais que possuem faro e que caçam, como cachorro, lobos e raposas. Existe uma explicação de que animais de faro avançam quando percebem que a presa está acuada, com medo. Desse modo, evitar correr e/ou evitar demonstrar medo é uma tática para se proteger dessa característica da espada.

A Guerra é, com ouvi durante o ritual, um momento para espantar os medos e os demônios que carregamos conosco. O “farejar” demonstra uma percepção para os sujeitos de que a espada possui agência, moldando comportamentos e espantando os medos e os espíritos ruins. Outra terminologia utilizada pelos nativos que representa animalidade é o termo “lambidas” de fogo. Contudo, representa uma forma menos voraz, já que o ato de lambar realizado por animais que possuem faro pode estar relacionado a sentir sabor ou demonstrar afeto, como em cães domésticos. Em Cruz das Almas, outra cidade em que ocorre a Guerra de Espadas, há relatos de que as espadas são mecanismos de proteção contra os maus agouros.

Segundo uma lenda contada pelos moradores, essas associações vêm de antigos acontecimentos: guerreiros eram destinados a proteger dos maus espíritos a cidade, e de ladrões e mercenários, as plantações. Para terem força, pediam proteção a São João. O santo equipava-os com espadas e tornava-os guerreiros de São João. Por isso, atualmente, as espadas antigas são associadas às espadas de bambus e mantêm-se a crença de que espantam os maus espíritos da cidade.

Os guerreiros saem em fila da casa de Dori. É montada a estrutura do grupo. O “tição” vai à frente. Logo após, vários guerreiros com suas espadas em punho e, depois, os carrinhos. Existe um carrinho com o símbolo do grupo, algo como o estandarte, que leva cerca de doze dúzias de espadas. Ao sair, gritos: “Hu, hu, hu, hu, hu, é Ignorante”. Sempre que encontram outros grupos, os gritos se repetem e muitas espadas são acesas ao mesmo tempo. Essa tática serve para assustar os outros grupos e demonstrar força e poder, em um processo de disputa, de demarcação de espaços entre os querelantes, no qual o poder de persuasão é testado junto com a força do grupo e a moral dos integrantes. A utilização de gritos e sons diversos é determinante para a construção de prestígio.

Algo me chamou atenção. Um pouco antes de o grupo sair em direção ao circuito, pude observar alguns jovens. Certamente, esta seria a primeira vez que estavam saindo com aquele grupo. Eles direcionavam suas espadas para as calças um do outro, com o intuito de marcá-las com a fuligem e afirmar doravante que participaram de combates intensos. A fuligem marcou as calças jeans de preto. Nas semanas logo após as férias juninas do colegial, muitos desses jovens irão com as calças sujas de fuligem para a escola, orgulhosos, a fim de mostrar aos colegas que participaram da Guerra de Espadas.

Ouvi que aquele ato era chamado de “batismo da limalha”, um processo de iniciação entre os guerreiros mais antigos, os estabelecidos, e os neófitos chegantes.

Muitos elementos estão ligados ao ser espadeiro. A coragem e o controle do medo são atitudes valorizadas pelos integrantes dos grupos. O ato de queimar-se significa ter atingido o objetivo máximo de demonstrar coragem. A queimadura é entendida como um estigma positivo, um sinal de valentia. É um sinal de ter enfrentado os medos e suportado a dor. A união do grupo é muito ressaltada por todos. Se algum deles se machuca, outros correm para socorrer. Além disso, o grupo age sempre em bloco. O percurso seguido pelos Ignorantes no dia de São João é o “trajeto dos ramos”. Subindo a Avenida Barão do Cotegipe, vão até a árvore do Léo, em frente ao bar da Noélia, entrando nas casas de conhecidos do grupo, até chegar na rua das Umburanas. Dali o grupo irá passar pelas ruas, andando em direção às fogueiras de ramos, e para “guerrilhar” e afugentar os outros querelantes.

Ao chegar nas casas que estão com as portas abertas esperando pelos guerreiros com comidas e licor, algumas músicas são entoadas em ritmo de brincadeira, como: “Oh, dona da casa, tô dançando, dei-me o que beber” ou “Ohhh!!! Dona da casa, cadê licor?”. Antigamente, a pergunta “ São João passou por aqui?” era costume, mas agora esta pergunta é feita com menos frequência. Algumas espadas são soltas para as pessoas da casa verem o brilho das limalhas. Essa caminhada pelas casas remonta ao tempo em que a festa de São João se resumia às casas de família e à Guerra de Espadas. Com os processos de arenização ²⁴das festas juninas e a instalação de grandes palcos para apresentação de bandas musicais; o crescimento da criminalidade que aumentou o medo de pequenos furtos; e a instituição de um circuito para a Guerra (que não conseguiu abarcar todas as casas de festeiros em seu planejamento), ocorreu uma diminuição dessa circulação entre casas.

²⁴ Arenização é um processo que vem acontecendo em diversas cidades que possuem Festas Juninas e festas de largo. Consiste na transformação dessa festa e na transposição delas para grandes arenas construídas para a realização do eventos. Em Senhor do Bonfim foi construído o Parque da Cidade retirando a festa do palanque da Praça Nova do Congresso Eucarístico.

Os grupos de espadeiros – Os espadeiros da Gamboa



Foto 17: Imagem do Estandarte dos Espadeiros da Gamboa

O grupo de espadeiros da Gamboa é formado em sua maioria por moradores dos bairros da Gamboa e do Bosque, bairros populares em que a maior parte da população é negra. Os membros do grupo possuem laços de parentesco, amizade e compadrio. O grupo é formado em boa parte por pessoas residentes nas mesmas ruas, o que constrói relações de convivência durante todo o ano. Segundo Evandro, espadeiro e gamboeiro, os Espadeiros da Gamboa nada mais são que um grupo de amigos que se reúne não apenas no São João, e sim em diversos momentos do ano para viver o Espírito Junino, que está “impregnado” nesse bairro.

Há muitas décadas o grupo sai unido em direção à Guerra de Espadas. Mesmo antes de se organizarem nas formas de comprar espadas coletivamente, sempre foi buscado saírem juntos em direção às ruas das fogueiras de ramos. O grupo de hoje, isto é, no ano de 2016, é formado em sua maioria por filhos e filhas dos antigos espadeiros que brincavam reunidos.

Não é algo tão recente, pois já vem de longas décadas: pais e mães de espadeiros atuais que fizeram com que essa tradição se tornasse modelo de admiração por filhos e esses lutam até hoje em prol de algo belíssimo e inexplicável. Lembro-me desde pequeno quando escutava o soar das alvoradas com músicas do verdadeiro São João Tradição e o ronco das espadas. Era algo que me levava a um universo que queria explorar, mas não podia devido à limitação da minha idade... Era uma pequena criança que ficava boquiaberto ao ver aqueles Gamboenses passar

próximo à minha casa com toda aquela autoria. Enfim cheguei ao momento em que passei a viver esse mundo. Cresci e estou vivenciando aquela emoção que era repassada pelos mais antigos. Como nosso próprio lema diz: “Tradição que corre em nossas veias”. Realmente, isso colou em mim e hoje em dia dou meu sangue em prol desse espetáculo (Evandro, assistente administrativo, 29 anos).

O grupo se reuniu para a saída em frente à casa de Pablo Nascimento, mais conhecido por Pablinho – homem alto, forte, policial militar cedido para o Ministério da Justiça. Segundo Evandro, “ele pode ser compreendido pelo sinal de respeito que o grupo demonstra por ele e pela pró-atividade em manutenção do grupo e das tradições”. No momento da saída, por volta das 18 horas e 30 minutos, alguns guerreiros já estavam nervosos por conta da demora de outros integrantes que ainda não haviam chegado. Algumas espadas eram soltas na porta da casa de Pablo, com vizinho observando e algumas pessoas fotografando tranquilamente. “Nossa saída é da casa de Pablo, um espadeiro experiente e amigo de infância de vários espadeiros. Ao sair, fazemos uma oração pra pedir ao nosso ser superior pra nos livrar de qualquer mal durante todo o percurso”, afirma Evandro. No momento imediatamente antes de saírem em cortejo em direção ao circuito da Guerra de Espadas, um grande círculo é formado. No centro do círculo formado por todos os Espadeiros da Gamboa, Pablinho se posta e começa a declamar um cordel de sua autoria:

Os livros contam perfeitamente a História do São João
A fartura que advém do solstício de verão.
Contam quem foi o filho de Jesus, Santo Antônio, São Pedro e São João.
Mas não se engane, não
Que aqui todos sentem e sabem um pouco dessa História
De onde vêm tanta alegria, comida e brincadeira
E no meio dessa folia têm sempre uma fogueira.
Ihada por olhos atentos
Encantados com o primeiro descobrimento
De algum cabra com muita necessidade
E hoje ainda acesa em plena cidade
Iluminando e dando vida ao desalento.
Porém, muito mais importante que todo esse conhecimento
É sentir que aqui dentro vive acesa uma fogueira.
Que não se apaga nem com chuva de trovão
Pois corre em minhas veias essa eterna tradição
E esse chão, que estamos pisando agora
É o melhor lugar pra se morar
Aqui a tradição têm vida e nunca pode parar
Aqui somos irmãos, e nossa irmandade ecoa

Nós somos de um Planeta chamado Gamboaaaaaa. (Pablo Nascimento, militar, 40 anos)

Após a declamação performática de Pablinho, o pai dele, senhor muito respeitado entre todos do bairro e ainda mais pelos integrantes do grupo, toma a palavra e fala de como soltar espada de forma segura, na preocupação dos companheiros de grupo e dos outros que estariam no circuito da Guerra. Após as breves instruções, ele começa uma oração do “Pai Nosso”. Todos dão as mãos e alguns fecham os olhos. Terminada a oração, o grupo quase todo posa para muitas fotos. No grupo de Espadeiros da Gamboa, a territorialidade é exaltada como princípio agregador e gerador de pertencimento. Pude ouvir em vários momentos no percurso sobre os feitos dos gamboeiros – “a gamboa é diferenciada” – entre outros dizeres que ressaltam a importância do território na construção da identidade do grupo e dos guerreiros.

As ruas durante o dia de São João formam um campo de batalha onde espadeiros se encontram soltando e devolvendo as espadas. Muita fumaça e muitas fogueiras de ramos e deitadas estão no percurso do circuito da Guerra de Espadas.

O campo de batalha está traçado. E lá, com nossas espada de fogo, destruiremos nossos maiores inimigos, nossos medos... com essas armas somos fortes contra a infelicidade, a desigualdade social... Lá esquecemos todos os nossos problemas, pois estamos em êxtase, e nada pode atingir ou vencer. E assim vamos nós, nos abraçando, cantando, gritando e pulando como loucos, embalados ao som ensurdecer que ecoa por todas as ruas do dia 23 de junho. O cheiro é o melhor aroma do mundo, eu tenho certeza que aquela fumaça faz bem aos nossos pulmões. Pois o que faz bem pra alma, faz bem para todo corpo. Viva São João!!!! (Pablo Nascimento, militar, 40 anos).

Durante a manifestação, a coragem é testada a todo o momento e “os medos são enfrentados”. Dá-se a construção de um mundo onde a valentia é percebida e os querelantes medem forças, não força física, mas a força de controlar o medo e ansiedade das chamas que estão sendo lançadas. A coragem é ressaltada. Quando as espadas acabam no bocapiú, gritos de “só tinha essa” ironizam e ridicularizam aquele que não tem mais artefatos para soltar. Nesse momento, fica claro quem é o vencedor.

Há uma grande diferenciação entre os guerreiros. Cada grupo assume características particulares, como: segmento social em que seus integrantes estão

inseridos, local onde estão baseados, relações que estabelecem entre si, quantidade de guerreiros, entre outras. Contudo, uma categoria de participante da Guerra que chama muita atenção são aqueles que só devolvem as espadas. Normalmente são adolescentes que esperam a espada estar correndo no chão para recolhê-la, seguindo, pisando, e lançando de volta nos outros guerreiros. Ter uma espada devolvida é desmoralizante. Pode ser entendido como ter suas forças desafiadas.

Enquanto a maioria se prepara para a Guerra com gibão, jaquetas, capacetes, perneiras e botas, muitos outros vão do jeito que estavam na rua ou em casa. Como Ggeu, jovem cordelista e morador da Rua do Estádio: “Eu vou do jeito que eu tô... De tênis ou não, de camisa ou não, eu vou”. Durante muito tempo ir sem equipamentos de proteção, além de ser um motivo de orgulho daqueles que iam dessa forma, era visto como atributo de coragem pelos demais. Entretanto, a partir dos processos de criminalização, pelos quais vem passando a Guerra, e a utilização dos números de queimados e dos atendimentos nos serviço público de saúde como argumento para dar sustentação às medidas de restrição da prática, muitos guerreiros passaram a ver com maus olhos aqueles que iam desprotegidos, tendo em vista que existe um aumento considerável dos riscos de queimaduras e acidentes.

O Risco

Na Guerra de Espadas, por ser um evento em que fogos de artifícios são lançados, “soltos” a esmo, existem ocorrências de queimaduras e lesões corporais. Entretanto, incêndios são incomuns, como afirma seu Perácio, antigo organizador de uma das fogueiras de ramos proibida por meio de ação do Ministério Público do estado da Bahia: “Sempre teve acidente. Nunca deixou de ter. Coisa de queimadura, pancada na cabeça. Mas incêndio nunca teve.”

Como já mencionado, existem técnicas corporais para se proteger que são passadas de geração em geração e intra-grupos, como: não correr da espada, já que ela corre atrás, e não se esconder em paredes, já que esse é o local onde a espada costuma bater e por vezes dar “chabu”. Alguns argumentam que existe explicação científica para a espada correr atrás, como o vácuo deixado pelo guerreiro ou turista que corre.

É válido ressaltar mais uma vez que a queimadura não é necessariamente compreendida como algo ruim dentro da prática ritual da Guerra de Espadas. Os guerreiros sentem orgulho de suas queimaduras, chegando a ficar chateados quando não sofrem escoriações na batalha. As queimaduras são como estigmas positivos que reafirmam a lógica da coragem e do enfrentamento dos medos. Quando estava na Guerra, uma espada acertou meu braço perfurando com suas chamas a minha jaqueta jeans e as duas camisas que estavam logo abaixo. Um dos Ignorantes chegou até mim e disse: “Parabéns, você ganhou seu troféu. Agora, além de tudo, você é um Guerreiro”. A relação dos pais com os filhos normalmente é de muito cuidado no contexto da Guerra de Espadas. Mas existe certa confiança nos ensinamentos do que deve ser feito quando a espada está perto e como soltá-la. E fala-se sobre como proceder na ocorrência de queimaduras.

Colocamos cebola no local onde o fogo queimou. O meu primeiro contato foi com 4 anos. E nêgo é bicho afoito. Eu ia lá pra fogueira do Jailson, na praça Caixeiro Viajante. Minha mãe ficava dizendo: “menino, tu vai se queimar”. É uma coisa, bicho, que só tem quem tá lá dentro pra ver a emoção. Meu filho mesmo com 3 anos de idade já ia pra Guerra de Espadas. Se queimava todinho e dizia: “pai, passe cebola”. Eu passava cebola. A cebola tem uma ácido que não deixa borbulha. No outro dia está sequinha a queimadura. É melhor do que pomada. O povo dizia: “esse menino tem medo não?”. Tem não! É filho de espadeiro (Tom Paulo, espadeiro, 35 anos).

Dois acidentes permanecem muito vivos na memória coletiva dos guerreiros do fogo de Senhor do Bonfim. O primeiro foi nos idos da década de 1980 quando um guerreiro se “encartuchou de espadas” na cintura, isto é, colocou um cinturão de espadas. Dessa forma, ele poderia soltar espadas com maior velocidade. Todavia, uma fagulha acertou uma das espadas afixadas no cinturão, o que provocou o acionamento de todas as outras. Infelizmente, o jovem veio a óbito por causa das queimaduras causadas pela imprudência. A utilização de utensílios como o bocapiú e carrinhos de supermercado forrados com madeirite de compensado de madeira e chapas de aço são mecanismos de segurança que impedem que o ocorrido se repita com outros guerreiros.

Outro acidente bem presente na fala das pessoas foi o que ocorreu na Alvorada, já nos anos 2000. Na frente da Alvorada, normalmente alguns guerreiros fazem manobras com suas espadas de fogo para demonstrarem aptidão ou terem as espadas mais belas e

potentes. Até pouco tempo atrás, era comum ver pessoas soltarem espadas na boca, equilibrando embaixo do cotovelo ou menos nos pés. Mas nesse dia, um jovem soltou uma espada “bichada”²⁵ na boca. A espada deu “chabu” provocando um grave acidente. Muitos guerreiros costumavam soltar espadas na boca para mostrar destreza, habilidade. Entretanto, a partir do acidente com Binho, os guerreiros passaram a ter mais cuidado e evitar o risco de acidentes mais graves. Os pequenos acidentes acontecem quase todos os anos, como pancadas na cabeça, escoriações, pequenas queimaduras. Casos de acidentes mais graves que precisam de atendimento especializado são incomuns e provocam comentário após a Guerra.

Os grupos passaram a informar o que não fazer e quais medidas de segurança tomarem antes da saída para a Guerra. A utilização de equipamentos de proteção também diminuiu muito a possibilidade de acidentes mais graves, não evitando pequenas queimaduras.

Mas as narrativas sobre a Guerra, sedimentadas na memória coletiva, mantêm-se sempre nesse limite tênue entre o risco do acidente, iminente, e o orgulho pelo enfrentamento do medo.

Noite de São João, final da década de 30 ou começo da de 40. Guerra de espadas comendo solta na rua Dr. Costa Pinto, a fogueira de “Seu” Augusto cai-não-cai, rebuliço gostoso de gente na porta, nas portas, licor descendo goela abaixo e esquentando a cabeça de quem gosta da festa. Ora, e quem não gosta? Carlos defendia com destemor a fogueira do tio, o juízo já rodopiando mais do que as “rodinhas” soltadas pelos meninos. De repente chega um grupo de fora, aguerrido, as cabeças também rodopiando, os “bocapiús” entupidos de munição. Um deles é Ney Viana, “Galinhou preché”. Recomeça o entrevero barulhento e luminoso, toda a Costa Pinto virada num campo de batalha, dois líderes rivais se reconhecem, são amigos em outras situações, agora representam facções em disputa, no centro da qual está uma fogueira - e o orgulho. A distância física entre os dois diminui, em cada mão uma espada vomitando pólvora incandescente e limalha, outras ziguezagueando em tordo, empurrando-os um para perto do outro. Atracam-se sem se desgrudarem das espadas, que continuam despejando fogo. Odor de pano queimado, de pele queimada, ritos de dor nos rostos sujos de fuligem, gritos de horror na garganta circunstantes. São, afinal, apartados e como dois mulambos carregados para suas casas, para o cuidado dos pais, sobretudo para os desvelos das mães, que os dois malucos tinham, sim senhor! Umas Santas. (Hélio Freitas, poeta bonfinense).

²⁵ Termo utilizado para denominar espadas com presença de fungos na “taboca”.

A Guerra consiste, portanto, na ocupação dos espaços públicos por sujeitos trajados de forma a se protegerem das chamas, mesmo que, paradoxalmente, a queimadura seja algo valorizado como estigma positivo. Em alguns momentos ouvi relatos tristes por parte de alguns guerreiros por não terem se queimado naquele ano. Evidentemente, não estão interessados em queimaduras profundas, nem em danos à integridade física, mas sim em histórias. Cada marca possui um relato vivo sobre como aconteceu, quase sempre relacionado a um ato de coragem em meio às chamas. Alguns guerreiros gostam de contabilizar as queimaduras referenciando mesmo o ano em que cada uma delas ocorreu. Esperam que as queimaduras lhes dêem status de guerreiros. Muitos as tratam como tatuagem, e buscam mantê-las.



Foto 18: Guerreiro acendendo espada em uma fogueira. Acervo pessoal.

A Guerra

A Guerra de Espadas acontece durante um noite ao ano, das 18h00 até por volta de meia-noite. Nos anos que fui a campo (2014 e 2015), ela ocorreu em um circuito mais restrito, definido a partir da convocação de uma audiência pública na Câmara de

seguidos pelos guerreiros com espadas nas mãos. Os Ignorantes, no ano que os acompanhei, por estarem se concentrando na casa de Dori, localizada na Praça Austrícliano de Carvalho, já no começo da rua Barão do Cotegipe, não percorreram mais que 50 metros até a barreira do acesso ao circuito. Mesmo assim, uma viatura da polícia militar passou repreendendo alguns dos espadeiros mais jovens do grupo por estarem soltando espadas fora da área delimitada. A área delimitada é marcada com *banners* que afirmam onde começa a Guerra. O tráfego de veículos é fechado por barreiras do Departamento Municipal de Trânsito. Além disso, brigadistas portando extintores de incêndio ficam de prontidão nesses pontos.



Fotografia 19: Homens ao redor da fogueira de ramo, posando para selfie. Foto; Guto Peixinho

Já os Espadeiros da Gamboa precisam se deslocar por várias ruas até chegar no circuito. Nos momentos de concentração, muitas espadas já são soltas na fogueira da casa onde a concentração ocorre. Assim também foi com os espadeiros da Gamboa. Após caminhar por algumas ruas do bairro, sempre soltando espadas, dançando e cantando, atravessaram a linha férrea da ferrovia Centro Atlântica e chegaram em uma rua próxima

que os grupos de guerreiros consigam acender suas espadas. Andam sempre em busca de brasas nas fogueiras deitadas que estão na porta das casas.

ao 6º batalhão da polícia militar. Na rua Visconde do Rio Branco, onde ocorria a fogueira das moças no dia de São Marçal (30 de junho), o grupo com mais de 100 integrantes que vinha animado parou, ficou algum tempo sem soltar espadas, como que em respeito à fogueira que deixou de existir. Como se estivessem enlutados, ficaram ali em pé, parados de frente para o local onde ficava a fogueira, em silêncio. Após algum breve tempo, vários guerreiros ascenderam ao mesmo tempo suas espadas. Fiquei a pensar o que aquilo significava. O silêncio e a seriedade no rosto daqueles homens e mulheres me impressionou. Ao perguntar a um dos integrantes por que pararam ali e o porquê do silêncio, me surpreendi. Ele afirmou que o silêncio era em respeito à morte de uma tradição. A fogueira das moças tinha morrido e, junto com ela, muitas histórias, muitos casos da brincadeira, e o senso de comunidade dos realizadores havia diminuído. O silêncio era em respeito à morte. Com se a Guerra de Espadas fosse coisa vida. Uma tradição que estivesse em perigo.



Fotografia 20: Grupo de guerreiros chegando nas proximidades da fogueira. Foto: Guto Peixinho

No circuito, uma cena se repetiu ao avistarem outro grupo. Os espadeiros acendiam suas espadas e as lançavam, às vezes, várias ao mesmo tempo. Nunca paravam de caminhar, com destino à casa do festeiro que estava a lhes esperar ou em direção à fogueira de ramos que estava a queimar. Interessante perceber que várias espadas produzem muita fumaça, sendo indispensável máscaras ou camisas recobrando a boca e o

nariz, para evitar que a fuligem irrite a traqueia e demais vias aéreas. Os equipamentos de proteção são os mais variados, de várias cores: capacetes de motocicletas, capacetes de obras da construção civil, macacões com faixa refletivas em tons de amarelo e laranja de operários da construção civil, gibões de couro de vaqueiros, chapéus de palha ou couro. Os grupos vão se aproximando um do outro em sentidos opostos, soltando espadas e devolvendo, até que todos estão, os dois grupos, juntos, e os antes inimigos ficam lado-a-lado. A provocação, a galhofa e a arriliação são trocadas por apertos de mão e/ou, no máximo, o convívio no mesmo espaço.

Muito interessante que as espadas são lançadas de modo aleatório, sem buscar acertar alguém. Nem mesmo têm suas chamas direcionadas ao corpo de ninguém. E mesmo quando lançadas em direção a alguém, não são lançadas pelas costas de modo intencional. Existe um código de ética dos espadeiros que visa preservar a integridade física uns dos outros. Isso fica evidente quando ocorre algum acidente e vários guerreiros buscam dar socorro ao acidentado, ou quando uma ambulância tenta cruzar o circuito com a sirene ligada e prontamente os grupos e espadeiros tentam livrar o caminho deixando de soltar espadas durante o tempo que a ambulância cruza a Guerra.

Entretanto, a Guerra de Espadas atende a uma necessidade de circulação em direção às casas dos festeiros. Ao chegarem na porta, muitas espadas são acesas e o grupo adentra no recinto que está em festa com música junina e comida. Após algum tempo ali, voltam às ruas e seguem em direção à fogueira. Lá está o clímax da Guerra, onde vários grupos se encontram de todos os lados. A fogueira de ramos é colocada no meio de uma encruzilhada e os grupos vêm dos quatro lados possíveis. Alguns espadeiros tentam “comer a árvore crua” e são repelidos por várias espadas que são soltas no intuito de evitar a queda da fogueira.



Foto 21: Guerreiro soltando suas espadas. Acervo pessoal.

O momento que costuma ser mais tenso é quando a fogueira começa a cair. Nesse instante, vários espadeiros se preparam para acender suas espadas, juntando-se a muitos que não possuem espadas ou que vão à Guerra só para pegar os prêmios presos na fogueira, que muitas vezes nem têm valor financeiro, mas são prova da coragem de enfrentar as lambidas das espadas e das labaredas da fogueira. Ao cair, uma verdadeira multidão se atira em direção à fogueira ainda em chamas, disputando cada pedaço de chão por prendas que estavam presas na árvore. Tudo isso ao mesmo tempo em que os guerreiros soltam seus artefatos, que dançam correndo no ar e no chão. Após a queda da árvore, começa a ocorrer uma dispersão dos guerreiros em direção a outra fogueira, em busca de dar prosseguimento à Guerra, ou em direção a suas casas ou casas de amigos e conhecidos, para darem continuidade à festa que vai até o sol raiar.

Parte II

Capítulo III

“Com fogo e sem fuzil”: a criminalização da Guerra de Espadas

A etnografia da Guerra de Espadas, apresentada na primeira parte deste trabalho, permite compreender tal manifestação como um ritual, composto por uma sequência de ações, relativamente padronizadas e reproduzidas anualmente. Essas práticas ganham sentido ao serem situadas no contexto da sociedade bonfinense. Assim, em contexto, a Guerra de Espadas revela sua capacidade de acionar valores e construir relações importantes para a reprodução dessa ordem social. Como qualquer produto da cultura, porém, a Guerra de Espadas é submetida à dinâmica da vida social, sendo ressignificada conforme as circunstâncias. Nos últimos tempos, nota-se, em especial, sua inserção em dois campos discursivos contrastantes: de um lado, o de criminalização da Guerra; de outro, o de sua patrimonialização.

Este capítulo se propõe a apresentar o campo discursivo que define a Guerra de Espadas como prática delituosa, tendo como base as ideias de que: o domínio sócio-técnico da produção de artefatos pirotécnicos (espadas) e de pólvora é restrito ao Estado – o domínio do fogo, em última análise; a espada é uma arma de fogo, perigosa para a saúde humana e que coloca em risco a segurança pública; e a manifestação da cultura popular chamada Guerra de Espadas cerceia o direito fundamental de ir e vir no espaço público previsto na constituição brasileira de 1988. Estas ideias são defendidas por setores da sociedade que possuem pontos comerciais na cidade de Senhor do Bonfim, por alguns empresários e pelo Ministério Público do estado da Bahia.

Junto à análise do caso aqui focado, tentarei elencar, numa via comparativa, algumas manifestações da cultura popular brasileira que foram consideradas crime durante alguns períodos, especialmente práticas religiosas, artísticas ou culturais de grupos étnicos marginalizados, como os negros: a capoeira, o samba e as religiões de matrizes africanas. Outra manifestação que passou pelo crivo do judiciário foi a farra do boi e, mais recentemente, ainda em processo no Supremo Tribunal Federal (STF), o julgamento de constitucionalidade da vaguejada enquanto prática cultural permitida dentro do ordenamento jurídico do Estado brasileiro. Assim, caminharemos em direção a entender o processo de criminalização que vem ocorrendo com a Guerra de Espadas em Senhor do Bonfim, estado da Bahia.

O mito de Prometeu acorrentado

Prometeu era um dos Titãs, uma raça gigantesca que habitou a terra antes do homem. Ele e seu irmão Epimeteu foram incumbidos de fazer o homem e assegurar-lhe, e a outros animais, todas as faculdades necessárias a sua preservação. Epimeteu encarregou-se da obra e Prometeu, de examiná-la, depois de pronta. Assim, Epimeteu tratou de atribuir a cada animal seus dons variados, de coragem, força, rapidez, sagacidade, asas a um, garras a outros, uma carapaça protegendo um terceiro etc. Quando, porém chegou a vez do homem, que tinha de ser superior a todos os outros animais, Epimeteu gastara seus recursos com tanta prodigalidade que nada mais restava. Perplexo, recorreu a seu irmão Prometeu, que, com a ajuda de Minerva, subia ao céu e acendeu sua tocha no carro do sol, trazendo o fogo para o homem. Com esse dom, o homem assegurou sua superioridade sobre todos os outros animais. (BULFINCH, 2006: 24)

Prometeu aparece no mito descrito por Hesíodo (1990) e em Ésquilo (2005) como um titã, um deus de hierarquia inferior, que teve a função de fiscalizar a criação, por seu irmão Epimeteu, de todos os seres que habitariam a face da terra. Epimeteu atribuiu características distintas a cada animal, mas no momento da criação dos homens o barro que vinha sendo utilizado acabou. Ao recorrer a Prometeu para garantir a superioridade dos homens em relação aos outros animais, este rouba o fogo que era exclusivo dos deuses. Pela petulância de ter roubado o fogo e dado o conhecimento deste para os homens, Prometeu e Epimeteu sofreram a vingança dos deuses. Prometeu foi acorrentado no monte Cáucaso por toda sua vida, tendo seu fígado comido todo os dias por um corvo; no dia subsequente o fígado se regeneraria, seria comido e voltaria a se regenerar no dia seguinte, nesse eterno périplo por toda a vida. Já Epimeteu recebeu como presente uma mulher de Júpiter, Pandora. Ao abrir a caixa, ou jarro, Pandora liberou todos os males do mundo, numa forma de punir os homens por terem recebido o fogo de Prometeu. Apenas a esperança se manteve dentro da caixa (jarro) de Pandora. Enquanto possuímos a esperança, não estaremos inteiramente desgraçados pelos males.

O mito grego de Prometeu apresenta uma explicação de como o fogo foi capaz de, enquanto ferramenta técnica, elevar o homem de uma categoria inferior aos outros seres do mundo animal para um ser de capacidade mais elevadas. A paixão de Prometeu pelos humanos o condenou a sofrer a fúria de Zeus. O simples ato de entregar o fogo

divino, o conhecimento, a sabedoria, para os homens, dotando-os de qualidades que os tornavam superiores, diverso aos outros seres, condena Prometeu a um suplício por 30.000 anos acorrentado aos rochedos. O fogo representa o conhecimento, a capacidade de se utilizar de uma substância enquanto ferramenta para adaptar-se ao meio natural em que vive, característica única entre todo o reino animal.

Saindo um pouco da mitologia grega e tentando buscar elementos para compreender a relação entre a humanidade e o fogo, antes de entrar nos diversos discursos que se arvoram sobre a restrição do domínio técnico do fogo, representado na produção de artefatos pirotécnicos festivos produzidos para os festejos juninos, penso que seja interessante continuar a ver como o domínio do fogo nos tornou humanos e seres enredados nas teias de significados da cultura.

Dois autores nos fazem pensar como o domínio do fogo foi importante para o desenvolvimento do homem, seja em seus caracteres evolutivos – na constituição anatômica que viabilizou a espécie *Homo sapiens sapiens* –, seja na saída da natureza para a cultura; respectivamente, Richard Wrangham e Claude Lévi-Strauss. Em *Pegando Fogo*, Wrangham (2010) explica de que modo o domínio do fogo, que possivelmente aconteceu há 200 mil anos, levou a mudanças alimentares por meio da adoção do mesmo para cozer a carne. Essa mudança na dieta dos hominídeos provocou o melhor aproveitamento energético dos alimentos, que ocasionou mudanças anatômicas nas espécies e determinou o aumento dos cérebros, criando a espécie *Homo sapiens sapiens*.

Durante mais de 2,5 milhões de anos, nossos ancestrais arrancaram a carne dos ossos animais, e o impacto foi imenso. Uma dieta que incluía tanto carne crua quanto alimentos vegetais empurrou nossos antepassados para fora da rotina *australopithecina*, iniciou a evolução de seus cérebros maiores e provavelmente inspirou uma série de inovações para o processamento de comida. Segundo as evidências que trazemos em nossos corpos, porém, teria sido necessária a invenção do cozimento para converter habilinos em *Homo erectus* e dar início à jornada que levou, sem quaisquer mudanças de vulto, à anatomia dos seres humanos modernos. (WRANGHAM, 2010: 84)

Já em *O Cru e o cozido*, Lévi-Strauss (2004) busca analisar diversos mitos elencados por pesquisadores de povos indígenas do Brasil. Muitos mitos indígenas direta ou indiretamente fazem referência ao domínio, à invenção, ao uso do fogo, das formas de cozinhar. É um símbolo no pensamento ameríndio, representando a passagem da natureza para a cultura. Utilizam a metáfora por meio da qual o cru é a natureza e o fogo, a cultura.

Animais comem carne crua e homens comem carne cozida. Os dois autores mencionados pensam, assim, o desenvolvimento a partir do uso do fogo. O domínio deste para práticas alimentares mostra-se determinante para o desenvolvimento anatômico dos humanos e a saída do estado de natureza para a cultura.

Se continuarmos a pensar sobre o desenvolvimento das técnicas de produção de artefatos com o fogo, logo nos depararemos com os chineses. Estes desenvolveram, há cerca de dois mil anos, a técnica de produção de fogo sem a necessidade de ter o ar como comburente. As reações que produzem fogo estão baseadas na utilização de um produto (combustível) e de um reagente (comburente) que, quando recebem determinada carga de energia, entram em reação, liberando calor. A maioria das reações químicas que produzem fogo têm como comburente o oxigênio. Os chineses foram os primeiros, de que a história tem notícia, a produzirem um composto químico que não necessitasse de oxigênio para reagir. Este composto recebeu o nome de pólvora negra e utilizava o carvão mineral como comburente. A partir desse composto, foram criados diversos artefatos pirotécnicos que passaram a ser utilizados em festejos e celebrações.

Fluxos culturais levaram a técnica de produção da pólvora negra até a Europa, onde transformações e apropriações levaram ao surgimento de manifestações da cultura popular que a utilizavam como brinquedo e, até mesmo, segundo Chagas (2006), foram produzidas as primeiras armas de fogo – mais precisamente, com Walter de Milimete, que em 1326 produziu a bombardarda, um canhão que lançava projéteis de pedra durante a Guerra do Cem Anos entre a França e a Inglaterra.

Certamente por meio de fluxos culturais, os modos de produzir a pólvora negra chegaram até o sertão norte da Bahia. Em Senhor do Bonfim, os elementos constituintes e as proporções na produção do composto variaram, e até hoje variam (de tenda a tenda, de fogueteiro a fogueteiro), até chegar nas proporções utilizadas em cada espada. Elementos abundantes no bioma local foram utilizados e incluídos na produção da pólvora.

O fogo, na história da humanidade, passou a ser também mecanismo de opressão e de violência. Deixando um passado em que era utilizado como ferramenta de manutenção das temperaturas contra as intempéries climáticas, defesa contra agentes da natureza, produção de ligas metálicas e de utensílios mais rígidos e resistentes, passou a ser também utilizado para a realização de guerra e de violência. Importa pensar que o Estado é o único que se constitui legitimamente como detentor da violência, como afirma

Max Weber (1993) em *Política como Vocação*. O Estado é uma relação de iguais que se mantém pela violência considerada legítima do aparato administrativo que atua circunscrito a um determinado território, baseado em crenças e valores que monopolizam o uso da força. A partir do momento em que os artefatos pirotécnicos passam a serem vistos e entendidos com potencial de tornarem-se armas e de instituírem a violência, o Estado passa a regular a sua produção.

No caso das espadas, mesmo existindo regulamentação há muitos anos, só começa a haver uma fiscalização mais presente e recorrente por parte do Exército brasileiro e da Polícia Civil do estado da Bahia a partir da tragédia da explosão da fábrica de produção de fogos de artifício em Santo Antônio de Jesus, no Recôncavo baiano. No dia 11 de dezembro 1998, um galpão de 200 metros quadrados onde trabalhavam 100 pessoas na produção de bombas e traques explodiu. Dentro do galpão estava armazenada cerca de uma tonelada e meia de pólvora quando ocorreu a explosão. Sessenta e três pessoas vieram a óbito instantaneamente e outras três pessoas foram socorridas no hospital do município de Santo Antônio de Jesus, mas não resistiram aos ferimentos. O acidente teve repercussão internacional quando a Organização dos Estados Americanos (OEA) condenou o Brasil por omissão de justiça tendo em vista que os acusados não haviam sido julgados até o ano 2010. A família proprietária da fábrica era uma grande produtora, detentora de outras grandes fábricas de produção de fogos de artifício e bombas. Eles possuíam grande influência no judiciário baiano e recursos financeiros que pudessem adiar o julgamento com interposições de recursos de toda ordem, o que retardou a condenação e o pagamento das indenizações às famílias das pessoas vitimadas na explosão. Em 2001, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos condenou o Brasil, após o acolhimento da denúncia do Fórum de Direitos Humanos de Santo Antônio de Jesus (FDH).

A repercussão dentro do estado da Bahia desse acidente e a condenação do Brasil na corte dos Estados Americanos (OEA) foram fatos que fizeram aumentar as fiscalizações e influenciaram a atuação mais incisiva do Ministério Público Estadual (MP-BA) no combate à produção artesanal de artefatos pirotécnicos sem certificação.

No caso da espada, os artefatos são produzidos em tendas menores, com o emprego de no máximo uma dezena de trabalhadores artesanais que se utilizam de máquinas de madeira concebidas e produzidas pelos próprios fogueteiros. Os pequenos

fogueteiros, por não terem condições financeiras, viram seu saber e seu fazer, que garantem emprego e renda para suas famílias, serem tratados no mesmo grau e como se fossem da mesma circunstância de grandes produtores de fogos de artifício do Recôncavo, os quais se utilizavam da exploração da força de trabalho de centenas de operários em condições insalubres e sem as devidas medidas de proteção, inclusive com o trabalho de mulheres, gestantes e crianças.

Na busca de evitarem novos acidentes e possíveis tragédias com a de Santo Antônio de Jesus, os órgãos competentes de fiscalização e regulação da produção de produtos controlados passaram a atuar mais incisivamente nos municípios do interior do estado. Os fogueteiros, no caso das espadas utilizadas nos festejos juninos, por deterem o conhecimento sócio-técnico de produzirem artefatos explosivos e forjarem brinquedos de fogo, entraram na mira dos órgãos públicos responsáveis pela regulamentação e fiscalização de “produtos controlados”, o que é definido pelo Art. 8º do decreto 3.665 de 20 de novembro de 2000, conhecido também como Regulamento para a Fiscalização de Produtos Controlados (R-105).

Art. 8º A classificação de um produto como controlado pelo Exército tem por premissa básica a existência de poder de destruição ou outra propriedade de risco que indique a necessidade de que o uso seja restrito a pessoas físicas e jurídicas legalmente habilitadas, capacitadas técnica, moral e psicologicamente, de modo a garantir a segurança da sociedade e do país. (BRASIL, 2000)

Os fogueteiros, em sua grande maioria, produzem artefatos pirotécnicos desde a infância. Aprenderam pela troca de informações, por meio da oralidade, na troca de saberes intergeracional, desde jovens, sem nunca terem se preocupado com os procedimentos legais exigidos para a produção. Hoje “senhores de idade” passaram a serem vistos pelas autoridades do exército, da polícia civil e do ministério público estadual como autores de delitos, por produzirem artefatos que contêm pólvora – artefatos que produzem som, luz e fogo –, não o fazendo dentro das portarias, decretos e leis que definem as regras de segurança no país. Desse modo, não possuem os registros e certificados exigidos pelo Estado. Sem possuir a certificação para a produção, sem possuir o Título de Registro (previsto para produtores de artefatos pirotécnicos na R-105) e sem recolher impostos, passaram a sofrer detenções, prisões e começaram a se esconder em

locais cada vez mais distantes do centro das cidades, buscando fugir das ações de fiscalização. Entretanto, os fogueteiros realizam esse tipo de atividade na cidade de Senhor do Bonfim desde o final do século XIX e nunca foram convocados para qualquer atividade que buscasse a regulamentação da produção, mesmo existindo marco legal que os possibilitem alcançar a certificação do exército para a produção, como preconiza a portaria nº 006 da Divisão de Logística do exército brasileiro de 21 de março de 2001, a qual estabelece as condições em que microempresas, fabricantes artesanais de fogos de artifício, podem ser autorizadas a funcionar com Certificado de Registro (CR) e com o Termo de Registro (TR).

Desde que me entendi, meu pai já fazia. Ele me contava que um tal de Cicílio começou a fazer, ele começou a ir lá. Eu não queria saber de escola, queria saber de espada. Aí comecei a fazer espadas. Aí eu fui lá e comecei a aprender com ele também. Quando Deus o levou, eu comecei a tocar o barco. Seu Cicílio fazia busca-pé. Ele foi o primeiro a fazer. É uma espada que tinha um explosivosinho no final, andava, andava e depois explodia. Aí proibiram por causa do perigo e ele começou a fazer espadas (Zé Cabide, fogueteiro).

As atividades de fiscalização realizadas pelos órgãos competentes estão indo no sentido de apreensão de equipamentos e de fogos de artifício e de destruição dos equipamentos de produção e das tendas onde era realizada a feitura das espadas, sem nunca visarem a instrução de como se adequar à produção legal dos artefatos. E quando se busca compreender as normativas de certificação, logo fica evidente o rebaixamento do saber tradicional de produção em relação ao saber técnico acadêmico do engenheiro químico, que é o profissional que irá legitimar a prática do fogueteiro (químico popular, como gosto de chamar).

Cultura popular e o crime: uma relação histórica ainda viva

Os espadeiros e os fogueteiros são atores que estão inseridos em determinada coletividade sócio-histórica, situam-se em um campo de relações sociais constituídas por laços de parentesco e afetividade, e possuem crenças e valores em comum que os fazem

sair às ruas no dia 23 de junho para festejar São João. Sua participação na Guerra de Espadas aproxima-se da definição de cultura popular proposta por José Jorge de Carvalho:

Conjunto de formas culturais – música, dança, autos dramáticos, poesia, artesanato, ciência sobre a saúde, formas rituais tradicionais de espiritualidade, que foram criadas, desenvolvidas e preservadas pelas comunidades com relativa independência das instituições oficiais do Estado, ainda que estabelecendo com elas algum apoio parcial ou eventual. As culturas populares distinguem-se também do que chamo de cultura popular comercial por não necessitarem de implementos da indústria audiovisual, nem para sua concepção, nem para sua produção, nem para sua circulação no contexto em que foram criadas e em que são preservadas. Nesse sentido, pautam-se por um princípio de autonomia na frugalidade, na medida em que se reproduzem utilizando seus modestos recursos materiais e simbólicos e tomando em conta seus ritmos próprios de continuidade, mudanças e transformações. Em um nível diferente de abstração, podemos dizer que a autogestão e a auto-sustentabilidade comunitária são os princípios que organizam a produção das culturas populares; e a oralidade é o seu meio predominante de expressão e transmissão. (CARVALHO, 2007: 81)

Essa independência e autonomia observada na criação e no desenvolvimento das culturas populares é, porém, relativa. Os agentes do que chamamos de cultura popular estão necessariamente relacionando-se com uma realidade mais ampla. A própria ideia de “cultura popular” pressupõe a existência de outra esfera, em relação de oposição, isto é, a cultura oficial, dominante, hegemônica. Como indicou Gramsci e outros autores que desenvolveram suas propostas, a hegemonia jamais será exclusiva (ver, por exemplo, WILLIAMS, 1979). Trata-se, de fato, de um campo de forças, no qual a cultura hegemônica lida constantemente com outras esferas que a ela se opõem. Tanto a cultura dominante quanto a cultura popular só podem ser definidas pela relação de tensão entre elas. Como aponta Stuart Hall (apud BRAZ DIAS, 2004: 8), entre a cultura dominante e a cultura popular haverá sempre pontos de resistência, aceitação, superação, influência, recusa, troca, oposição, incorporação e/ou negociação. As manifestações de cultura popular não são estáticas e nem sujeitas exclusivamente à sua dinâmica interna. Elas precisam construir-se continuamente num campo de poder que lhes desfavorece, dialogando com uma realidade maior que as engloba.

Assim, apesar de se constituírem, de certo modo, independentes do Estado e pela ação de grupos sociais que realizam suas práticas a partir do que entendem como parte da sua história, elemento de suas tradições, as manifestações da cultura popular precisam

responder às imposições do Estado. O Estado sempre se relacionou com essas manifestações submetendo-as a categorias que não lhes eram próprias e atribuindo valor sobre o que era realizado. Desse modo, desde a constituição da República, o Estado submeteu as manifestações de cultura popular a políticas repressivas e de restrições das práticas – especialmente quando advindas de grupos étnicos subalternizados, ou que não eram legitimados como patrimônio nacional, portanto, não entendidos como componente da identidade nacional.

O Estado buscou em diversos momentos ressaltar, salvaguardar e valorizar certas manifestações em detrimento de outras, a partir do que poderíamos entender como um processo de construção da identidade nacional. Assim, buscou adotar coleções de expressões como representativas, sem levar em consideração os atores que as praticavam e relevando ao esquecimento deliberado ou até mesmo provocando ações de caça de atores que realizavam manifestações da cultura popular que eram entendidas como criminosas, desviantes, ou que representassem o “atraso”.

A interface entre o Estado e as comunidades praticantes dessas manifestações foi estabelecida pelo viés da higienização ou da segurança pública. Estes dois modos de relação se estabelecem a partir de ideias de modernidade. Nesse sentido, não seria compatível com o Estado-nação moderno o que é exótico, popular, primitivo – ao menos quando isso não se enquadrasse no que a nação estabelece como adequado, seguro e legal.

Processos de criminalização ou proibição das mais diversas práticas culturais foram instituídos na história do Brasil. Como as instituições penais e instituições de sanções pensam a noção de crime? Para o direito penal brasileiro, crime é uma conduta (este termo é utilizado para definir a prática de um ato ou a omissão de um ato) que tenha tipicidade (que se enquadre em alguma categoria já prevista no legislação), possua autoria e que inflige alguma norma anteriormente estabelecida (pelo poder legislador) e que pode ensejar alguma sanção penal a ser estabelecida por juízo competente (ação de juízes ou cortes) após instrução de inquérito investigativo (processo de investigação realizado por polícia judiciária), tendo o autor o direito à ampla defesa e contraditório garantidos. Esta é a definição aproximada que consegui a partir da leitura de vários autores do direito penal (ver GRECO, 2007; BITTENCOURT, 2008; MASSON, 2010; NUCCI, 2010; ZAFFARONI, 2004; BRASIL, 1940).

Entretanto, a concepção de crime pensada de forma objetiva, sem levar em consideração a construção sócio-histórica das categorias envolvidas e as relações de

poder engendradas entre as estruturas institucionais e os diversos atores envolvidos na trama social nos mais diversos contextos em que a cultura popular tenha por ventura passado por processos de sanção penal, não consegue abarcar a complexidade dos processos de criminalização. Por este motivo se faz salutar a busca por uma concepção analítica mais robusta contra a ideia essencializada de crime. O interacionismo simbólico e a teoria do desvio proposta por Howard Becker (2008) nos ajudam a pensar melhor esta questão. Por essa via, o conceito de crime é substituído pela ideia de desvio, já que este supõe uma relação social produtora de regras e definidora do que é delito a partir da construção de rótulos que são projetados sobre determinados atores, que passam a ser vistos como desviantes ou *outsiders*. Esta abordagem provoca uma relativização que deixa claro que não há uma definição de certo ou errado estabelecida nos atos dos atores, mas sim uma definição a partir de processos de julgamentos que envolvem grupos dominantes, ou estabelecidos, e desviantes, *outsiders*. Desse modo, o desvio não está no sujeito que pratica o ato, a conduta, mas sim, situa-se nas relações que se estabelecem entre vários sujeitos e na formulação do que é desviante. Como afirma Becker (2008: 27), “[d]esvio não é uma qualidade que reside no próprio comportamento, mas na interação entre a pessoa que comete um ato e aqueles que reagem a ele.”

O conceito de desvio é muito interessante para pensar o processo de criminalização da Guerra de Espadas porque esta é tratada de formas variadas dependendo das pessoas que ocupam as cadeiras de determinadas instituições e do arcabouço simbólico que estas possuem em relação à manifestação da cultura popular que se utiliza de artefatos pirotécnicos. As espadas passaram muito tempo sendo soltas na noite da véspera de São João (23/06) e na noite de São Marçal (30/06) sem serem consideradas perigosas ou serem comparadas com armas, como vêm passando nesses últimos anos – portanto, sem serem consideradas partes de uma conduta desviante. Entretanto, mudanças provocadas pela necessidade de buscar mais segurança em eventos públicos no estado da Bahia e pelo aumento na fiscalização do que se convencionou chamar de “produto controlado” provocou um endurecimento nas ações de combate à produção das espadas e na redução da área onde acontece a Guerra de Espadas. O combate e o controle da prática e da produção vêm acontecendo de forma mais rígida ou mais suavizada a depender do exame de consciência daquele que ocupa as cadeiras nas instituições de controle do Estado. Mesmo tendo uma aceitação da

grande maioria da população bonfinense e dos turistas que visitam a cidade no período junino, para o Estado e para pessoas de outras localidades a Guerra de Espadas é vista como uma festa perigosa e violenta.

Importa ressaltar aqui que o que chamamos de Estado é, de fato, uma entidade bastante plural e multifacetada. Para os poderes executivo e legislativo no âmbito municipal, a Guerra de Espadas compõe o calendário festivo das festas Juninas, sendo o espadeiro um personagem importante para a história da cidade. Já para o Ministério Público, a Polícia Civil, o Exército e o Executivo e o Legislativo em nível estadual, a Guerra de Espadas é uma conduta que precisa ser minorada, está fora da norma, é um ato desviante, que precisa ser sancionado e findar, ou ser deslocado para regiões desabitadas e sem patrimônio privado em seu entorno, saindo das ruas do centro da cidade. Fica evidente como a noção de delito é relacional, tendo em vistas que em alguns âmbitos de atuação das instituições públicas a Guerra precisa ser mantida e preservada (como veremos no próximo capítulo); já em outros níveis se faz necessário deslocar, ou restringir e/ ou acabar.

A criminalização das culturas populares na história do Brasil

O processo de criminalização pelo qual vem passando a Guerra de Espadas não é, como já dito, algo novo na história do Brasil. Outras manifestações da cultura popular também passaram, ou estão passando, por processos de opressão estatal e/ou criminalização – evidentemente, motivados por questões diversas. Casos como o dos terreiros de religiões de matriz africana, o samba e a capoeira e, mais recentemente, a farra do boi e a vaquejada podem ser elencados para exemplificar com o Estado estabeleceu políticas de restrição e controle sobre a cultura popular.

No caso das religiões afro-brasileiras, delegados de polícia e o poder público criminalizaram a “prática de feitiçaria e de falsa medicina” que acontecia nos terreiros de candomblé e de umbanda. Na verdade, utilizavam-se desse argumento para criminalizar religiões que têm suas origens nas práticas de ex-escravos e em cultos com origens africanas. Essas ações do Estado que se operacionalizavam em delegacias e grupamentos de polícias especializados em ordem pública nada mais eram do que ações de higienização que buscavam coibir as práticas advindas de um grupo étnico subalternizado, os negros.

Os pais de santo e as mães de santo foram atacados e passaram por constantes humilhações e constrangimentos por serem taxados de falsos médicos, charlatães e feiticeiros. Até mesmo leis que exigiam registros no Departamento de Polícia para garantir o controle do Estado das práticas religiosas foram promulgadas. Para o funcionamento regular dos terreiros era necessário uma licença especial estabelecida pela polícia. A criminalização dos cultos de matriz africana foi enquadrada como tipo penal enquanto prática de curandeirismo prevista no código penal de 1890:

Art. 158. Ministras, ou simplesmente prescrever, como meio curativo para uso interno ou externo, e sob qualquer forma preparada, substancia de qualquer dos reinos da natureza, fazendo, ou exercendo assim, o officio do denominado curandeiro:

Penas – de prisão cellualar por um a seis mezes e multa de 100\$ a 500\$000.

Parapho unico. Si o emprego de qualquer substancia resultar á pessoa privação, ou alteração temporaria ou permanente de suas faculdades psychicas ou funcções physiologicas, deformidade, ou inhabilitação do exercicio de orgão ou aparelho organico, ou, em summa, alguma enfermidade:

Penas – de prisão cellualar por um a seis annos e multa de 200\$ a 500\$000.

Si resultar a morte:

Pena – de prisão cellualar por seis a vinte e quatro annos.

(BRASIL, 1890)

No Rio de Janeiro, Distrito Federal, até mesmo uma divisão da polícia foi criada para reprimir a prática da capoeira, o samba e os cultos de religiões de matrizes africanas: era a Delegacia de Costumes, Tóxicos e Mistificações (DTCM). A delegacia reprimia todos os elementos culturais que possuíam alguma ligação com o negro, inclusive, realizando o combate aos usos da maconha, erva comumente utilizada por negros nos morros do centro do Rio de Janeiro.

Para evitarem a verdadeira caçada que sofriam e as constantes batidas policiais, muitos terreiros buscaram ir em direção a regiões mais afastas e a se utilizarem de táticas que reverberavam no coronelismo próprio das primeiras décadas do século XX no Brasil. Para evitar a perseguição, utilizaram-se das relações personalistas que muitos “ogãs” tinham com figuras públicas e cargos de chefia para tentar mediar a relação conflituosa

de opressão que sofriam. Até que em 1946, por iniciativa do Deputado Federal por São Paulo, o comunista e escritor Jorge Amado, conseguiu-se inserir na constituição daquele ano a liberdade de religião e culto²⁷. Assegurou-se que os cultos de religiões afro-brasileiras pudessem ser realizados sem a alcunha de ilegal ou a necessidade de passar por cadastros junto aos departamentos de polícia, desse modo, sem sofrer a perseguição escancarada que sofriam.

Art 31 - À União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios é vedado: I - criar distinções entre brasileiros ou preferências em favor de uns contra outros Estados ou Municípios; II - estabelecer ou subvencionar cultos religiosos, ou embaraçar-lhes o exercício; III - ter relação de aliança ou dependência com qualquer culto ou igreja, sem prejuízo da colaboração recíproca em prol do interesse coletivo; IV - recusar fé aos documentos públicos; [...]

Art 141 - A Constituição assegura aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança individual e à propriedade, nos termos seguintes: § 7º - É inviolável a liberdade de consciência e de crença e assegurado o livre exercício dos cultos religiosos, salvo o dos que contrariem a ordem pública ou os bons costumes. As associações religiosas adquirirão personalidade jurídica na forma da lei civil. § 8º - Por motivo de convicção religiosa, filosófica ou política, ninguém será privado de nenhum dos seus direitos, salvo se a invocar para se eximir de obrigação, encargo ou serviço impostos pela lei aos brasileiros em geral, ou recusar os que ela estabelecer em substituição daqueles deveres, a fim de atender escusa de consciência. (BRASIL, 1946)

O samba possuía uma forte ligação com as religiões de matrizes africanas, tendo se desenvolvido nas casas das “tias” onde verdadeiros núcleos de resistência às opressões eram costurados. Reuniões de músicos produziram uma composição que cantavam as

²⁷ <http://www.migalhas.com.br/Quentes/17,MI161328,41046-Jorge+Amado+100+anos> acesso em 25 de setembro de 2016 às 22: 14 horas.

experiências da vida e também se constituíam como os sambas de terreiro. Como se apresenta no dossiê das Matrizes do Samba no Rio de Janeiro (2007), no começo do século XX “tais espaços eram originalmente chamados terreiros, lugar de encontro e celebração dos atores dos ‘guetos’, que ali cantavam e dançavam seu samba livre, com as marcas de sua ancestralidade. Uma das modalidades de samba praticadas nesse lugar era o samba de terreiro, que cantava as experiências da vida, o amor, as lutas, as festas, a natureza e a exaltação da sua escola e do próprio samba”.

A política pública de transformação do centro do Rio de Janeiro, executada por Pereira Passos, prefeito da cidade no início do século XX, tinha a intenção de higienizar a cidade deslocando para regiões mais afastadas os cortiços e tudo que representasse pobreza, doença ou atraso, com base nos padrões europeus de cidade. Pereira Passos queria transformar o Rio de Janeiro em uma cidade parecida com Paris, ou nos moldes desta, transformando o Distrito Federal em uma cidade “moderna”. Para tanto, buscou retirar à força do centro da cidade terreiros, zonas de baixo meretrício, casebres, cortiços, além de alargar as ruas provocando o deslocamento de pessoas para os morros do centro da cidade e para a zona portuária.

Com a drástica intervenção urbanística realizada pelo prefeito Pereira Passos na primeira década do século XX, promovida com o intuito confesso de “limpar” a cidade de tudo que significasse pobreza, doença e atraso, dando feição que se pretendia moderna a uma metrópole que se queria europeia, essa população marginalizada se reuniu na região conhecida como Cidade Nova e aí, em torno da casa da baiana Tia Ciata, formou um poderoso núcleo de resistência cultural, cuja produção vigorosa começou a furar o bloqueio social, econômico e geográfico (IPHAN, 2007:13).

O processo de criminalização do samba foi tão forte que até mesmo compositores da época, como Assis Valente afirmou, “anunciaram e garantiram que o samba ia se acabar”. Entretanto, os mecanismos de resistência e a adoção do samba como símbolo nacional pelo Estado Novo do nacionalista Getúlio Vargas deram novos contornos ao gênero musical. Evidentemente, isso foi feito a partir de processos que transformavam o samba em um estilo musical mais palatável às classes médias e à elite

política do Brasil. Era um processo de embranquecimento da música negra que se construiu em torno de terreiros das tias vindas da Bahia.

Algo parecido ocorreu com a capoeira, que passou por um processo de criminalização, tendo uma tipificação penal específica no código penal brasileiro, e passando a ser esporte nacional, com o advento do Estado Novo e com ações de legitimação propostas por diversos atores, inclusive por mestre Bimba, que a coloca enquanto prática de artes marciais em academias. A capoeira passou pelo processo de criminalização tendo em vista ser uma prática corporal que envolve golpes e contragolpes, com o medo de rebeliões dos negros escravizados e, posteriormente, das classes populares subalternizadas das grandes cidades do Brasil, especialmente, Salvador, Recife e Rio de Janeiro. A capoeira passou a ser tratada como crime de vadiagem, como estava previsto no código penal do império (1830).

Dessa forma, as autoridades, buscando conter a evolução da prática da capoeira, pelo medo de uma rebelião escravista e visando punir os praticantes, entenderam, de forma implícita, que a prática da capoeira podia ser tratada como vadiagem, e, portanto, enquadrar-se-ia nos artigos 295 e 296, localizados no Capítulo IV, intitulado de Vadios e Mendigos, do Código Penal do Império do Brasil, de 1830. Em 1888, muda-se o contexto da capoeira por tratar-se, agora, não mais de escravos, tendo em vista que fora promulgada a Lei Áurea libertando os escravos, instaurando a discriminação, tendo em vista que não havia lugar para os libertos na sociedade, sem trabalho e sem moradia, restando-os a malandragem e inserindo a capoeira no universo da marginalização, por ser praticada nas ruas e reuniões em maltas. (BRAGA; SALDANHA, 2014:10)

Um ano após a proclamação da República, é promulgado o código penal da Primeira República pelo decreto nº 847 de 1890. Nele, os capoeiristas passam a ter uma tipificação penal criminalizante. Dentro dessa nova realidade histórica e política, os escravos agora libertos praticantes da capoeira passam a ser criminalizados pelo artigo 402 do capítulo XII “Dos Vadios e Capoeiras”. O texto legal expressa enfaticamente.

Art. 402. Fazer nas ruas e praças públicas exercício de agilidade e destreza corporal conhecida pela denominação de Capoeiragem: andar

em carreiras, com armas ou instrumentos capazes de produzir lesão corporal, provocando tumulto ou desordens, ameaçando pessoa certa ou incerta, ou incutindo temor de algum mal; Pena de prisão celular por dois a seis meses. Parágrafo único. É considerado circunstância agravante pertencer a capoeira em alguma banda ou malta. (BRASIL, 1890)

Mestre Bimba teve um papel importante no processo de legitimação e descriminalização da prática da capoeira a partir da inserção da capoeira em academias e a transformando ou a moldando como uma arte marcial brasileira, com a construção da “capoeira regional”. Evidentemente, essas alterações da capoeira tradicional, ou melhor, “capoeira angola”, garantiu a melhor aceitação pelas elites políticas, as classes médias e dominantes. No ano de 1932, o presidente da república Getúlio Vargas, em seus anseios nacionalistas, descriminalizou a capoeira e outras manifestações populares, como o samba. Rotulou-a como “único esporte verdadeiramente nacional”, afirmação declarada no dia 23 de julho do ano de 1953 no Palácio da Aclamação em Salvador, segundo Braga e Saldanha (2014). Após a Constituição de 1988, a capoeira ganhou legitimidade e passou a ser protegida nos termos do Estatuto da Igualdade Racial (Lei n. 12.228 de julho de 2010) e é registrada enquanto patrimônio cultural imaterial do Brasil no ano de 2008 – o que revela, uma vez mais, o caráter contextual da noção de desvio e a dinâmica do campo maior em que se inserem as manifestações de cultura popular.

Após a redemocratização e a Constituição de 1988, outras manifestações passaram por processos de questionamentos por parte do Estado brasileiro, desta vez dentro do contexto do Estado democrático de direitos, tendo como cerne dos questionamentos o conflito entre princípios fundamentais, quais sejam: o direito à cultura e o direito ao meio ambiente equilibrado.

A farra do boi é uma manifestação popular que ocorria na região do litoral de Santa Catarina, também chamada de “boi do campo”. É uma prática que ocorre no período da semana santa e consiste no sacrifício de um gado bovino em uma espécie de festa. Antes do sacrifício, o gado é solto em um campo aberto para que pessoas se arrisquem em se aproximar do bravo animal. A prática remete à ocupação da região por açorianos que, por volta do século XVIII, chegaram àquela região de Santa Catarina. Na década de 1990, um processo de proibição da manifestação entrou em questão nos tribunais de Santa Catarina. O embate sobre a proibição da farra do boi se deu entre os praticantes e as

sociedades de defesa dos animais (Associação Amigos de Petrópolis, Associação Protetora dos Animais, Associação Zoologia Educativa e a Liga de Defesa dos Animais). Deram entrada na Ação Civil Pública n. 023.89.0300082-0, afirmando que o art. 225, em seu inciso primeiro da Constituição de 1988, estava sendo violado com a prática da farra do boi e que o estado de Santa Catarina deveria tomar medidas para coibir a prática.

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público: [...]VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade. (BRASIL,1988)

O juiz de primeira instância decidiu não acatar a ação, afirmando que a solicitação era improcedente. As associações recorreram ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina, que julgou improcedente, afirmando que a farra do boi era uma manifestação cultural da tradição da população do litoral de Santa Catarina, que os maus tratos não eram intrínsecos à brincadeira, e que o estado de Santa Catarina havia tomado as medidas para evitar que a prática de maus tratos e crueldade contra os animais que eram imolados acontecesse.

As associações de defesa dos animais recorreram da decisão do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) com um recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal (STF). Com base no art. 225 da constituição, o STF considerou que a prática cultural ia contra o direito de um ambiente equilibrado e proibiu a realização da manifestação, exigindo que o estado de Santa Catarina criminalize aqueles que realizam a festa. Muito interessante perceber o voto do Ministro Maurício Côrrea, o único ministro a considerar que ao caso da farra do boi deveriam ser aplicados os art. 215 e 216 da Constituição que versam sobre a atuação do Estado frente aos direitos culturais, não havendo antinomia jurídica na Constituição, sendo necessário optar por estes em detrimento do art. 225.

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional. § 2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais. § 3º A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à: I defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro; II produção, promoção e difusão de bens culturais; III formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões; IV democratização do acesso aos bens de cultura; V valorização da diversidade étnica e regional.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988)

A ferra do boi não se enquadra dentro do que é considerado “normal”, dentro do que pode ser entendido como hodierno, sendo algo que se baseia nos excessos, na quebra de barreiras que escandalizam a moral atualmente vigente e dominante. Por este motivo, a manifestação acabou por ser criminalizada e sua prática, proibida. Às vistas da Justiça, no Estado democrático de direito, a cultura não é argumento legítimo que justifique ações de crueldade contra os animais.

Na verdade, o problema todo é que o boi solto está situado no campo do excesso, não da norma. É uma transgressão, uma extravagância mal comportada, capaz de escandalizar a moral vigente, urbana, educada, asséptica. Ora, o boi rompe cercas, provoca o instinto, ataca, bufa, não quer ser domado. O pescador quer a correria, o desafio, a galhofa, procura superar as fronteiras do tempo hodierno, enfim diverge da ordem natural das coisas (LACERDA, 1993: 119).

Já com relação à vaquejada, manifestação cultural comum no nordeste do Brasil, um processo vem colocando em debate a transformação de suas realizações tendo em vista o art. 225 da CF/88, haja vista que, segundo as associações de defesa dos animais, os novilhos são submetidos a tortura e maus tratos para saírem em disparada nos circuitos montados para a realização da vaquejada. O questionamento no meio jurídico está assentado sobre uma ação direta de inconstitucionalidade (ADIN) proposta pela Procuradoria Geral da República contra a lei 15.299/2013, considerando que tal diploma legal é inconstitucional por estar em desacordo com o direito fundamental de um meio ambiente equilibrado. A lei em questão versa sobre a regulamentação da vaquejada enquanto prática esportiva, seja amadora ou profissional. Evidentemente, o que está em questão não são as pegadas de boi realizadas pelos vaqueiros que vivem da lida do gado no seu cotidiano para amarrá-lo e, em último caso, sangrá-lo para devolver ao seu dono de direito, o chefe do vaqueiro. Questiona-se, sim, a realização espetacularizada do ato de derrubar o boi bravo no chão em uma área delimitada para auferir pontos em uma competição.

O ofício de vaqueiro surge num contexto da busca e do manejo do gado bovino em criações extensivas na ocupação dos territórios do interior do Brasil, principalmente, nos sertões do nordeste. Trata-se de um contexto em que as criações de gado ficavam dispersas em grandes extensões de terra com cobertura vegetal natural, tendo em vista a grande oferta de terras e os poucos recursos para realizar o cercamento das áreas. Os vaqueiros se inserem nesse contexto como mestiços livres que prestavam serviços aos proprietários das terras, os coronéis, em troca de criação que vez por outra era comercializada nas feiras de gado ou sua carne vendida nas feiras locais. Já a lei aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado do Ceará trata do espetáculo da vaquejada, apesar de deixar espaço para que as festas comunitárias de vaquejada realizadas na zona rural de muitas cidades do interior dos estados do nordeste sejam associadas às vaquejadas de grandes arenas.

Na resposta ao questionamento feito pelo STF enquanto direito de defesa da constitucionalidade da lei, alguns argumentos elencados pelo poder executivo nos fazem pensar que a lei não trata exatamente da manifestação da cultura, ou melhor, da celebração do ofício do vaqueiro. Os argumentos elencados pela procuradoria do governo do estado do Ceará foram: a quantidade de recursos que envolvem a realização das vaquejadas,

cerca de 14 milhões de reais por ano, aquecendo a economia local e o turismo; que a lei atacada pela ADIN buscava justamente garantir por meio da regulação das vaquejadas a integridade física e a saúde dos animais e evitar práticas cruéis contra os novilhos; que a lei 15.299/2013 atente requisitos como a lei federal nº 10.220, de 11 de abril de 2001, que regulamenta a ocupação dos profissionais de rodeio como esportistas.

Em que pese se tratar de um questionamento da legalidade dentro do marco legal constitucional do ordenamento jurídico que se estabeleceu no Brasil a partir da Constituição de 1988 se referindo à prática das grandes vaquejadas e dos espetáculos que envolvem grandes públicos e somas vultosas de recursos financeiros, a aprovação da ADIN pelo pleno da suprema corte lançará na condição de prática criminosa toda e qualquer vaquejada, mesmo aquela realizada em circunstâncias comunitárias em celebração de missas de vaqueiro.

A criminalização da Guerra de Espadas

O processo de criminalização da Guerra de Espadas no estado da Bahia começou no ano de 2011, com a recomendação do Ministério Público da entrância de Cruz das Almas para que a Guerra não acontecesse e com a Ação Cautelar de Busca e Apreensão nº. 0001047-89.2011.805.0072 que determinava:

A busca e apreensão de todas as espadas em vias de emprego ou queima nas ruas e logradouros públicos desta cidade, seja ou não em dias comemorativos da tradição junina, ainda que em ruas e dias sinalizados como permitidos por nota de interesse geral divulgada pelo Poder Executivo local, por caracterizarem instrumentos utilizados na prática de crime. (MP, 2011)

A partir dessa ação cautelar acatada pelo poder judiciário da comarca local, começou o processo de busca e apreensão dos artefatos, a prisão de produtores (fogueteiros), até mesmo com a prisão de seu Mundinho (o produtor mais tradicional e reconhecido de Cruz das Almas) e a detenção de espadeiros que insistiam em soltar espadas durante o período junino.

Em Senhor do Bonfim, o processo de regulação a partir de ações do Estado não é algo recente. No ano de 1933, uma medida judicial proibia e colocava a polícia militar do estado na missão de coibir e prender todos aqueles que insistissem em soltar “busca-pé”, artefato de bambu com uma bitola e com o comprimento menor que os da espada, e que ao final da queima explodia, diferentemente da espada, que não explode no fim. Certamente esta proibição acabou incentivando a produção de espadas, que, do ponto de vista da segurança e da integridade física dos participantes, é menos lesiva. O Correio Bonfinense relata em uma notícia a proibição das bombas de clorato e dos busca-pés:

Correram alegremente as tradicionais festas do S. João, havendo profusão de fogueiras e muita cangica, pela fartura de milho e leite que as chuvas bem-ditas nos trouxeram. Não houve busca-pé nem bombas de chlorato, pela oportuna proibição da policia, zig-zagueando apenas as espadas nas ruas, apesar da chuvasinha impertinente que embarçou de verdade as juras dos compadres e os idyllios ao ar livre... (Correio do Bonfim – 25 de junho de 1933. Ano XX, Ed. 37, p.2.)

Já no ano de 2011, o MP recomendou que a prefeitura retirasse a Fogueira do Prefeito da travessa que ficava ao lado da prefeitura e colocasse na rua Carrapichel, rua sem muitas residências na periferia da cidade. Além disso, deu entrada em uma ação no judiciário visando proibir a fogueira de São Marçal (30/06), conhecida como “fogueira das moças”, que ocorria na Rua Visconde do Rio Branco. O MP havia sido questionado por alguns moradores da rua por conta das fachadas das casas e alegando a existência de um Abrigo de Idosos que se localiza nas proximidades da fogueira. Entretanto, toda a mobilização se deu pelas mãos de um senhor que é proprietário de um hotel que se localiza na esquina da rua. Como medida de garantir a continuidade da festa e evitar mais prisões por desacato, já que ocorreu o enfretamento dos espadeiros com agentes da polícia civil e soldados da Polícia Militar que se encontravam fechando as ruas e garantindo a decisão do Juiz, um grupo de espadeiros convidou os guerreiros a irem a rua Alberto Torres no bairro da Gamboa, onde a guerra aconteceu sem a fogueira de ramos.

A maior parte dos integrantes do Ministério Público, principal ator na busca da criminalização da manifestação, é da região metropolitana de Salvador e não compreende a realidade da Guerra de Espadas, acreditando que se trata de reminiscências de um passado violento. Contudo, organizadores das fogueiras, os espadeiros e os guerreiros colocaram um contraponto, a partir do medo de uma proibição como a expedida em Cruz

das Almas. Chamaram uma audiência pública na Câmara de Vereadores de Senhor do Bonfim com o intuito de debater o “Show de Espadas” por meio do recolhimento de 1% das assinaturas dos eleitores, o que garantiu a continuidade da Guerra nos anos de 2013, 2014 e 2015, entretanto restringindo-a a um circuito pré-determinado. Aqueles que soltassem espadas em ruas que não fizessem parte do circuito estavam à mercê da sanção estatal. Está posta a disputa entre a tradição e a modernidade. Entre o fato e o direito.

Os principais pontos que, para o Ministério Público, são conflitantes entre a legalidade e a Guerra de Espadas e, por este motivo, devem limitar ou findar a manifestação são: o direito de ir e vir; a propriedade privada e a saúde (a integridade física da população em geral e dos espadeiros). Já a Polícia Civil e o Exército veem a produção de artefatos pirotécnicos e de pólvora sem o Termo de Registro (TR) requisitado e previsto pela R-105 como o maior problema. Para estes agentes reguladores, os produtores e manipuladores de pólvora, por ser um produto controlado, precisam ter todos os certificados de produção e comercialização expedidos pela Coordenação de Fiscalização de Produtos Controlados da Polícia Civil da Bahia, pela Coordenação de Produtos Controlados da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia e pelos Serviços de Fiscalização de Produtos Controlados do Exército Brasileiro, além de precisarem passar por fiscalizações rotineiras que atestem que as normas de segurança e as garantias exigidas na expedição do TR estão sendo seguidas.

Os espadeiros vêm passando pelo processo de só poderem tocar espadas no circuito definido na audiência pública da Câmara de Vereadores, sob pena de serem presos por porte de arma de fogo, com base no art. 16 da lei nº 10.826 de 22 de dezembro de 2003, que afirma:

Possuir, deter, portar, adquirir, fornecer, receber, ter em depósito, transportar, ceder, ainda que gratuitamente, emprestar, remeter, empregar, manter sob sua guarda ou ocultar arma de fogo, acessório ou munição de uso proibido ou restrito, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar (BRASIL, 2003).

Entretanto, seria a espada uma arma? A dúvida se coloca, apesar da certeza com que o MP vem atuando na detenção e nas recomendações para que as polícias civil e

militar atuem nesse sentido. Na lei 3.665 de 20 de novembro de 2000, aparece uma definição do que seria arma. Fica evidente a questão da finalidade como sendo importante na categorização do ser ou não uma arma: “[a]rma é artefato que tem por objetivo causar danos, permanente ou não, a seres vivos e coisas.” Desse modo, fica patente o caráter pouco objetivo da definição, dada a necessidade da intencionalidade do ator que solta espada para definir o que é ou não uma arma, além da possibilidade de variadas interpretações dos atos em questão, não sendo possível definir *a priori*. Nesse sentido, até mesmo uma cadeira, um lápis ou uma chave de fenda podem ser armas. Mostra-se fundamental nessa categorização o sentido da ação racional, o sentido da conduta. Além disso, a lei 3.665/ 2000 define:

Art. 3º XII- Arma de fogo: arma que arremessa projéteis empregando a força expansiva dos gases gerados pela combustão de um propelente confinado em uma câmara que, normalmente, está solidária a um cano que tem a função de propiciar continuidade e a combustão do propelente, além de direção e estabilidade ao projétil. (BRASIL, 2000)

Tal definição é, portanto, diversa do que acontece nos processos químicos que envolvem a combustão durante o uso das espadas.

Com fundamentação na tipificação que categoriza a espada como arma, tive a surpresa de ter um dos meus informantes privilegiados, Moises, preso por soltar espadas na madrugada do dia 23 antes do horário da Guerra. Ficou uma semana preso na delegacia territorial de polícia civil de Senhor do Bonfim, apenas sendo liberado após o pagamento de fiança no valor de 3 mil reais. Mesmo não havendo intencionalidade de provocar danos, mesmo não provocando danos à propriedade privada de terceiros ou até mesmo a terceiros, foi enquadrado no artigo de porte de arma de fogo.

Outro argumento apresentado pelo MP se baseia no art. 5 da Constituição de 1988, que em seu inciso XV garante o direito de ir e vir: “É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou sair com seus bens”. Para o Ministério Público, a realização da Guerra de Espadas limita a locomoção das pessoas que não participam da manifestação, que mesmo de forma efêmera não podem sair às ruas ou não podem transitar nas ruas do circuito das

18h00 às 00h00 do dia 23 de junho. Isso se agrava nas ruas em que a manifestação se circunscreveu após a audiência pública que instituiu o Circuito da Guerra de Espadas, já que a manifestação que antes acontecia em muitas ruas em vários pontos da cidade passou a acontecer em apenas algumas ruas do centro, desse modo concentrando os espadeiros.

Outro argumento que é propalado pelo MP é com relação aos riscos que os artefatos pirotécnicos e a Guerra oferecem à saúde dos participantes, das pessoas que observam e dos transeuntes no dia de sua realização. A saúde é um direito indisponível, ou seja, não está à disposição dos atores, isso significa dizer que os cidadãos não podem dispor de sua saúde de forma deliberada. Por exemplo, não podem arrancar o próprio braço ou vender um rim. De modo análogo, os espadeiros não podem se queimar deliberadamente. Esse argumento se situa como um contraponto ao argumento dos espadeiros de que vai para a Guerra quem quer participar, assumindo racionalmente o risco de se queimar.

A incidência de acidentes com fogos de artifício e de queimados é maior no período da Guerra em relação ao resto do ano. Tal situação pressiona ainda mais o sistema de saúde municipal, já combalido devido à falta de estrutura profissional e física e pelos poucos recursos disponíveis para a área, o que reforça o argumento do Ministério Público com relação à saúde pública. Entretanto, o argumento que mais aparece e, quando aparece, é apresentado com maior veemência são os danos à propriedade privada provocados pelas limalhas e pelas chamas das espadas que produzem riscos nas fachadas das casas. A absoluta maioria dos moradores, ano após ano, protege suas janelas e portas com papelão e madeirites (folhas de compensado), permanecendo apenas as pinturas das paredes desguarnecidas em suas fachadas. No começo da tarde do dia 23, várias famílias colocam a proteção das casas, sendo compreensivos com relação às marcas deixadas pelas espadas. Entretanto, algumas pessoas, em número pequeno, que possuem propriedade no circuito instituído pela Câmara de Vereadores começaram a provocar o Ministério Público por se sentirem lesadas em seu patrimônio.

Como as queixas foram realizadas na promotoria do crime, e esta não tem autonomia para decidir se abrirá ou não inquérito, foi expedida uma série de recomendações à prefeitura no que diz respeito à Guerra, com o intuito de reduzir os danos causados às fachadas das casas. Uma das recomendações foi a mudança do circuito para áreas desabitadas, sem levar em consideração a relação de circulação que existe entre

as casas dos festeiros e as fogueiras de ramos, que há décadas acontece nas mesmas encruzilhadas.

A prefeitura municipal resolveu não seguir a recomendação e manteve nos anos de 2015 e 2016 o circuito, independente da possibilidade da instauração de inquérito de improbidade administrativa. Interessante perceber que existe uma ideia de tutela sobre a Guerra. A manifestação não é realizada por nenhum órgão público, mas sim, por meio da reunião de vários grupos, no encontro de cerca de cinco mil espadeiros, que se reúnem para soltar espadas em ruas já tradicionais, tendo a prefeitura apenas o papel de garantir alguma segurança. Entretanto, como é impossível individualizar as pessoas que participam da manifestação, o MP-Crime tenta dar a autoria da festa à prefeitura, que nesse caso específico apenas garante a segurança aos participantes.

A partir da realização da audiência pública de 2013 com a participação de uma quantidade relevante de representantes de grupos, de organizadores de fogueiras e de festeiros, ficou definido que a prefeitura tomaria algumas medidas para diminuir os riscos. Daí surge o circuito com a delimitação de áreas onde poderia acontecer a Guerra e onde há a atuação de equipes de combate a possíveis casos de princípio de incêndio. Colocam-se em serviço algumas equipes de brigadistas, portando extintores de incêndio, equipamentos de segurança e roupas adequadas ao combate a focos de incêndio; o Departamento Municipal de Trânsito (DMTRANS) monta barricadas nas vias onde ocorrem as queimas das espadas; *banners* sinalizam onde é o circuito; equipes formadas por médicos, enfermeiros e técnicos de enfermagem são colocadas em prontidão, em número maior do que em dias normais, em dois pontos próximos da Guerra – no Hospital Dom Antônio Monteiro e no Laboratório Central (LACEN), que se transforma no posto avançado de tratamento de urgência para queimados –; duas viaturas de combate a incêndio do Grupamento de Bombeiros Militares do Estado da Bahia são colocadas em prontidão em área próxima à manifestação; e há um reforço nas equipes do Serviço Médico de Atendimento de Urgência (SAMU).

Estes são os principais argumentos levantados contra a realização da Guerra, no que toca à proteção dos brincantes. Já com relação aos fogueteiros, existem outras questões levantadas pelo discurso proibicionista ou regulador.

A produção e o comércio de produtos controlados estão sob responsabilidade do exército brasileiro, que é o órgão nacional que fiscaliza produtos controlados e define se

um artefato está dentro dos requisitos mínimos para ter a certificação atestada. O decreto 3.665/2000 dá redação ao regulamento 105 (R-105), que define o necessário para a produção e a comercialização de produtos controlados de forma certificada.

Para a produção de artefatos pirotécnicos, como já apontado, é necessário retirar o Termo de Registro (TR), também sendo necessário o registro junto ao exército para a comercialização, com a retirada do Certificado de Registro (CR), segundo o art. 9 inciso I e VI do decreto 3.665/2000. A espada não é considerada um produto controlado pelo exército; já dois itens que a compõem, sim: a pólvora negra (nº de ordem na relação de produtos controlados 3320) e o nitrato de potássio (por ser utilizado na produção da pólvora negra), considerando suas características químicas que podem provocar danos e explosões quando utilizadas de forma indevida ou com essa finalidade. Produtos controlados são produtos que podem ser perigosos, serem utilizados para a produção de explosivos ou armas de fogos.

Interessante perceber que a espada enquanto artefato pirotécnico nunca passou por análise técnica da Secretaria de Ciência e Tecnologia (SCT) do Exército Brasileiro. Desse modo, ela não se enquadra em nenhuma categoria de fogos de artifício ou certificação já existente. Além disso, mais uma vez o saber popular passa a ser avaliado, subalternizado e submetido ao conhecimento técnico acadêmico. Para a obtenção do Termo de Registro, é necessário a avaliação e a assinatura de um técnico em química ou de um engenheiro químico que dará a entrada junto à SCT com o requerimento, como fica claro no art. 56 inciso 2: “No caso de fábrica de fogos de artifício de pequeno porte, o responsável poderá ser técnico químico, diplomado por curso técnico de química industrial”. Dentre outras exigências legais, se faz necessário que os locais de fabricação fiquem em distantes do perímetro urbano ou de outras residências, além de preservar a separação entre os locais de armazenagem e de fabricação, instalações elétricas dentro das normas de segurança, locais arejados e bem iluminados.

Após avaliação técnica da STC, os relatórios devem ser enviados para o Departamento de Logística do Exército, que produzirá o Relatório Técnico Experimental – RETEX, segundo o art. 57 do R-105. A partir daí o Departamento de Fiscalização de Produtos Controlados poderá expedir o Termo de Registro (TR). Depois de atender os requisitos dos órgãos ambientais, dos órgãos municipais, da Secretaria de Segurança Pública e da polícia civil, o fogueteiro poderá começar a produção.

A produção de pólvora fora dessas condições é considerada crime. Os fogueteiros de Senhor do Bonfim que produzem um tipo de pólvora negra desde o final do século XX não se enquadram nessas condições exigidas pelo Exército, ou seja, podem ser tipificados como delituosos. Os seus antepassados responsáveis por ensiná-los como fazer as espadas já realizavam o fabrico nas mesmas condições que eles se encontram atualmente. A partir da prisão de seu Zé Cabide pela polícia civil e a apreensão de todos os equipamentos utilizados no fabrico e dos ingredientes necessários para a produção de suas espadas, é que se tornou uma questão para os fogueteiros a regularização do fabrico. Entretanto, as condicionantes e a burocracia para a realização da solicitação do TR e do CR se demonstram uma barreira quase intransponível. Somam-se ainda algumas incertezas que são lançadas pelos fogueteiros sobre a possibilidade real de produzir os artefatos com certificação, já que possivelmente não existam condições de enquadrar a espada nos requisitos exigidos, tendo em vista a quantidade de pólvora negra utilizada e a forma de produção artesanal, que dificulta os mecanismos de fiscalização por parte do Exército Brasileiro e da Polícia Civil. Por não existir uma categoria que seja capaz de enquadrar as espadas, seja na R-105, seja no decreto estadual 12.163/2010 (que estabelece normas para a fiscalização, pelos órgãos de segurança pública do Estado, das atividades de fabrico, transporte, comércio e uso de fogos de artifício e pirotécnicos, no âmbito do Estado da Bahia), existe um debate sobre a exequibilidade do que vem sendo exigido.

O que se percebe é que tanto o viés criminalizante que se baseia nas garantias fundamentais previstas na constituição (direito de ir e vir, direito à propriedade privada e direito à saúde) quanto o argumento da regulação dos produtos controlados para garantir a segurança pública servem para decretar o fim dessa manifestação da cultura popular. O domínio técnico da produção de artefatos que produzem fogo e o uso destes artefatos no meio da rua são considerados potencialmente perigosos para a população. Como no mito de Prometeu, o conhecimento da produção de fogo é um instrumento de poder que deve estar restrito a poucos – uma norma que conjuga perigo e poder, e cuja transgressão é punida com penas severas. A higienização e o enquadramento das condutas envolvidas na Guerra de Espadas como criminosas, ou desviantes, limita a ação dos sujeitos, lançando-os em espaços cada vez menores ou periféricos, sem levar em consideração o que eles entendem como tradicional ou como culturalmente construído, como parte das suas histórias, das trajetórias individuais e da população de

uma cidade. É o anúncio do fim, da morte, da manifestação da cultura popular chamada de Guerra de Espadas por meio da forte intervenção do Estado em busca de uma pretensa modernidade. Ou é mais uma etapa da existência dinâmica dessa manifestação da cultura popular, cujos atores necessitam responder continuamente às pressões e aos desafios colocados pela cultura dominante, por caminhos que envolvem resistência, aceitação, incorporação e/ou processos diversos de negociação.

Capítulo IV

“Nossa cultura não se apaga”: tradição e patrimônio

Este capítulo se propõe a tratar de processos que contrastam com os mecanismos de criminalização da Guerra de Espadas. Aborda-se aqui a inserção dessa manifestação num outro campo semântico: o da patrimonialização. Enquanto em algumas instâncias são ressaltados os riscos da Guerra e seus efeitos perversos, como vimos no capítulo anterior, simultaneamente são construídos discursos de valorização dessa atividade. Na contramão dos discursos de criminalização, e mesmo como uma resposta a eles, a ideia de patrimônio vem ressaltar, por um lado, o valor da Guerra de Espadas como uma tradição dos bonfinenses e, por outro lado, seu potencial mercadológico na esfera do turismo, como um “show” a ser experienciado.

Guerra de Espadas: “Tradição que corre em minhas veias”

Algo que recorrentemente é afirmado pelos habitantes de Senhor do Bonfim, sendo praticantes ou não da Guerra de Espadas, é que a manifestação é uma “tradição”. Mesmo aqueles que se colocam na posição contrária à realização da manifestação acreditam ser esta uma tradição de várias décadas. Alguns espadeiros se intitulam Guerreiros da Tradição, chegando a pintar seus gibões de couro com a frase “Tradição que corre em minhas veias”. Até mesmo um dos grupos, os Espadeiros da Tribo, em seu grito de guerra, ressalta o ato de soltar espadas como sendo “a Tradição, a História e a Cultura”; estes termos perpassam os discursos nativos sobre a manifestação. Mas o que seria a tradição espadeira? O que definiria o conceito nativo de tradição?

Percebe-se, observando esses discursos, que a “tradição” está ligada à ideia de passagem, de geração a geração, do que se considera típico, legítimo e autêntico, próprio aos festejos juninos e à Guerra de Espadas. A ideia de tradição remonta à narrativa de um passado mítico, mas não se reduz a isso; também está no palpável, no presente, nas narrativas dos guerreiros que fazem questão de lembrar de situações acontecidas dentro

da Guerra de Espadas e que de algum modo influenciaram sua trajetória individual ou mesmo moldaram o comportamento do grupo de guerreiros de que fazem parte.

Na busca por tentar compreender onde surgiu a Guerra de Espadas de Senhor do Bonfim, duas histórias recorrentemente são contadas: a história de o senhor Prachedes e suas belas filhas (já contada no segundo capítulo) e também o caso da brincadeira entre o Pedro Amorim (médico e jogador de futebol do Fluminense do Rio de Janeiro e da Seleção brasileira de Futebol) e o Padre Francisco (que ia brincar de soltar espadas vestido de batina, tendo como único cuidado molhar as vestes antes da arriliação e da galhofa próprias à brincadeira em seus primeiros anos) que soltavam espadas um em direção ao outro na praça que se localiza ao lado da catedral da cidade. Esses mitos fundadores representam a genética da tradição, localizando-a entre as classes dominantes da cidade. Emblematicamente, podemos ver um membro da elite religiosa, um médico (elite assentada no conhecimento científico legitimado socialmente) e, no caso de seu Prachedes, um patriarca detentor de posses fruto do trabalho árduo do comércio. Não se ouve discursos sobre a origem da Guerra vinda dos moradores da periferia, dos bairros popular. Não que estas não tenham existido, não que estas não tenham eficácia para contar o que se passou e o que se passa. Entretanto, estas histórias foram silenciadas, ficando apenas os relatos contados por aqueles que possuem mais posses, sendo que até mesmo os guerreiros que socialmente estão localizados em classes mais populares afirmam como começo da Guerra o mito de seu Prachedes e a brincadeira entre o médico jogador e o padre.

O compartilhamento das narrativas sobre a Guerra, sobre o que deve ser feito, sobre como se portar diante dos riscos das chamas do artefato, como se portar com o corpo quando a espada está vindo em sua direção, está assentado no que poderíamos chamar de “tradição espadeira”, passada de geração a geração. Ideias como a de que a “espada fareja medo” e que se o espadeiro sentir medo o artefato irá em sua direção, ou “a espada vai atrás de quem corre dela”, são informações construídas e passadas pela oralidade. São estórias contadas pelos guerreiros mais velhos aos mais jovens, pelos pais que compram espadas desde que seus filhos são ainda meninos – entre 6 e 10 anos é a idade em que corriqueiramente o pai dá a primeira espada para o filho. Alguns grupos realizam, nos dias atuais com menor intensidade, o “batismo da limalha”, que consiste na iniciação dos neófitos dentro do grupo, o “corte das cabeças”, a transformação do jovem em membro do grupo de espadeiros. O ato do batismo está em passar as limalhas das

espadas no jovem a uma distância segura, ficando este parado de braços aberto enquanto as chamam lambem sua “armadura”, suas vestes. É um ato de coragem, por se submeter ao fogo, e de confiança nos membros do grupo, por ter a certeza de que as chamas não irão lhe atingir; estando no limite da distância segura, as limalhas somente sujarão suas roupas. A transmissão da “tradição” ultrapassa assim a oralidade e se inscreve nas roupas e mesmo no corpo do jovem espadeiro. Ela é incorporada e presentificada.

O neófito na liminaridade deve ser uma tábula rasa, uma lousa em branco, na qual se inscreve o conhecimento e a sabedoria do grupo, nos aspectos pertinentes ao novo "status". Os ordálios e humilhações, com frequência de caráter grosseiramente fisiológico, a que os neófitos são submetidos representam em parte a destruição de uma condição anterior e, em parte, a temperança da essência deles, a fim de prepará-los para enfrentar as novas responsabilidades e refreá-los de antemão, para não abusarem de seus novos privilégios (TURNER, 1974: 127).

Soltar espadas é uma prática intergeracional que possui etapas: as crianças recebem de seus pais espadas menores chamadas de “curisco”. Quando adolescentes começam a soltar “lemaias” ou “lemaítas”, que são espadas intermediárias, no tamanho da taboca, na bitola, no peso e na altura da chama. Quando mais habituados à prática, soltam as mais potentes: as Cruz das Almas ou as Rainhas. As crianças são ensinadas, preparadas, para um dia irem à Guerra.

Essas informações passadas pelos mais velhos aos guerreiros mais jovens também trazem noções de como se comportar para não machucar os outros guerreiros, não atirando espadas pelas costas, e evitar lançar espadas por cima, na altura das cabeças. São regras tácitas que são incutidas nos guerreiros mais jovens; formas de se portar, uma formação de uma determinada conduta ética com os outros que participam da Guerra. Além disso, são contadas histórias sobre acidentes que já aconteceram e das suas próprias queimaduras. As queimaduras fazem parte da manifestação, estando presentes todos os anos nos corpos dos guerreiros. São marcas de guerra e cada uma tem sua própria história, a localização exata e os contornos que definem como era a espada. Algo que parece muito aproximado ao que sugere Hobsbawm:

Entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado (HOBSBAWM, 2015: 8).

A “tradição” para os guerreiros bonfinenses também está ligada à circulação territorial que acontece ano após ano entre as casas dos festeiros e as fogueiras de ramos, montadas por dezenas de moradores das ruas onde são colocadas. É o itinerário de passagem dos grupos nas casas daqueles que os convidam a participar da festa e soltar espadas em homenagem ao dono da casa. E também está relacionado à defesa da fogueira de ramos contra os guerreiros que tentam comê-la crua, pegar os brindes e prêmios antes que o fogo consuma o caule até a queda da árvore. As fogueiras de ramos e as fogueiras deitadas compõem a “tradição” do festejo junino.

A fogueira é um signo do São João. Por mais que você faça uma fogueira num lual, na serra, num churrasco. Por mais que no dia de São Pedro e de Santo Antônio tenham fogueiras, elas só são acesas quando tem Pedro ou Antônio na família. No dia de São João todos acendem fogueiras... Ela é um símbolo. A Guerra de Espada, digamos assim, é o símbolo da festa. É uma tradição, é uma coisa assim, a peça chave da tradição da festa junina. Se acabar, acabou tudo. Ela simboliza tudo. Simboliza muitas coisas (Ggeu, cordelista, 29 anos).

Mesmo com essa preocupação em torno da “tradição” e da autenticidade da Guerra de Espadas, ela vem passando por acomodações e transformações, a exemplo do que ocorreu por volta da década de 1990, com a entrada das espadas de bitola maior, chamadas de Cruz das Almas. Logo as espadas, as “lemaias”, que sempre foram utilizadas na Guerra de Bonfim, passaram a ser menos presentes. E mais recentemente, a partir de 2013, importa observar a inserção da Guerra de Espadas em um circuito pré-definido; evidentemente, em resposta à possibilidade de proibição efetiva por parte do poder judiciário local. Como vimos, esse processo mais abrupto de mudança se deu a partir de uma negociação entre os espadeiros e os órgão competentes de segurança pública, o MP-

BA, a Prefeitura Municipal e a Câmara de Vereadores, em audiência pública. Quero destacar com isso que a tradição não é algo estanque; é mutável.

Houve adaptações quando foi necessário conservar velhos costumes em condições novas ou usar velhos modelos para novos fins. Instituições antigas, com funções estabelecidas, referências ao passado e linguagem e práticas rituais podem sentir necessidade de fazer tais adaptações [...]. (HOBSBAWM, 2015 p. 12)

Como colocado por Hobsbawn, nos processos de negociações políticas e adequações a novas realidades imposta pela modernidade, ou pela perda de sentidos, as tradições podem se moldar, se adaptar. Entretanto, interessa aqui especialmente observar o que os atores que participam da manifestação e que se constituem a partir de uma identidade espadeira pensam sobre as mudanças e as acomodações. Quem deve ser o responsável por nortear as acomodações? E como a mudança é significada? A partir da análise dos dados, consegui alcançar a compreensão de que para os espadeiros quem deveria nortear os processos de adaptação e acomodação deveriam ser eles próprios. Nesse sentido, os espadeiros buscaram participar diretamente da articulação política e da proposição de ações para garantir que a Guerra de Espada, que antes acontecia em toda a cidade, pudesse continuar ao menos em algumas ruas pré-definidas e sancionadas pelo poder público municipal. As mudanças significam interditos e transformações no ato de tocar espadas. Antes todas as ruas possuíam o brilho das espadas e o rugido das chamas; após o estabelecimento de trechos permitidos, poucas ruas passaram a receber os guerreiros e o processo de circulação entre as casas de conhecidos passou a ser realizado com as espadas guardadas nos bocapiús ou nas mãos, apagadas. Mesmo com a sanção do circuito, alguns guerreiros ainda soltam seus artefatos de forma isolada nas ruas, sob o risco de serem detidos pelas tropas da polícia militar que buscam guerreiros indisciplinados. A mudança significou para os guerreiros limites antes inexistentes, trazendo o ônus do cerceamento da liberdade de soltar espadas; contudo, ao mesmo tempo, significou que pelo menos em algumas ruas tocar espadas continua permitido. Portanto, a “tradição” é alterada, pelos próprios atores envolvidos, para ser preservada.

Outro conceito que se estabeleceu e passou a ser utilizado pelos guerreiros nos debates acerca da valorização da Guerra de Espadas é o conceito de “cultura”. A partir

dos primeiros momentos em que a manifestação passou a ser questionada por alguns moradores das ruas onde aconteciam a Guerra e pelo Ministério Público, o argumento de que se tratava de uma manifestação cultural secular e que fazia parte da história de Senhor do Bonfim apareceu com mais força. Interessante perceber que os guerreiros mais velhos não costumam utilizar o conceito de cultura como mecanismo valorativo sobre a prática, sendo comum utilizarem a ideia de tradição para valorar positivamente a manifestação e sempre utilizando o conceito de tradição de modo a se remeter aos antepassados que participavam da Guerra de Espadas. A ideia de “cultura” surge como uma apropriação mais recente.

Manuela Carneiro da Cunha (2009) discute como as populações tradicionais se apropriaram do conceito cultura para realizar a comunicação entre as ideias nativas dos indígenas e o mundo ocidental. Interessante perceber como a apropriação dessa “cultura com aspas” pelos nativos funciona como mecanismo político e de demandas por políticas públicas voltados às comunidades que dela se apropriam.

Algo muito similar pode ter acontecido em Senhor do Bonfim. Evidentemente, não se trata de uma comunidade tradicional nos moldes que Manuela Carneiro da Cunha estudou, mas sim uma cidade média, um contexto urbano no sertão baiano. Entretanto, de forma parecida, os nativos que realizam a Guerra de Espadas se apropriaram do conceito de cultura para defender seus interesses frente à atuação de outros atores que visavam a redução ou o fim da Guerra de Espadas.

Um caso é bem emblemático para pensar como o conceito de cultura tem um impacto na disputa pela manutenção e na valoração positiva da Guerra de Espadas. O ato de queimar a fachada do prédio da Prefeitura Municipal era comum e se repetia ano após ano. A Prefeitura se situa em uma praça em frente a uma igreja católica, está instalada em um casarão de três andares de cor ocre do final do século XIX, antiga casa de Câmara e cadeia, conservando a arquitetura do período da construção até os dias atuais. A fogueira do prefeito era montada em frente ao prédio da Prefeitura. E era motivo de orgulho para o espadeiro escrever seu nome na fachada do prédio. Como a prefeitura só pintava a fachada nas vésperas dos festejos natalinos, os nomes ficavam ali inscritos por meses – a “tradição” estava inscrita nos corpos e na cidade.

Como visto no capítulo anterior, no ano de 2012, uma ação proposta pelo ministério público correu à revelia, sem a defesa do município. Nesta ação, o MP exigia

o fim da fogueira na frente da Prefeitura, sob pena de multa e de processo de improbidade administrativa. Se houvesse intenção de realizá-la, que fosse escolhido um local na zona rural com esta finalidade. O poder executivo municipal não recorreu e realizou a “fogueira do prefeito” na rua Carrapichel, distante do centro da cidade. Entretanto, a noção de território e de ocupação espacial dos festejos compõe a tradição da Guerra de Espadas e a retirada do festejos das ruas para um local ermo sem residências colocaria em cheque a lógica de circulação e cortejo que são próprias da manifestação. Caminhar, “peregrinar”, de casa em casa, de fogueira à fogueira, é um dos pontos mais relevantes da manifestação por ser aí, nesse processo de locomoção, que ocorrem as trocas simbólicas, a dádiva entre espadeiros e festeiros, o encontro entre grupos de guerreiros e a manutenção da fogueira em pé. Naquele ano, nenhum guerreiro inscreveu seus nomes nas paredes das fachadas da prefeitura. Apenas um intrépido espadeiro, em protesto contra a remoção da fogueira da praça da igreja, inscreveu em letras garrafais: CULTURA. Durante seis meses, já que a municipalidade só realizava a pintura da fachada do prédio no período dos festejos natalinos, a inscrição realizada pelo guerreiro ficou exposta. Naquele ano, apenas esta palavra se contrapôs a cor ocre das paredes da Prefeitura.

Eu dei valor ano passado. Porque transferiram a Guerra pra rua Carrapichel. Aí teve um cara que riscou a prefeitura. A prefeitura era um marco que o pessoal riscava com nomes e desenhos. Aí esse cara riscou logo ali na frente da prefeitura a palavra “Cultura” e só teve esse risco na prefeitura naquele ano. Mas, tipo, é uma revolta da galera, pelo menos de uma pessoa, de chegar lá e fazer essa crítica (Ggeu, cordelista, 29 anos).

Essa história demonstra como o conceito de cultura passa a definir a manifestação para os nativos. É agenciado na medida que é necessário para a manutenção do que é entendido pelos espadeiros como autêntico, legítimo e tradicional. É, sobretudo, uma ferramenta nas relações desiguais que marcam a luta pela manutenção da Guerra.

“A Guerra de Espadas é patrimônio do povo Bonfinense. Nós precisamos tombá-la”

Existe um debate vivo acerca da temática do patrimônio que vem crescendo cada vez mais nas últimas décadas (ver: ABREU, 2003; CHAGAS, 2003; ALENCAR, 2005; ECKERT FILHO; BELTRÃO, 2007). Entretanto, o intuito neste trabalho não é discutir a fundo o conceito ou a política pública, mas sim, como esse conceito apareceu no campo investigado, por meio dos guerreiros que acreditam que o processo burocrático de registro junto aos institutos de salvaguarda de patrimônio é uma possível saída para o fim dos processos de criminalização e uma forma de valorizar a Guerra de Espadas como manifestação da cultura popular nos festejos juninos de Senhor do Bonfim, como saberes e fazeres acumulados pela tradição. Interessa observar como se constrói a concepção nativa de patrimônio acionada na luta pela salvaguarda do que acreditam que corre o risco de “morrer”, de desaparecer, sobretudo a partir da atuação da Polícia Civil, do Exército e, principalmente, do Ministério Público Estadual.

Acredito que em certa medida o que se pensa é uma ideia de patrimônio alargado, que transborda os limites que definem o patrimônio em função dos agentes do Estado incumbidos de elencar a objetivação da cultura em registros e inventários, selecionando o que é legítimo para ser considerado pertencente ao panteão dos símbolos nacionais, estaduais ou municipais, e por este motivo precisa ser preservado.

A concepção de patrimônio operacionalizada pelo Estado tem como objetivo a construção de um ideal de identidade nacional oficial. Por meio de seus técnicos, define o que é capaz de representar um passado ou a diversidade cultural do país, o que é autêntico e precisa ser salvaguardado contra o desaparecimento, a partir de uma “retórica da perda” (SANTOS, 1996). Evidentemente que todo processo de seleção de um conjunto limitado de elementos produz exclusões e localiza fora do conjunto outros tantos elementos que certamente poderiam estar inseridos ou teriam legitimidade, autenticidade, entre outras características que são pressupostos para a categorização de patrimônio. “Todo o processo de patrimonialização inclui a ideia de seleção, de construção de um acervo digno de ser memorializado em oposição a um outro conjunto de bens culturais que devem ser relegados ao esquecimento” (ABREU, 2007:35). Uma definição de

patrimônio capaz de localizar o leitor leigo e os guerreiros que certamente lerão estas linhas é de que...

O patrimônio seria, portanto, o lugar em que agentes estatais especialmente treinados coletariam fragmentos de tradições culturais diversas para reuni-los num conjunto artificialmente criado voltado para representar a ideia de uma totalidade cultural artificialmente criada expressa pela ideia de nação (LIMA FILHO, ABREU, 2007:23).

O debate sobre a possibilidade de acessar o viés da patrimonialização como alternativa “à morte anunciada” se construiu na última década com o recrudescimento das ações de combate à produção do artefato e da soltura de espadas nas ruas. E se estabeleceu dentro de um contexto de pessimismo sentimental, onde a “morte” da manifestação é dada como certa. Ficou posto pelas ações judiciais que a manifestação cultural praticada há décadas não podia mais existir, já que a modernidade higienizadora chegou, “a cidade cresceu”, e não comporta mais 5 mil pessoas nas ruas no dia 23 de junho festejando São João com artefatos pirotécnicos nas mãos. Antes dos processos que visam cercear a liberdade da prática cultural “tradicional” não havia o debate sobre acionar o Estado para legitimar o que para eles era entendido como normal. A ideia de uma “cultura”, “autêntica” e “legítima”, começou a ser acionada pelos guerreiros a partir dos enfrentamentos com os poderes públicos. Transformar a Guerra de Espadas em um patrimônio se tornou questão a partir do anúncio da morte da fogueira das moças no dia de São Marçal e da proibição da fogueira do prefeito.

Em sentido estrito, o contexto da Guerra de Espadas de Senhor do Bonfim estaria localizado em um momento pré-patrimonialização, já que existe um anseio da população pela adoção da política estatal de salvaguarda e pelo reconhecimento da manifestação enquanto patrimônio estadual ou nacional, mas que até o momento não se efetivou em termos burocráticos com o pedido de registro. Entretanto, vem ocorrendo uma mobilização entre grupos de espadeiros (os grupos citados nos capítulos anteriores) no sentido de se organizarem enquanto associação para buscar uma representação política que pudesse impulsionar e garantir uma interface com o Estado. Essa medida em grande parte se deve ao recrudescimento do processo de criminalização, mas também pelas

notícias do que já vem acontecendo em outra cidade. Estância, cidade do interior do estado de Sergipe, onde existe uma associação organizada e atuante de espadeiro, se tornou um exemplo a ser seguido. Lá, também, acontece a Guerra de Espadas e a competição do Barco de Fogo – barco suspenso por cabo de aço que é propulso por diversas espadas. Fruto de solicitações vindas dos próprios espadeiros em parceria com o poder público municipal, o Barco de Fogo já foi reconhecido como patrimônio imaterial do estado de Sergipe por meio da Lei 7.690/2014, que estabelece que a Subsecretaria de Estado do Patrimônio Histórico e Cultural/SUBPAC realize o registro e tome medidas para que o bem tenha um plano de salvaguarda e promoção. A Secretaria Municipal de Cultura do município de Estância também deu entrada junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ IPHAN no processo de solicitação do registro do Barco de Fogo como patrimônio nacional. O discurso sobre patrimonialização insere-se, portanto, num debate ampliado que envolve um conjunto maior de atores.

A busca por parte dos espadeiros bonfinenses pelo registro da Guerra de Espadas foi colocada no âmbito municipal, tendo em vista a maior facilidade de pressionar as representações políticas e porque os questionamentos que foram colocados como relevantes, *a priori*, se resumiam à realização da festa, deixando um pouco de lado as condições de fabrico artesanal e as implicações legais que os fogueteiros vinham sofrendo – especificamente, a regulação da pólvora negra, que é definida no âmbito do governo federal. Os espadeiros propuseram à Câmara de Vereadores, por meio de dois dos seus membros, uma minuta de lei de patrimônio, baseada na legislação estadual, visando o estabelecimento de marcos legais para a instituição de órgãos competentes na estrutura do município e de procedimentos para implantação de uma política de salvaguarda. Isso foi feito ao mesmo tempo em que pressionaram os vereadores, visando inserir o circuito da Guerra (debatido na audiência pública de 2013) no Plano Diretor de Desenvolvimento Territorial (PDDU) do município, com o intuito de garantir o percurso.

Várias iniciativas têm sido tomadas nessa apropriação local do conceito de patrimônio, a fim de garantir a manutenção da Guerra de Espadas: a realização de registros audiovisuais e de imagens fotográficas, a realização de mesa de debate sobre a manifestação, a busca por informações da Guerra de Espadas pelos mais jovens na oralidade dos mais idosos, a construção de redes de discussão com outras cidades que possuem Guerra de Espadas e até mesmo a busca pelo registro da manifestação junto a órgãos públicos em âmbito estadual e nacional.

A produção audiovisual por filhos da cidade, que não mais residem em Senhor do Bonfim por conta da vida profissional, foi acionada por causa da possibilidade do fim da manifestação. Nesse sentido, dois vídeos foram produzidos, um curta-metragem “No rastro do Fogo”, do cineasta Guto Peixinho, e um longa-metragem, “Tradição não se apaga”, do jornalista Biel Fagundes; os dois com intuito de apresentar e dar voz aos atores da Guerra e trazer a história contada por eles sobre a manifestação em outras linguagens. Além disso, uma mostra audiovisual com o título “Também sou Guerreiro” exibiu os vídeos realizados e buscou trazer o debate da tradição e dos impactos negativos que a Guerra de Espadas vem sofrendo com as medidas restritivas impostas.

Protagonistas da Guerra de Espadas apareceram também em entrevistas de rádio, tevê, blogs e jornais locais. Realizaram exposições fotográficas, gravaram inúmeros vídeos com celulares e escreveram poesia sobre a Guerra.

Outra ação que surgiu como resistência foi a articulação das lideranças dos principais grupos de espadeiros para discutir medidas para combater a criminalização, seja jurídica e politicamente, seja por campanhas de arrecadação de alimentos, de doação de sangue, visando sensibilizar a sociedade de que os guerreiros não são criminosos. Estas foram ações que buscavam a propagação de uma ideia de “tradição”, “história” e “memória”.

Do ponto de vista organizativo, o indicativo da construção de uma Associação de Espadeiros disposta a representar os espadeiros e uma cooperativa de produtores de espadas visando produzir os artefatos dentro dos ditames que a legislação impõem foram outras ações dos atores que participam da Guerra de Espadas que se desdobraram a partir dos questionamentos sobre a Guerra na justiça e das prisões realizadas pela polícia civil. Além disso, este grupo de espadeiros que se reuniu a partir das redes sociais passou a se articular com grupos de outras cidades, como Cruz das Almas, Muritiba, Conceição do Almeida, chegando a realizar encontros e visitas às tendas para discutir a história, a tradição e as formas de produzir espadas. Destaca-se, especialmente, o indicativo da fundação de uma Associação de Guerreiros para solicitar o registro da Guerra de Espadas juntos aos órgãos de patrimônio oficiais, como o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC) e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), bem como a articulação da publicação de um decreto do poder executivo municipal tornando a Guerra de Espadas patrimônio do Município de Senhor do Bonfim. A Associação também seria uma forma para representar os interesses da coletividade espadeira perante a justiça, tendo em vista que a fogueira das moças foi proibida, tendo o

seu processo corrido à revelia, já que nem a procuradoria do município nem nenhum grupo se posicionou na justiça contra a ação, por falta de interesse ou por falta de conhecimento. A Associação entraria nesses embates na justiça como parte interessada.

A partir desse conjunto de ações, observamos como a noção de “patrimônio” parece ser a atualização da discussão sobre a “tradição”, agora num contexto de diálogo com outros atores. Os pilares da noção de patrimônio apresentada pela Unesco²⁸ são apropriados e ressemantizados pelos envolvidos na Guerra de Espadas. A ideia de “patrimônio” aparece claramente em expressões que enfatizam as noções de valor e propriedade: “isso é nosso, nos foi passado pelos nossos pais”; “a Guerra de Espadas nos faz aproximar um dos outros”; é “algo que precisa ser estudado, que precisa ser registrado, é algo autêntico”; “a Guerra de Espadas é patrimônio do povo bonfinense, nós precisamos tombá-la”.

Em suma, o conceito de patrimônio parece ser, num campo semântico de valorização da manifestação, um remédio à “morte anunciada”. A patrimonialização para os espadeiros bonfinense, particularmente para aqueles com algum grau de escolaridade, é vista como um mecanismo de evitar a rotulação de crime sobre a prática da Guerra de Espadas; como uma resposta a ideia de possível perda daquilo que pertence ao calendário festivo da cidade; como um instrumento estatal valorativo para o que se define como tradição; como fator legitimador da prática da “cultura”; como instrumento para preservação da ocupação de fogueteiro e da identidade do espadeiro.

Importa notar que o desaparecimento da Guerra de Espadas não aparece associado à diminuição da prática, do número de praticantes ou por mudanças comportamentais dos sujeitos advindas a partir da globalização ou do impacto da modernidade sobre o comportamento dos bonfinenses. A Guerra de Espadas a cada ano se apresenta maior e mais viva, inclusive, com o retorno de casa de festeiros que haviam deixado de abrir suas portas por conta de pequenos furtos que ocorreram no passado. O desaparecimento, “a morte”, se dá pela ação de órgãos do Estado que, visando garantir certos direitos a determinados atores, acabam por criminalizar outros atores e negar os seus direitos culturais. Tornar a Guerra de Espadas patrimônio significaria fazer com que o Ministério Público o tratasse de outro modo, tratasse como um bem do Estado.

²⁸ Para a Unesco, segundo as orientações técnicas para a aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial publicadas em 2008, patrimônio é um conjunto de bens culturais e naturais a que se atribui “valor universal” e que esteja correndo risco de desaparecimento, precisando de salvaguarda, e que possui propriedade, pertencendo a um determinado grupo social humano (apud BRAZ DIAS, 2012).

Provocaria o deslocamento do entendimento de que a Guerra é uma conduta delituosa, mesmo pertencendo à tradição, mesmo sendo realizada há quase um século, passando a ser vista com uma prática que se insere no colecionamento oficial realizado pelo Estado daquilo é que valorado positivamente, sendo representativo da diversidade cultural nacional ou estadual. Mesmo que este registro signifique a redução semântica do conjunto de atividades realizadas pelos guerreiros e espadeiros. Mesmo que signifique uma passagem da oposição e resistência à apropriação, “domesticação” e controle de uma manifestação da cultura popular pelo Estado.

Enquanto antropólogo, fico me questionando sobre o papel da Antropologia no cenário que se delineia. Seria o antropólogo aquele que instrumentaliza o Estado enquanto “coleccionador de borboletas”? Seria este profissional responsável pelo ato de construir um acervo daquilo que passa a ser canônico em detrimento daquilo que não assume os contornos necessários para receber o selo estatal de patrimônio? Haveria uma hierarquia entre as culturas que nortearia a definição de patrimônio? E qual o local do fazer da Antropologia quando a diferença é criminalizada, porque a manifestação pressupõe o domínio de um elemento natural que passou pela apropriação de um determinado grupo humano? Certamente, não conseguiria responder a estas perguntas, até porque não é este o objetivo deste trabalho. Mas no caso da Guerra de Espadas o selo canonizador de patrimônio retiraria os produtores da clandestinidade “induzida”, reconduziria ao local festivo a Guerra, garantiria a geração de emprego e renda, e evitaria a suplantação de um universo simbólico que se constituiu a partir de um folguedo praticado em uma cidade média do interior do nordeste, e transformaria o “patrimônio” em Patrimônio.

O “Show de espadas” e o turismo

Dentro de uma discussão que visa observar as formas de inserção da Guerra de Espadas no campo semântico do patrimônio, não podemos deixar de discutir as campanhas publicitárias realizadas pela prefeitura, sua intervenção sobre a manifestação na busca de inseri-la no universo do turismo e os impactos dessas ações.

A Guerra de Espadas passou por diversos processos desde do seu surgimento. Um dos processos dignos de nota foi a apropriação por meio do poder público municipal,

mais notadamente pela prefeitura, como uma forma de fazer política, de maneira patrimonialista, e como um atrativo para os turistas – isto é, construindo, através da Guerra, relações tanto para dentro da comunidade (numa lógica pessoalista), quanto para fora (numa lógica individualista, guiada pelo mercado).

O São João de Senhor do Bonfim, a partir da década de 1960, passou por uma remodelagem com a inclusão na festividade de um arraial na Praça Nova do Congresso Eucarístico, conhecida como Praça Nova. Era o Arraial da Tapera, onde eram montadas barracas de bebidas e comidas, e apresentações musicais de bandas de forró aconteciam no palanque. Além disso, outros atrativos se constituíram como componentes da festa oficial: a tarde dos balões, o desfile de carroças, o casamento matuto, e a Guerra de Espadas, esta última apropriada pelo poder público com a organização de uma fogueira de ramos nas ruas das imediações da prefeitura. Como vimos, também era realizada a distribuição de centenas de dúzias de espadas para guerreiros que teriam que defender a “fogueira do prefeito”.

Sobre os defensores, Seu Antônio Carlos, um dos organizadores da fogueira de Santo Antônio da rua da Lagoa e por alguns anos consecutivos responsável pela distribuição das espadas da prefeitura, afirma com acontecia a defesa da árvore.

Tinha um grupo, né? Aí o prefeito chamava e dizia: eu vou dar 80 dúzias de espada. E distribuía essas espadas por 25 pessoas. A espada era pra não deixar comer crua. Agora era um esparro 25 contra a Bonfim inteiro. Os caras chegavam e fazia o que queria. É a mesma coisa que os bandidos no Rio, os caras com metralhadoras e os polícia com 38. Mas era bom demais. Era divertido demais. Todo mundo com seu bocapú, com seus macacão... (Antônio Carlo, porteiro e organizador de uma fogueira de Ramos, 60 anos).

A prefeitura costumava distribuir as espadas para guerreiros que tivessem proximidades políticas com a gestão como em um ato de afago ao apoio político ou a grupos organizados capazes de se confrontar com uma multidão interessada nos brindes colocados na copa da “fogueira do prefeito”.

Paralelamente a isso, a cidade entrou no circuito festivo do estado da Bahia a partir da década de 90, com a construção de uma política pública de turistificação da cidade de Salvador (capital do estado) e de diversas cidades do interior pelo governador Antônio Carlos Magalhães, no seu terceiro mandato. Ficou instituída uma campanha de

publicização dos festejos com o nome “São João da Bahia”. Como afirma Jânio Roque de Castro (2012), ao estudar os processos de espetacularização, mercantilização e turistificação dos espaços públicos nos festejos juninos no interior da Bahia, a adoção de uma política pensada pelo planejamento e divulgação das potencialidades turísticas materiais e imateriais visava o assentamento de um marco administrativo dentro de uma economia do entretenimento turístico. Estava lançada a política pública que se configurou em um mecanismo de empulsionamento da cadeia produtiva do turismo a partir dos festejos juninos no interior da Bahia, a segunda maior festividade do estado atrás apenas do carnaval de Salvador.

A reboque do que vinha acontecendo em todo o estado, o poder público municipal, visando se inserir no roteiro do circuito turístico sazonalizado das festividades juninas, impulsionou os investimentos na Festa de São João. A importância dada a festividade patrocinada pelos cofres públicos municipais era tamanha que chegou a ter a duração de 30 dias na gestão do ex-prefeito Cândido Augusto, quando os forró- gritos organizados pela Rádio Caraíba e impulsionados pelo mini-trio chamado de “Carro da Pitú” atraíram uma multidão de pessoas em direção aos bairros da cidade, onde estava acontecendo a festa de forma descentralizada.

Nas últimas décadas, a prefeitura municipal vem investindo no marketing para atrair turistas para a cidade visando aquecer a economia local no período dos festejos e satisfazer a sanha política do prefeito de se afirmar como grande realizador e de ter sido capaz de colocar Senhor do Bonfim na rota do turismo junino no estado da Bahia.

A disputa pela inserção nos patamares superiores da hierarquia festiva do ciclo junino não é uma tentativa dos gestores municipais de “segurar” a população local na cidade durante o clímax das festas de São João. Trata-se de um conjunto de ações visando a inserção da cidade no circuito turístico baiano. [...] Evidentemente que o rebatimento local de uma investida turística exitosa pode se converter em importantes dividendos políticos eleitorais, assentados no marketing urbano e lastreados pela espetacularidade imagética das festas juninas. Fica clara a ideia de que as festas promovidas pelas municipalidades são para os moradores locais ganharem dinheiro inserindo-os no contexto da mercantilização dos eventos e a prefeitura inserir a cidade nos meios de comunicação, mantendo a cidade em posição privilegiada no circuito junino baiano. (CASTRO, 2012: 14).

Para alcançar esse objetivo de impulsionar o turismo, a Guerra de Espadas passou por uma nova roupagem midiática, sendo chamada em outdoors, na programação do São João e no website da prefeitura municipal de “Show de Espadas” – um eufemismo no intuito de atrair mais pessoas para participar do folguedo.

Com as mudanças que vinham acontecendo com o São João, a festividade deixou de ser realizada exclusivamente de casa em casa, como nos anos 1950, e passou a ter bandas e grandes sonorizações na praça principal da cidade, e posteriormente, no parque da cidade, local construído com o intuito de receber um público cada vez maior nos festejos juninos (a cidade chega a atrair 80 mil visitantes, dobrando a população²⁹). Foi pensado um mecanismo para suavizar a possível dureza que o termo “guerra” e os simbolismos de violência poderiam passar aos turistas que comemoravam os festejos juninos em Senhor do Bonfim. Por esse motivo, criou-se o eufemismo “Show de Espadas”. Vários afirmam que durante a Guerra muitos acidentes aconteciam porque os soteropolitanos, a grande maioria dos turistas que se dirigiam para a cidade, não compreendiam bem aquilo que ocorria nas ruas. A utilização pelo poder público da espetacularidade inerente à performance dos guerreiros que soltam suas espadas na noite no dia 23 de junho provocou distorções no que era uma “combate” entre grupos de iniciados por espaços nas ruas e por brindes das fogueiras de ramos.

A Guerra de Espadas estava passando por um processo de espetacularização que visava objetivar a prática subjetiva dos guerreiros em espetáculo para sujeitos vindos de outras cidades completamente apartados do processo criativo e das formas tradicionais de iniciação. A espetacularização pode ser concebida como as alterações que uma determinada manifestação da cultura popular sofrem para “entreter um sujeito consumidor dissociado do processo criador daquela tradição” (CARVALHO, 2007: 84).

O eufemismo conduzido e publicizado pela prefeitura na sanha de atrair mais turistas à cidade não retirava os atores que tradicionalmente realizavam a Guerra de seu local de realização para palcos, como comumente se configura a espetacularização. Nesse caso, chamavam para o espaço da Guerra turistas que não estavam preparados pelos “treinamentos” e pelas técnicas de proteção para participar da manifestação. Além disso, os turistas dificilmente possuíam os utensílios que compõe as “armaduras” dos guerreiros

²⁹ Média de público com destino a cidade de Senhor do Bonfim, segundo a AGERBA (órgão regulador dos transportes terrestres do estado da Bahia).

bonfinenses, como capacetes, macacões anti-chama, óculos anti-chamas, máscaras de gás, luvas de amianto ou luvas de raspa de couro, botas de operários da construção civil com biqueiras de ferro, gibão de couro, entre outros. Adentravam, assim, no meio do fogo sem o conhecimento de gerações ensinado aos guerreiros; sem equipamentos de proteção suficientes; e sem a cosmologia transmitida pela história oral.

O turista, portanto, era incluído no evento mesmo não sabendo que não se pode ter medo da espada, que esta busca o medo, indo atrás daqueles que correm; se escondendo nas paredes, local onde as espadas buscam andar; e, infelizmente, se machucando com queimaduras de maior gravidade. Esses processos de espetacularização fruto de uma turistificação realizada pela prefeitura municipal acabou provocando o aumento no número de feridos. Não dá para pensar a Guerra de Espadas sem pensar os riscos que as espadas produzem. Com o processo de espetacularização, muitos turistas que não possuíam conhecimentos corporais e práticas de escapar das “lambidas”³⁰ e das “tabocadas”³¹ acabavam se machucando. Como vimos, técnicas de segurança são passadas para os iniciantes desde, aproximadamente, os 6 e 10 anos de idade, como a forma correta de pegar no artefato, como se esquivar, como se proteger das “lambidas” (fagulhas). A Guerra de Espadas passou por este processo de incorporação como elemento atrativo para o turismo e, de certa forma, produziu resultados que alimentaram o discurso da criminalização. Certamente, as ações da prefeitura não visavam a diminuição da manifestação, inclusive, se propunham a valorizá-la, mas não levou em consideração as bases em que se fundamentava a brincadeira dos guerreiros do fogo.

Entretanto, é preciso situar o posicionamento dos indivíduos que podemos enquadrar na condição de turistas. Em certo sentido, os turistas tiveram a experiência da Guerra de Espadas incorporada em suas trajetórias de vida, seja pela memória das cenas de beleza do brilho fulgurante das chamas na escuridão da noite, seja por conta do assobio alto, seja pelo período de recuperação das queimaduras provenientes das “lambidas” de fogo ou pelo medo das espadas. A Guerra de Espadas provoca uma marca permanente naqueles que tiveram a experiência de se ver no contexto do fogo. Muitos turistas com quem tive contato durante o período de campo, ao saber do que tratava meu estudo, logo

³⁰ Quando fagulhas que são projetadas pela espada passam próximas a pele podendo provocar queimaduras.

³¹ Quando a “taboca”, pedaço de bambu, atinge os praticantes da guerra. Geralmente esses são os acidentes mais graves. Durante meu trabalho de campo na graduação ouvi relatos recorrentes de que as espadas apagadas são as mais perigosas, já que a “taboca” não é facilmente visível em um cenário escuro e cheio de fumaça.

se apressavam para contar o que tinham vivido e para se posicionar, contra ou a favor da manifestação.

O turismo nesse tipo de situação poderia ser entendido como o contato entre dois universos simbólicos distintos, levando em consideração o deslocamento de um sujeito para a prática ritual de outros atores, com símbolos que lhe são alienígenas, pertencentes a outra cosmologia – considerando tanto a performance de soltar espadas quanto o conhecimento na construção dos artefatos. Isso reforça uma vez mais a ideia de que a Guerra de Espadas não pode ser entendida como uma manifestação isolada, independente, autônoma. Ela se constitui nessa relação entre atores de origens diversas, com perspectivas múltiplas.

O que fica claro nesse período em que estive em campo, nas entrevistas e nos fatos que pude acompanhar, é que existem diversas esferas, coletividades, instâncias, órgãos, compostos por pessoas diferentes, com individualidades históricas, trajetórias de vida, opiniões diversas, maneiras de se posicionar frente ao mundo e de conduzir processos burocráticos diferenciadas, formas múltiplas de perceber a si e ao outro. É especialmente significativa a multiplicidade de sujeitos e opiniões que compõem o que chamamos de Estado. Desse modo, percebo que o Estado não é monolítico; dentro de suas estruturas de tomada de decisão, possui formas de ver o mundo diferentes.

Algo que ficou evidente foi que, de frente a essa miscelânea de possibilidades de posicionamentos subjetivos dos operadores do Estado e, objetivamente, dos marcos legais, os guerreiros buscaram auferir melhores condições para a manutenção da manifestação da cultura popular que faz parte das suas história pessoais. Desse modo, as ações dos guerreiros, com vistas a garantir a continuidade da manifestação dentro das expectativas do grupo, estão relacionadas às tomadas de decisão por parte dos operadores do Estado, buscando resistir a investidas ou auferir dividendos que possam substanciar o argumento de que a Guerra é “cultura” e que faz parte da história de Bonfim. O acionamento de uma identidade espadeira, com a auto-definição dos atores, e de categorias como “cultura”, “patrimônio” e “tradição” tem se mostrado como um caminho fundamental na tentativa de resistir ao anúncio do fim, à morte da manifestação – e de dar continuidade ao direito de “brincar São João puxando fogo”.

V. Antes do fim

Minha proposta nesta dissertação foi apresentar, por métodos etnográficos, a manifestação da cultura popular conhecida por Guerra de Espadas. Para isso, realizei uma descrição baseada no período que estive em campo, nas estórias contadas, nas memórias dos mais velhos, nas prosas nas tendas de fabrico de fogos, na experiência do vivido em meio as chamas das espadas e na euforia das portas das casas que visitei durante o cortejo dos grupos na festa da Guerra de espadas.

No primeiro capítulo me dediquei a descrever os momentos anteriores ao Festa, a preparação, a organização das casas, das ruas e a relação entre a casa e a rua nesse processo festivo. A pressa nos transeuntes em meio ao que está prestes a começar, a acontecer, o começo da Guerra de Espadas no cair da noite, quando as fogueiras serão acessar e o desfilar de espadeiros e seus objetos luminosos passam a ocupar as ruas e a adentrar casas de compadres, comadres, conhecidos e amigos.

No Segundo capítulo, me detive no artefato, nas suas produção por fogueteiros e no manuseio, na composição química no saber popular de mestres-fogueteiros. Busquei demonstrar o processo comunitário de hasteamento das Fogueiras de Ramos, sobretudo de duas delas: a da Rua Dr. Costa Pinto e da Rua da Umburana. Busquei o mito que funda a Guerra de espadas, a estória de seu Prachedes, suas filhas e os rapazes galanteadores, além de buscar apresentar dois dos principais grupos da Guerra de espadas de Senhor do Bonfim: os Ignorantes e os Espadeiros da Gamboa.

No terceiro capítulo, primeiro capítulo da segunda parte da dissertação apresento o que chamei de criminalização. Para isso, mostrei que a criminalização das culturas populares não é algo novo na história do Brasil e se perdura desde o século XIX com a criminalização da prática da capoeira, inclusive, com a inserção de um artigo que tipificava a capoeira enquanto prática delituosa. Brevemente apresentei algumas manifestações da cultura popular que passaram ou estão passando por processos criminalização e de contestação de suas prática, como: o samba, as religiões de matrizes afro-brasileiras, a farra do Boi e a Vaguejada. Além disso, busco apresentar a fundamentação legal que insere, transforma, os brincantes em desviantes. Tendo como base o Estatuto do desarmamento e o a legislação de produtos controlados, R-105. Os argumentos que dão sustentação a regulação, redução e o fim da Guerra de espadas são defendidos principalmente por grandes comerciantes da cidade de Senhor do Bonfim, por

setores da Polícia Civil e por setores do Ministério Público de Senhor do Bonfim. Além do departamento de Logística do Exército. Estes compõem o campo semântico que enquadra a prática, ou pelo menos, enquadra a prática de soltar espadas nas ruas da cidade como prática delituosa, como desviante do marco legal.

Por outro lado, no quarto capítulo, apresento as ações e os atores que buscam a manutenção do que entendem como tradição, como “patrimônio” e que vendem a Guerra como componente dos festejos juninos de Bonfim. Para compreender este campo semântico trago ao texto dois processos que impactam de forma distinta a Guerra de espadas, mesmo estando dentro do campo valorativo positivo. Estes são a “turistificação” e a luta pela “patrimonialização”. A “turistificação” é um processo encampado pelo poder público municipal com vistas a trazer mais turistas para o “espetáculo” que é a Guerra de espadas. Junto do processo de venda do pacote turístico da São João do interior da Bahia. Seria o momento exótico, entre os espetáculos com Bandas de Forró estilizado e de Sertanejo, um momento de estar entre as práticas nativas. A Guerra de espadas passa a se chamar “Show de espadas” em um processo espetacularizante que busca reduzir o discurso negativo da prática de brincadeira com artefatos pirotécnicos. O outro processo, os de luta pela “patrimonialização” se dá em resistência, oposição, ao discurso do órgão estatais que buscam acabar com a Guerra de Espadas. Decretando sua morte. A anunciando, transformando os espaços de Guerra em guetos delimitados milimetricamente e em suas fronteiras agentes do estado prontos a atuar em flagrante por porte de arma de fogo.

O momento etnográfico que tive oportunidade de acompanhar e que repercutiram nessas breves páginas demonstra como uma prática da cultura popular, tida como tradicional pelos praticantes, passou a ser entendida por outros atores como prática delituosa por não se enquadrar nos ditames da lei. Certamente, o processo que gerou o conflito entre os dois campos semânticos estejam ligados ao crescimento populacional da cidade de Senhor do Bonfim e com isso as adequações que tiveram de ser feitas na infraestrutura da cidade e no adensamento das áreas centrais da cidade, além da supervalorização dada a propriedade privada pelos operadores do direito. E por outro lado, o fortalecimento dos órgãos de controle de artefatos pirotécnicos e de produtos controlados, sobretudo a Polícia Civil e o Departamento de produtos controlados do Exército brasileiro, diante de um aumento expressivo do assaltos a instituições financeiras no interior do Brasil com utilização de artefatos explosivo.

Entretanto, o produto produzido pelos fogueteiros nem de longe tem o poder de fogo de uma banana de dinamite (nitroglicerina), a pólvora negra produzida nas tendas dos fogueteiros tem o poder explosivo infinitamente menor e a espada produto final não tem por finalidade explodir, sendo até mal visto o fogueteiro que faz espadas que explodem, dão chabu ou abrem o fundo (quando soltam o barro de baixo).

Os fogueteiros não seguem as normativas prevista na portaria R-105 pois nunca, nesse quase um século de produção de espadas e busca-pés, foram convocados a participar de qualquer processo educativo que lhe conduzisse a uma regulamentação do processo de produção, distribuição e comercialização dos seus fogos de artifício. Além do mais, as exigências solicitadas pelo Departamento de Logística do Exército são proibitivas para artesões que tem sua produção concentrada sobretudo no período de maio a junho do ano, sendo que a infraestrutura solicitada para produzir artefatos controlados com as devidas certificações ficariam ociosas durante o resto do ano. Para superar estas dificuldades o grupo de Espadeiros que vem buscando a organização para a manutenção da Guerra de espadas passou a debater a necessidade da institucionalização de uma cooperativa tendo em vista a necessidade de garantir o emprego e renda dos mestre fogueteiros e de seus ajudantes, além, evidentemente, de garantir o fornecimento de artefatos para os brincante, tendo em vistas, que no caso de Senhor do Bonfim, existe uma separação entre Fogueteiros e Espadeiros. Estes últimos não dominam o saber sócio-técnico de produção de espadas.

Para os fogueteiros o Estado só se fez presente para sancionar negativamente a sua atividade, o seu saber. Recolhendo e destruindo seus produtos, suas matérias primas e os prendendo acusando por estar realizando o que sempre fizeram. E o processo de regulamentação exigiria a subalternização do saber popular de produção de artefatos pirotécnicos e suas “química popular” a o conhecimento acadêmico de um engenheiro químico legitimador da produção.

Pude concluir com o Estado não se constitui em um todo monolítico que toma medidas de forma unidirecionais. Ao mesmo tempo que órgãos como a Polícia Civil e o Exército apreendem artefatos e detêm espadeiros, e o Ministério Público os acusa frente ao Judiciário de porte de arma de fogo, o poder executivo municipal e o legislativo municipal buscam meios de legitimar a Guerra. Foi assim no processo de definição de um circuito para a Guerra. Foi assim com a atuação da procuradoria do município para a

manutenção da Guerra no ano de 2016. O debate sobre a legalidade da continuidade da Guerra de espadas não é pacificado nem mesmo dentro do Judiciário, tento em vista que um determinado juiz proibiu a continuidade da fogueira do prefeito na travessa da Prefeitura, outro juiz proibiu a fogueira da guerra das moças na Rua Visconde do Rio Branco, e um terceiro deu liberdade ao Seu Cabide, quando este foi preso em sua tenda com mais de 10 quilos de pólvora pronta para encher espadas, e mandou arquivar o processo de dois jovens que foram presos ao retornar para casa, na noite de São João, com espadas dentro do Bocapiu, afirmando na sentença que a Guerra é sabidamente tradição da população da cidade de Senhor do Bonfim. Podemos concluir, que não existe uma decisão única, até mesmo, por parte do Estado e por parte de seus órgãos. O que vimos no campo e durante a pesquisa é a inexistência de trabalho que abordem essa manifestação, como tantas outras que existem no sertão baiano.

Para os atores do campo semântico que defende a criminalização a espada deve sim ser banida, ficar apenas nos livros de história e na memória dos antigos brincantes. Ou pelo menos ser banida das cidade, sendo o evento festivo realizado na zona rural. Entretanto, o que pude concluir é que na verdade existe uma dificuldade em compreender as noções de segurança e violência. Estas são relativizadas pelos Guerreiros, a queimadura não necessariamente é um problema para a integridade física ou um problema de saúde. Sendo por vezes valoradas positivamente, por reafirmar a coragem simbolizar o enfretamento aos medos. O fato é que as instituições públicas devem buscar realizar o exercício de alteridade para compreender fenômenos que tenha natureza festiva e se relacione com a cultura popular. Não é sensato adotar a mesma sanção para alguém que porta uma arma que tem por finalidade matar e para alguém que sai as ruas uma única vez no ano para brincar com outros guerreiros que se arriscam em brincar também. A espada não possui a direcionalidade de um projétil de arma de fogo, sendo ineficiente para buscar deliberadamente machucar alguém, este é um argumento muitas vezes pronunciado quando levantam essa analogia para criminalizar a prática. Bem verdade que a espada possui muita pólvora e um peso relativamente grande, ou seja, tem potência para provocar sérios danos a integridade física de alguém. Por este motivo o grupo que se constituiu na defesa da Guerra de espadas passou a realizar uma campanha de divulgação do que deveria ser utilizado para proteção (os Equipamentos de Proteção Individual- EPI) e as formas de se proteger de acidentes.

Acredito que talvez o maior desafio esteja em buscar o diálogo entre campos semânticos tão distintos e tão incompreensivos entre si. A Antropologia deveria estar presente em todas as ações estatais que se liguem a situações em que a cultura popular e as festas populares estejam em discussão, já que os métodos por nós adotados nos permitem pensar essas relações sociais e, inclusive, indicar possíveis mediações a serem adotadas. Fico pensando como o futebol um fenômeno brasileiro pode nos dar um exemplo que é passível de servir para elucidar a questão máxima entre o conflito de entendimento sobre uma determinada prática.

Outro ponto muito interessante que busquei retratar foi a adoção pelo Guerreiros do Fogo de categorias como Cultura Popular e patrimônio como instrumento de legitimação da suas práticas e de resistência ao processo de criminalização que vinham sofrendo. Essa forma de lidar com a realidade imposta e de acionar para a discussão uma categoria anteriormente não utilizada produziu uma relevante mudança no comportamento dos poderes constituídos que contestavam a realização da Guerra de Espadas em 2016. Já o conceito de tradição tanto falado pelos Guerreiros não é algo novo e sempre remete a um passado em que todas as ruas realizavam suas fogueiras de ramos. Existe um pouco de pesar, já que os Guerreiros acreditam que a Guerra tente a acabar. Ou ser retirada do centro da cidade, o que já significaria um grande impacto na circulação dos guerreiros entre as casas dos festeiros e as ruas onde ainda existem Fogueira de Ramos. Os próprios grupos de Guerreiros reificam suas práticas como legítimas e autênticas e qualquer mudança seria sentida como uma perda de sentidos dentro da manifestação. A criação do circuito pela Câmara de Vereadores levou em consideração as informações prestadas pelos Guerreiros e as existência de duas fogueiras de ramos, que são levantadas pelos moradores das ruas onde estão situadas.

Acredito que algumas questões não puderam ser levantadas durante esse breve trabalho, por questões de opção teórica e de limitações de espaço narrativo. Mas acredito que lacunas ficaram presentes e que deveriam ser pensadas. Por que se queimam os Guerreiros do Fogo? Como se dá o processo de ensino- aprendizagem entre os garotos? Como se formam Guerreiros? Qual a dinâmica interna de manutenção dos grupos, durante o espaço temporal do ano, tendo em vista que a Guerra de espadas só ocorre uma vez no ano? Acredito que a Guerra de espadas seja o local perfeito para a Antropologia das emoções pensar sobre o medo. Que medo é esse que se combate com Fogo? Além disso, penso que a Antropologia realizada no Brasil dedicou pouco tempo na produção de

conteúdo sobre as práticas que envolvem artefatos pirotécnicos e pirotecnia. Sendo uma lacuna que precisa ser sanada. Uma antropologia da técnica comprometida em entender a produção dos ferreiros do nordeste, dos armeiros (que ainda hoje produzem armas de fogo clandestinamente), do artefatos de luta contra incêndios que se utilizam do fogo como mecanismo de combate ao fogo, enfim... Não tive como objetivo da conta de todas as faces da dinâmica social da Guerra de Espadas, um fenômeno tão rico e tão cheio de questões que certamente muitas dissertações como esta não conseguiriam dar conta de todas. Mas posso concluir, a Guerra de espadas certamente é a única Guerra em que o objetivo não é matar ou morrer. Em que tudo não passa de uma brincadeira ao redor de uma, umas, fogueiras. A Guerra de espadas: queima, machuca, feri, maltrata, mas não violenta.

VI- Referências

ADINOLFI, Maria Paula Fernandes. Registro da Capoeira como Patrimônio Cultural do Brasil. Processo nº 01450.002863/2006-80 Parecer nº 031/08, 2008. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1388>. Acesso em: 19 jun 2016.

ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz de. Nordeste: uma invenção do falo –Uma história do gênero masculino (Nordeste – 1920-1940). Maceió:Edições Catavento, 2003.
_____. A invenção do Nordeste e outras artes. Recife: FJN, Ed. Massangana;São Paulo: Cortez, 1999.

ANDRADE LIMA, Elizabeth Christina de. A Fábrica dos Sonhos: a invenção da festa junina no espaço urbano. 2ª ed., Campina Grande: EDUFCEG, 2008. 139

_____. A festa de São João nos discursos bíblico e folclórico. Campina Grande: EDUFCEG, 2010.

BACHELARD, Gaston. A psicanálise do fogo. Tr. Paulo Neves. 3º ed. São Paulo: Martins Fontes, Selo Martins, 2008.

BAHIA, Decreto 12.163, de 07 de junho de 2010. Estabelece normas para a fiscalização, pelos órgãos de segurança pública do Estado, das atividades de fabrico, transporte, comércio e uso de fogos de artifício e pirotécnicos, no âmbito do Estado da Bahia. Disponível em: <http://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/823321/decreto-12163-10>. Acesso em: 10 mai 2016.

BECKER, Howard S. Outsiders: estudos de sociologia do desvio. Tr. Maria Luiza de Mello Leite Nunes. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed.,2008.

BÍBLIA. Português. Bíblia sagrada. Tradução de Padre Antônio Pereira de Figueredo. Rio de Janeiro: Encyclopaedia Britannica, 1980. Edição Ecumênica.

BITTENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal**.Vol. 1. 13. São Paulo: Ed. Saraiva, 2008.

BRAGA, Janine; SALDANHA, Bianca. Capoeira: da criminalização no código penal de 1890 ao reconhecimento como esporte nacional e legislação aplicada. In: XXIII CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI., 2014. João Pessoa- PB. Universidade Federal da Paraíba. Disponível em: <http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=7de47452d56d59cf> Acesso em: 19 jun 2016.

BRAZ DIAS, Juliana. *Mornas e Coladeiras de Cabo Verde: versões musicais de uma nação*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade de Brasília, 2004.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____, **Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003**. Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.826.htm Acesso em 05 jan 2016.

_____, **Decreto nº 3.665, de 20 de novembro de 2000**. Dá nova redação ao Regulamento para a Fiscalização de Produtos Controlados (R-105). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3665.htm Acesso em 10 mai 2016.

_____, **Lei nº 10.220, de 11 de abril de 2001**. Institui normas gerais relativas à atividade de peão de rodeio, equiparando-o a atleta profissional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10220.htm Acesso em: 11 mai 2016.

_____, **Lei de 16 de dezembro de 1830**. Manda executar o Código Criminal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM-16-12-1830.htm Acesso em: 11 mai 2016.

_____, **Decreto n. 847, de 11 de outubro de 1890**. Promulga o Código Penal. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049> Acesso em: 11 mai 2016.

_____, **Constituição dos estados unidos do brasil (de 18 de setembro de 1946).**

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm

Acesso em: 11 mai 2016.

_____. Decreto- lei nº 2.848, 7 de dezembro de 1940

_____. Portaria nº 035 DMB- Ministério da defesa, Exército Brasileiro, Departamento de material bélico, de 03 de dezembro de 1999.

_____. Portaria nº 008 D- Log- Ministério da defesa, Exército Brasileiro, Departamento Logístico, de 29 de outubro de 2008.

BULFINCH, Thomas. **O livro de ouro da mitologia**: histórias de deuses e heróis. Tr. David Jardim. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

BURKE, Peter. *Cultura popular na Idade Moderna*. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

CALMON, Pedro. História da casa da Torre: uma dinastia de pioneiros. 3ªed rev. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1983.

CARNEIRO, Edison. 2008. “Proteção e restauração dos folguedos populares”; “Escolas de samba – I”; “Escolas de Samba – II”. In: _____. *A Sabedoria Popular*. Apresentação de Vicente Salles. São Paulo: Martins Fontes. pp.17-30; 78-83; 84-87.

CARVALHO, José Jorge de. As duas faces da tradição: o clássico e o popular na modernidade latino-americana. Série Antropologia, Nº. 109, Brasília: UnB, 1991. P.01 - 28.

_____. *Espetacularização e canibalização das culturas populares*. In: Anais do I Encontro Sul-Americano das Culturas Populares e do II Seminário de Políticas Públicas para as Culturas Populares. São Paulo: Instituto Pólis; Brasília: Ministério da Cultura, 2007. P. 78-101.

CARVALHO, Moacir. BRINCANDO COM FOGO: Origem e transformações da guerra de espadas em Cruz das Almas. In: V ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Salvador: Faculdade de Comunicação/UFBA, 2009.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O trabalho do antropólogo. Brasília: Paralelo 15. 2000.

CASTRO, Jânio Roque. Da casa à praça pública: a espetacularização das festas juninas no espaço urbano. Salvador- EDUFBA, 2012.

CAVALCANTI, Maria Laura. *Culturas populares: múltiplas leituras*. In: *Anais do I Seminário de Políticas Públicas para as Culturas Populares*. São Paulo: Instituto Pólis; Brasília: Ministério da Cultura Brasília, 2005. P. 28-33.

CHAGAS, M. (org) *Memória e Patrimônio: Ensaio Contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2003. ABREU, R.; CHAGAS, M. (Org.). *Memória e Patrimônio: Ensaio Contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2003.

CHAVES, Christine de Alencar. *Festas da política: uma etnografia da modernidade no sertão (Buritis/MG)*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003f.

CORREIO do BONFIM, 25 de junho de 1933. Ano XX, Ed. 37, p.2.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Cultura com aspas e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões: Campanha de Canudos*. 39ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora/ Publifolha, 2000.

CSERMARK, Caio. *Pro povo é festa, pra gente é outra coisa: cultura popular, raça e políticas públicas na Comunidade Negras dos Arturos*. Trabalho de Conclusão de curso (Mestrado em Antropologia Social) Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2015.

DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar. 1979. _____ . “O carnaval como rito de passagem”. In *Ensaio de Antropologia Estrutural*. Petrópolis: Vozes, 1973.

ÉSQUILO. **Prometeu acorrentado**. Tr J. B. de Mello e Souza. Versão para eBook. eBooksBrasil.com. Fonte Digital.

FAORO, Raimundo (1958). *Os donos do poder: formação do patronato brasileiro*. São Paulo: Globo, 2001.

FILHO, M.F.L.; ECKERT, C.; BELTRÃO, J. Antropologia e Patrimônio Cultural: Diálogos e Desafios Contemporâneos. Blumenau: Nova Letra, 2007.

FOUCAULT, Michel. Segurança, território e população. TR. Claudia Berliner. São Paulo- SP, Martins Fontes, 2009.

_____. Em defesa da sociedade: curso no collège de France (1975-1976). Tr. Maria Ermantina Galvão. São Paulo- SP, Martins Fontes, 1999.

FRAZER, James George. *O Ramo de Ouro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GEERTZ, Clifford. *Obra e Vida: Antropólogo como autor*. 3º ed. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro- RJ: Editora UFRJ, 2009.

_____. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

_____. *O Saber Local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Tradução. Vera de Mello Joscelyne- Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In. ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, pp.25-33, 2009.

GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal**. Vol1. 9. Ed. Rio de Janeiro, Impetus, 2007.

HOSBAWN, Eric e RANGER, Terence. *A Invenção das Tradições*. – Tradução de Celina Cavalcante – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro, Companhia das Letras, 1995.

HESÍODO, **Os Trabalhos e os Dias**. São Paulo: Iluminuras, 1990.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Brasil) disponível em:<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=293010> Acesso em: 14:12 data: 10 de julho de 2016.

IPHAN. *Dossiê das Matrizes do Samba no Rio de Janeiro*. Brasília, DF : IPHAN, 2007.

_____. *Dossiê inventário para registro e salvaguarda da capoeira como patrimônio cultural do Brasil*. Brasília, DF : IPHAN, 2007.

CORREIO DO BONFIM, Jornal impresso ed. 37, ano XX, 25 de junho de 1933.p.2.

LACERDA, Eugênio Pascele. Farra do boi: a história e a polêmica. In BASTOS, Rafael José de Menezes (org.). **Dionísio em Santa Catarina: ensaios sobre a farra do boi.** Florianópolis: EdUFSC, 1993.

LEAL, Victor Nunes, 1914-1985 Coronelismo, enxada e voto : o município e o regime representativo no Brasil / Victor Nunes Leal. — 4a edição — São Paulo : Companhia das Letras, 2012

LEITE, R. C. N. E a Bahia civiliza-se: ideais de civilização e cenas de anti-civilidade em um contexto de modernização urbana- Salvador 1912- 1916. 1996. 162p. Dissertação Departamento de História da Universidade Federal da Bahia, Salvador- BA, 1996.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O cru e o cozido. Mitológicas 1.** São Paulo, CosacNaify, 2004.

LÉVY-STRAUSS, Claude. A crise moderna da antropologia. *Currier de l'Unesco*, Nov. 1961. Traduzido e republicado em *Revista de antropologia*, v. 10, n. ½, 1962.

MACHADO, Paulo Batista. Notícias da Villa Nova da Rainha, alíás, Senhor do Bonfim. Salvador: EDUNEB, 2007.

MACHADO, Paulo. A guerra de espadas e o “quase fim do mundo”. Senhor do Bongim. 24 jun 2015. Disponível em: <http://maravilhanoticias.blogspot.com.br/2015/06/artigo-guerra-de-espadas-e-o-quase-fim.html>. acesso em 26 mar às 22:14 hrs.

MASSON, Cleber Direito Penal Esquematizado- Parte Geral.Vol1. São Paulo Editora Método.2010.

MAUSS, Marcel. Sociologia e Antropologia. Tradução: Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

NORONHA, Luiz. *Malandros: notícias de um submundo distante.* Rio de Janeiro: Relume Dumará. 2003.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Direito Penal.** 6. São Paulo: Ed. Editora RT, 2010.

OLIVEIRA, Adriana da Silva. “IDENTIDADE ESPADEIRA: A construção de um adjetivo cultural e social. Queima de espadas da cidade de Cruz das Almas – Bahia 1980-1990”. In: X Encontro Nacional de História Oral. Recife: UFPE, 2010.

PEIRANO, Mariza G. S.. “A análise antropológica de rituais”. In: O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais/Mariza Peirano (org.). Rio de Janeiro: Relume Dumará, Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2002.

_____. “Temas ou Teorias? O estatuto das noções de ritual e de performance”. In: 25ª Reunião Brasileira de Antropologia. Goiânia: UFG, 2006.

PEIXOTO, Rafael Caldas Barros. A queima de espadas na cidade de Cruz das Almas – BA: Uma relevância da cultura, memória, simbolismo e seu processo de turistificação. In: V ENAPEGS – Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social. Florianópolis: UFSC, 2011.

PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. 1987. “Carnaval brasileiro: da origem europeia ao símbolo nacional”. *Ciência e Cultura, Revista Brasileira para o Progresso da Ciência*, 39 (8): 717-729

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições. *Revista Galáxia*, São Paulo, n. 13, p. 101-113, jun. 2007.

SANDRONI, Carlos. 2008. *Feitiço decente: transformações do samba no Rio de Janeiro (1917-1933)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed./ UFRJ.

SANTOS, José Reginaldo dos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/IPHAN, 1996.

STOREY, John. *Cultural theory and popular culture*. London: Pearson/Prentice Hall, 2001.

SHIRAIISHI NETO, Joaquim. *A particularização do universal: povos e comunidades tradicionais em face das Declarações e Convenções Internacionais*. In: _____ (org.); *Direito dos povos e comunidades tradicionais no Brasil*. Manaus: UEA, 2007.

SEGATO, Rita Laura. *A antropologia e a crise taxonômica da cultura popular*. In: *Seminário Folclore e Cultura Popular: as várias faces de um debate*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Funarte, CNFCP, 2000. P.13-21.

SHAKESPEARE, William. *Sonho de uma noite de verão*. São Paulo. Ed. L&PM Pocket, 2001.

TAMASO, Izabela. 2006. “A expansão do patrimônio: novos olhares sobre velhos objetos, outros desafios...”. *Série Antropologia 390*, Universidade de Brasília.

TINHORÃO, José Ramos, *Pequena História da Música Popular*, Editora Vozes, Petrópolis, 1974, pag. 209/217.

TRAJANO FILHO, Wilson. *A África e o Movimento: reflexões sobre os usos e abusos dos fluxos*. In: BRAZ DIAS, Juliana; LOBO, Andréa de Souza. *África em movimento*. Brasília: ABA Publicações, 2012 (p. 23-45).

TVE – BAHIA/ Bahia singular e plural. *As espadas de fogo de São João: perigo, luz e magia em Cruz das Almas*. Realização: IRDEB/TVE, duração 56´ 12´´ – Dezembro de 1998.

TURNER, Victor W. *O processo Ritual: estrutura e anti-estrutura*; tradução de Nancy Campi de Castro. Petrópolis: Vozes, 1974.

UNESCO. *Convenção Sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais*. Paris, 2007.

UNESCO. *Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular*. Paris, 1989. UNESCO. *Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial*. Paris, 2003.

VELHO, Gilberto. “Patrimônio, negociação e conflito”. *Mana*, 2006. 12 (1):237-248.

VIANNA, Hermano. *O mistério do samba*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ; Jorge Zahar, 1995.

VIANNA, Letícia. *O rei do meu baião: mediação e invenção musical*. In: VELHO, Gilberto; KUSCHNIR, Karina. *Mediação, cultura e política*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001. P.61-88.

WANDERLEY, Rodrigo Gomes. Guerra de Espadas: Etnografia de um ritual no sertão baiano. 2014. 66f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais)- Universidade Federal do Vale do São Francisco, Juazeiro, Ba, 2014.

WAGNER, Roy. *A Invenção da Cultura*. São Paulo: Cosac Naify, 2010 [1981].

WEBER, Max. “A Política como vocação”. Em **Ciência e política: duas vocações**. São Paulo: Ed. Cultrix, 1993.

_____. *Conceitos básicos de Sociologia*. São Paulo: Editora Moraes, 1987.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

WOLF, Eric "Kinship, friendship, and patron-client relations in complex societies". In: BANTON, Michael (org.). *The Social Anthropology of Complex Societies*. Londres: Tavistock Publications, 1966. Bachelard, Gaston. *A chama de uma vela*. 1989.

WRANGHAM, Richard W. **Pegando Fogo**: porque cozinhar nos tornou humanos. Tr. Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2010.

ZAFFARONI, Eugênio Raúl, PIERANGELI, Enrique. **Manual de Direito Penal Brasileiro**. 5. São Paulo: Ed. Editora RT, 2004.